



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JOÃO FERNANDO DE LIMA PARRA

**AS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL:  
ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES NOS  
GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

---

Londrina  
2019

JOÃO FERNANDO DE LIMA PARRA

**AS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL:  
ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES NOS  
GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado.

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Parra, João Fernando de Lima .

AS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL : ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES NOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO / João Fernando de Lima Parra. - Londrina, 2019.  
136 f.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Neoliberalismo - Tese. 2. Discurso parlamentar - Tese. 3. Ideologia - Tese. 4. Governo FHC - Tese. I. Ribeiro Machado, Eliel . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

JOÃO FERNANDO DE LIMA PARRA

**AS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL:  
ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES NOS GOVERNOS  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

---

Prof. Dr. Ronaldo Gaspar  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 05 de julho de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao pensarmos que a escrita de uma dissertação de mestrado é um processo solitário e que implica uma infindável sequência de horas na frente de um computador, esquecemo-nos de que, por trás de cada linha, escondem-se milhões de influências, as quais se ligam e se entrelaçam em cada escolha de palavra, composição de frase ou citação que fazemos, consolidando-se em um processo dialético de formação intelectual.

Por isso, transmito meus agradecimentos àqueles que, de maneira imprescindível, ajudaram-me ao longo desse processo de aprendizado e que estão por trás de cada frase aqui escrita.

Ao meu orientador, professor Eliel Ribeiro Machado, agradeço pela régua e pelo compasso, e também por tirar as minhas dúvidas e saber amainar a minha ansiedade frente a todo o peso que é a produção acadêmica e a realização dos processos metodológicos demandados nesta pesquisa.

Aos meus pais, José e Cristina, agradeço o apoio incondicional a minha escolha de seguir um novo caminho. Foi um verdadeiro salto no escuro, que só foi possível devido à ajuda de vocês, tanto no momento do salto quanto em toda a minha jornada. Todas as vezes que, ao me olhar no espelho, eu só via dúvidas, lá estavam vocês para me dar confiança para seguir em frente e encarar o desafio que é o mundo acadêmico.

Aos professores Ronaldo Gaspar e Danilo Martuscelli, agradeço pelos corretos apontamentos e direcionamentos, os quais foram fundamentais para a conclusão deste trabalho e para meu crescimento intelectual.

Por último, quero agradecer a meus colegas da turma de mestrado de 2017, vocês me serviram de inspiração e, mesmo que sigamos caminhos diferentes, levarei vocês em todas as frases que ainda escreverei, pelo companheirismo, pelo alívio cômico e pela amizade fora dos limites da Universidade.

PARRA, João Fernando de Lima. **As contrarreformas neoliberais no Brasil: análise dos discursos parlamentares nos governos Fernando Henrique Cardoso**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2019.

## RESUMO

O termo neoliberal é usado para definir a agenda política do governo brasileiro da década de 90. Por conseguinte, o foco deste trabalho é o discurso dos defensores de ideias ditas neoliberais. Para tanto, parte-se da análise dos discursos de parlamentares que, no Congresso Nacional, falaram a favor das principais reformas constitucionais operadas no governo FHC, as quais foram determinantes para a implantação do neoliberalismo no Brasil. Partindo das concepções de Poulantzas acerca da organização do Estado capitalista e incorporando, como base da análise do discurso, o dialogismo de Bakhtin, a concepção de hegemonia de Gramsci e a interpretação da ideologia de Thompson, buscamos o entendimento da ação discursiva dos deputados na esfera política. O presente trabalho pretende demonstrar as formas pelas quais os congressistas, ao naturalizarem a ideologia neoliberal, construíram um discurso ideológico que legitimou o neoliberalismo como única alternativa viável e como componente teórico-prático de domínio da classe burguesa.

**Palavras chave:** Neoliberalismo. Discurso parlamentar. Ideologia. Governo FHC.

PARRA, João Fernando de Lima. **The neoliberal counter-reformations in Brazil:** Discourse analysis of the parliamentarians under Fernando Henrique Cardoso's government. 2019. 136 p. Master's Dissertation (in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina (State University of Londrina). Londrina, 2019.

### **ABSTRACT**

Neoliberal is a term which was used to define the political agenda of the Brazilian government in the 90's. Accordingly, this paper focuses on the discourse held by those advocating the so-called neoliberal ideas. It grows out of the discourse analysis of parliamentarians who spoke in the National Congress on behalf of the main constitutional reforms operated under the FHC government. Such reforms were decisive to the implementation of the neoliberalism in Brazil. Starting with Poulantzas' conceptions on the organization of the capitalist State and including Bakhtin's dialogism, Gramsci's hegemony conception and the interpretation of Thompson's ideology as a base for the discourse analysis, the aim is to understand the discursive action of the parliamentarians in the political field. The herein paper aims to demonstrate the ways through which the parliamentarians, by naturalizing the neoliberal ideology, constructed an ideological discourse that legitimized the neoliberalism as the sole viable alternative as well as a theoretical-practical component of the domination of the bourgeoisie.

**Key Word:** Neoliberalism. Discourse analysis of the parliamentarians. Ideology. FHC government.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> –	Relação entre as votações e as diretrizes do consenso de Washington .....	13
<b>Quadro 2</b> –	Coalizões de governo – FHC (1995 a 2002) .....	14
<b>Quadro 3</b> –	Modos de operação da ideologia .....	66
<b>Quadro 4</b> –	Roteiro de análise .....	69



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
AV	Arthur Virgílio
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
ETN	Empresas Transnacionais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
IDE	Investimento Externo Direto
L	Linha
LCH	Luiz Carlos Hauly
LM	Lima Neto
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAI	Plano de Ação Imediata
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento II
PPB	Partido Progressista Reformador
PR	Partido da República
PR	Paraná
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro
URV	Unidade real de valor

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 A OFENSIVA IDEOLÓGICA NEOLIBERAL</b> .....	16
1.1 Da “quebra” do Welfare State ao Consenso de Washington.....	17
1.1.1 <i>O alicerce ideológico do neoliberalismo</i> .....	18
1.1.2 <i>As quatro fases da constituição do neoliberalismo</i> .....	21
1.2 O Estado desenvolvimentista brasileiro e sua ideologia .....	26
1.2.1 <i>Plano Nacional de Desenvolvimento II</i> .....	28
1.2.2 <i>Plano Cruzado</i> .....	31
1.3 A nova ideologia hegemônica .....	34
1.3.1 <i>Plano Collor</i> .....	37
1.3.2 <i>Plano Real</i> .....	40
1.3.3 <i>A nova orientação ideológica do Estado</i> .....	43
1.4 Neoliberalismo à brasileira .....	46
<b>2 NEOLIBERALISMO E DISCURSOS PARLAMENTARES</b> .....	49
2.1 Formação da agenda parlamentar e a nova hegemonia no bloco no poder .....	50
2.2 O discurso parlamentar como arma política e a formação da ideologia .....	57
2.2.1 <i>Os deputados e a prática discursiva</i> .....	58
2.2.2 <i>O conceito de ideologia em Gramsci</i> .....	59
2.2.3 <i>Concepção dialógica da linguagem</i> .....	61
2.2.4 <i>Thompson e a interpretação da ideologia</i> .....	63
2.3 Metodologia de análise dos discursos parlamentares .....	65
2.4 votações-chave para a implementação do neoliberalismo .....	67
2.4.1 <i>PEC 05/1995</i> .....	69
2.4.2 <i>PEC 06/1995</i> .....	71

<b>3</b>	<b>EM DEFESA DAS CONTRARREFORMAS.....</b>	<b>74</b>
3.1	PEC 05/1995 .....	74
	Passo 1 – Principais questões de pesquisa .....	74
	Passo 2 - Escolha do texto.....	75
	Passo 3 – Transcrição.....	76
	Passo 4 – Fazer uma leitura crítica e interrogar o texto: .....	76
	Passo 6 – Análise dos dados .....	78
3.2	PEC 06/1995 .....	89
	Passo 1 – Principais questões de pesquisa. ....	90
	Passo 2 – Escolha do texto .....	90
	Passo 3 – Transcrição.....	92
	Passo 4 – Fazer uma leitura crítica e interrogar o texto: .....	92
	Passo 6 – Análise dos dados .....	93
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>118</b>
	ANEXO A .....	119
	ANEXO B .....	127

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os discursos parlamentares que deram base às mudanças estruturais feitas no Brasil durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).<sup>1</sup>

A década de 90 foi, em grande medida, marcada por uma significativa alteração do papel do Estado (GUIMARÃES 2001; BOITO JR., 1999; NUNES, 2016; SALLUM JR., 1999; FIORI, 2001), distanciando-o da configuração outorgada pela Constituição de 1988 e aproximando-o das doutrinas pregadas pelo neoliberalismo/Consenso de Washington. A frase do presidente FHC (BRASIL, 1995, p.6) é bem esclarecedora nesse sentido:

**O Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo**, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação (Grifo nosso).

A conjuntura mencionada acima é de uma economia que vinha claudicando desde a segunda metade dos anos 80 (MACIEL, 2011). De forma que a inflação e a dívida externa se tornaram problemas insustentáveis e atingiram de forma acachapante grande parte da população. Foram tomadas diversas medidas por parte do poder executivo para fazer frente a esses problemas. Porém, todas as iniciativas se mostraram falíveis e de pouca eficiência prática (SALLUM JR., 1999) até o Plano Real.

Dado o contexto, outra estratégia foi necessária para a estabilização da moeda e controle da inflação que tanto prejudicavam as classes populares. Na base desses acontecimentos, vemos uma nova ideologia político-econômica, que vinha ganhando contornos viáveis a década de 1970, surgir como alternativa para as políticas de base keynesiana (HARVEY, 2014). A nova estratégia tinha como premissa argumentativa uma maior liberdade para o mercado (CROUCH, 2011). Para isso, era preciso zerar o déficit público e manter baixa e estável a taxa de inflação (CHAUÍ, 1999). Todo esforço deveria ser para alcançar esses dois objetivos.

Essa nova configuração, em uma literatura bastante ampla, é chamada de neoliberal (HARVEY, 2014; CROUCH, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016; ANDERSON, 1995; OLIVEIRA, 2006; FIORI, 2001). O termo gera controvérsias e,

---

<sup>1</sup> A partir de agora vamos nos referir ao governo como FHC.

no geral, é utilizado tão largamente e de forma tão pouco profunda que seu significado muitas vezes acaba abarcando uma série de definições que prejudicam o seu entendimento (ENGLAND; WARD 2016). Ademais, o termo é geralmente utilizado por críticos a esse modelo (CASTREE, 2013).

Ao tentar qualificar algum governo como neoliberal, corre-se o risco de simplificar e estereotipar, o que, por sua vez, prejudica uma análise mais profunda. Como todo modelo econômico, há uma dificuldade de transportá-lo para a realidade concreta, uma vez que o modelo não foi implantando em sua totalidade em nenhum país do mundo. Sendo que, na maioria das análises, as semelhanças entre o modelo e as políticas aplicadas na prática são enfatizadas, ao passo que as diferenças são negligenciadas e facilmente disseminadas como “contexto histórico” (O’NEIL; WELLER, 2016).

As diretrizes neoliberais chegaram ao Brasil no formato de “cartilha de instruções”,<sup>2</sup> denominadas Consenso de Washington. Estas diretivas que foram formuladas por economistas americanos, apontam como causa da crise brasileira o excessivo crescimento do Estado e o populismo econômico (BRESSER-PEREIRA, 1991).<sup>3</sup> Para corrigir o problema, era necessário uma série de medidas que, entre outras ações, previam a desregulação do mercado financeiro e a privatização de empresas públicas e de serviços prestados pelo Estado (BRESSER-PEREIRA, 1991).

O resultado da implantação dessas medidas foi um verdadeiro desmonte do Estado, trazendo políticas pró-mercado, privatizações e criações de agências reguladoras, providências que, ao final, mudaram o papel do Estado, alterando sua forma promulgada pela Constituição de 1988<sup>4</sup> (MORAES, 2006).

Essas medidas foram adotadas como prática de governo, começando no de Collor (MACIEL, 2011), para, depois, serem consolidadas no governo FHC (BOITO JR., 1999). Esses dois governos podem ser chamados de neoliberais.<sup>5</sup> Entretanto, essa denominação oblitera um aspecto do discurso, que é o

---

<sup>2</sup> Utilizamos o termo “cartilha” pelo fato de que o FMI e Banco Mundial colocavam como requisito para seus empréstimos (MORAES, 2006).

<sup>3</sup> “[...] o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público.” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

<sup>4</sup> Explicaremos mais sobre esse assunto no item 1.3

<sup>5</sup> O uso da expressão “governos neoliberais” para se referir aos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso tem como base a formulação teórica de vários cientistas

que os apoiadores das medidas dizem sobre ele. Será que utilizam a expressão neoliberal/Consenso de Washington para justificar as suas ações?

No Brasil, há uma grande quantidade de estudos sobre as políticas implantadas na década de 90 e um número expressivo de intelectuais que defendem a tese de que se trataram de políticas alinhadas com o neoliberalismo. No entanto, pesquisando sobre o tema, nota-se uma falta de estudos sobre como esse discurso foi abordado pelos parlamentares que efetivamente votaram as mudanças necessárias para a virada “neoliberal”.

Vendo um *gap* na bibliografia sobre as manifestações intraparlamento de apoio às reformas pró-mercado, resolvemos estudar a fundo essa questão e analisar os discursos. O enfoque estará em quais as justificativas dadas pelos parlamentares e qual a correlação de ideias presentes nos discursos, tanto em termos pragmáticos quanto ideológicos. Contribuindo, assim, para o campo dos estudos relacionados ao parlamento brasileiro, sob o ponto de vista do conteúdo dos discursos parlamentares.

Apoiando-se na premissa de que os defensores do governo pertenciam, do ponto de vista econômico, ao campo liberal, questionamos: até que ponto o discurso se assemelha às ideias neoliberais pregadas pelo consenso de Washington? Partimos da hipótese de que, no discurso, está presente todo o aspecto ideológico neoliberal do Consenso de Washington, porém com outras ressignificações. Além disso, eles tendem à manutenção do predomínio da hegemonia da classe dominante.

A pesquisa utilizará como corpus os discursos proferidos pelos parlamentares durante votações que foram determinantes para a consolidação do novo modelo econômico. Em relação ao recorte temporal, resolvemos limitar a pesquisa aos dois governos FHC (1995-2002), por terem sido governos estáveis, se levarmos em conta os anteriores da Nova República,<sup>6</sup> e com bases parlamentares definidas, e este ter sido, também, o governo em que foram consolidadas as novas orientações de Estado (BOITO JR, 1999).

---

políticos brasileiros, tais como Francisco de Oliveira, Emir Sader, Reginaldo Moraes, José Luís Fiori, entre outros.

<sup>6</sup> Entendemos o governo FHC como estável, pois conseguiu terminar o mandato, diferentemente do governo Collor, e foi eleito para a função que assumiu, ao contrário dos vices, José Sarney e Itamar Franco, que ocuparam o Executivo, respectivamente, depois da morte/impeachment dos reais titulares do cargo.

Para definir essas “votações-chave”, tomamos como base as orientações do Consenso de Washington (WILLIAMSON, 1990). Assim, fizemos uma lista relacionando algumas das orientações apresentadas com as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que foram responsáveis pela implantação de uma das diretrizes do documento, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1** – Relação entre as votações e as diretrizes do consenso de Washington

Orientações do Consenso de Washington	Votação governo FHC
Abertura comercial	PEC 05 – Revoga o artigo 171 da CF, que dá proteção às empresas nacionais
Privatização das estatais	PEC 03 – Abriu as portas para a privatização dos serviços de telecomunicações
Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições	PEC 06 – Flexibilizou o monopólio do petróleo
Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas)	PEC 173 – introduziu no serviço público o princípio da eficiência como norteador

Fonte: Elaboração própria.

Todas as emendas listadas acima visavam um objetivo que estava em linha com o Consenso de Washington e foram responsáveis por alterar constitucionalmente a forma de Estado outorgada pela Constituição Federal de 1988. Como recorte, resolvemos limitar a pesquisa a duas PECs, a PEC 05 e a PEC 06. O motivo dessa escolha e o impacto das votações no cenário político serão mais bem desenvolvidos no capítulo 2.

A base da pesquisa será documental, utilizaremos as edições do Diário Oficial, disponíveis na página do Congresso, onde constam os discursos dos parlamentares. Depois de identificados os discursos, vamos analisá-los à luz de uma ampla pesquisa bibliográfica, mediante a qual definiremos o conceito de neoliberalismo e o Consenso de Washington.

Dada à inviabilidade de se pesquisar discursos de todos os parlamentares, o recorte proposto aqui é de análise de discursos de deputados de partidos que compunham a base do governo, segundo o quadro a seguir:

**Quadro 2** – Coalizões de governo – FHC (1995 a 2002)

50ª legislatura		51ª legislatura	
1995	1996	1999	2002
PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
PMDB	PMDB	PMDB	PMDB

PFL	PFL	PFL	X
PTB	PTB	X	X
X	PPB	PPB	PPB

**Fonte:** Banco de Dados do CEBRAP (versões 2009 e 2010) *apud* BEZERRA (2012).

A finalidade é descobrir se os argumentos propostos pelos apoiadores se assemelham ao que o Consenso de Washington e a ideologia neoliberal pregavam. Como ferramenta metodológica de análise de discurso, utilizaremos Bakhtin (2006, p. 95), que afirma que

[...] a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

Partindo da premissa de que a palavra se dirige sempre a um interlocutor, mesmo que esse não seja diretamente nomeado, averiguaremos os discursos dos deputados como justificativas ideológicas das alterações constitucionais daquilo que pretenderam realizar, levando-se em conta quem eles desejaram impactar com as suas falas.

Para esse fim, não estamos considerando os parlamentares do bloco governista de modo isolado. O discurso será interpretado como um corpo que se reconstrói e se modifica durante o próprio ato de enunciação e dos interesses de cada parlamentar (MATOS, 2008). Ademais, serão analisados como elementos centrais da construção da hegemonia e do direcionamento político, utilizando-nos, para isso, as formulações de Gramsci sobre ideologia.

Recorreremos também às contribuições de Thompson (2011) sobre como as formas simbólicas servem para estabelecer e para sustentar relações de dominação. Buscaremos entender o discurso dos deputados como base ideológica para a legitimação da doutrina neoliberal nas votações das PECs que alteraram o papel do Estado e consolidaram o neoliberalismo no país.

Antes da abordagem do discurso dos parlamentares em si, faz-se necessária uma contextualização histórica, a fim de esclarecermos conceitos e também versarmos sobre o processo legislativo no Brasil. Assim, o capítulo I aborda a ofensiva ideológica neoliberal em seus alicerces teóricos básicos e a forma como ganha a hegemonia no Brasil; o capítulo II trata da agenda legislativa brasileira e da metodologia de análise; no capítulo III, falaremos da pesquisa propriamente dita,



quando analisaremos os discursos à luz das teorias de Bakhtin, Gramsci e Thompson.

## 1 A OFENSIVA IDEOLÓGICA NEOLIBERAL

Entendemos como ofensiva ideológica neoliberal o período que se inicia no final da Segunda Guerra Mundial e vai até a sua consolidação como doutrina hegemônica. Primeiro no conhecido caso chileno a partir do golpe que derrubou Salvador Allende em 1973; depois nos governos de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher; em seguida nos demais países latino-americanos, como na Bolívia e no México e, nos anos 1990, no Brasil. Um dos marcos dessa consolidação foi o triunfo de uma nova política definida, ao mesmo tempo, como “conservadora e liberal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.189) e que simbolizou o rompimento com o modelo de *Welfare State*, na Europa e nos Estados Unidos, e o estabelecimento de uma nova orientação de Estado.

Buscamos o entendimento dessa ofensiva por meio de dois eixos: primeiro, para entender como se deu a ruptura ideológica, vamos analisar os discursos praticado pelos atores mediante o dialogismo de Bakhtin, que parte da ideia de que todo discurso tem um aspecto ideológico e é elaborado em consideração ao discurso do outro, em uma lógica dialética. Sendo assim, a ideia principal aqui é perceber como a doutrina neoliberal utilizou-se dos discursos opostos – nos Estados Unidos e na Europa foram utilizados os discursos keynesianos, base do *Welfare State*, e, no Brasil, o “desenvolvimentismo” centrado no papel do Estado como indutor do desenvolvimento – para construir a sua própria ideologia. Tomando, assim, como princípio norteador de suas estratégias, a supressão dos modelos de orientação econômica vigentes até então.

O outro eixo está relacionado à dinâmica das classes sociais e do bloco no poder. Nesse caso, o objetivo é compreender como se deu a reorganização de classe que reconfigurou o papel do Estado. Para isso, utilizamos a teoria do bloco no poder (POULANTZAS, 1975), indicando que, no comando do Estado, está um conjunto contraditório de classes, ou frações de classe, que impõe seus interesses sobre as demais, constituindo “não uma totalidade expressiva com elementos equivalentes, mas uma unidade contraditória complexa com um dominante” (POULANTZAS, 1975, p.15).

Com essa base teórica, partimos para uma análise de como aconteceu essa mudança ideológica, primeiro adotando uma perspectiva mais global

acerca da ascensão das doutrinas neoliberais no mundo, para, depois, focar a América Latina e o Brasil. A intenção final é compreender especificamente qual foi o impacto dessas diretrizes no Brasil, que aportaram no país sob a cartilha do Consenso de Washington.

Essa mudança aconteceu *pari passu* a uma nova organização de classe que foi fundamental para a implantação do neoliberalismo no Brasil, instaurando uma nova hegemonia nas relações contraditórias do bloco no poder (SAES, 2001; BOITO JR, 2002; OLIVEIRA, 1996). Ademais, na prática, significou a superação da orientação desenvolvimentista do Estado, que vinha vigorando desde os anos de 1930, e a ascendência de uma classe ligada ao capital financeiro internacional que se estabeleceu como hegemônica no seio do bloco no poder.

Para explicar como essa ofensiva foi capaz de mudar a orientação ideológica do Estado e de reorganizar a hegemonia das classes no bloco no poder, decidimos organizar o conteúdo da seguinte maneira: primeiro, falaremos sobre a ideologia do neoliberalismo e sobre como ela conseguiu se tornar hegemônica em um contexto mais global, levando em consideração a “quebra” do Welfare State e a posterior criação do Consenso de Washington (item 1.1), para, em seguida, especificar como se deu esse processo no Brasil, que teve seu início na ruptura do discurso unificado da burguesia brasileira e do governo militar, primeiro nas lutas contra a estatização e pela democracia, entre 1977 e 1978, depois, nos turbulentos anos 80 (item 1.2). Para posteriormente vir a se consolidar, na metade dos anos 90 (item 1.3), como um neoliberalismo à brasileira (1.4), conforme resolvemos denominar.

### 1.1 Da “quebra” do Welfare State ao Consenso de Washington

A quebra do paradigma de função do Estado, que teve início nos anos 80, foi percebida por muitos autores como uma “virada neoliberal”. O contexto global apresentava uma realidade inexorável, de um mundo sem fronteiras, do qual nenhuma nação poderia escapar (CHESNAIS, 1996). No entanto, acreditamos ser de fundamental importância entender como se deu essa ruptura e como foi construído o discurso ideológico do neoliberalismo. A princípio, colocada como uma resposta à visão de mundo de base keynesiana e, posteriormente, com o advento da

globalização e a queda do muro de Berlim, alçada à condição de “única saída” possível.

Primeiro, faremos uma digressão nas bases ideológicas da doutrina neoliberal; em seguida, explicaremos o caminho percorrido por ela, responsável por, em um intervalo de 40 anos, tirar essa doutrina de uma zona “marginal” e elevá-la à posição de hegemônica.

### 1.1.1 O alicerce ideológico do neoliberalismo

Antes de entrarmos na ideologia do neoliberalismo em si, é prudente versarmos rapidamente, de forma geral, sobre a associação de tal ideologia ao capitalismo, visto que, a doutrina neoliberal, é uma forma em que o capitalismo encontrou para se reproduzir.

Ao pensarmos a ideologia capitalista como um “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade” (BOLTANSKI; EVE, 2009, p. 33), temos que levar em consideração que o próprio capitalismo passou por uma modificação entre 1970 e 1980, em concomitância com o “surgimento” do neoliberalismo. Para aprofundarmos nessa nova fase do capitalismo, vamos nos pautar na obra de Boltanski e Capello, no que se refere a seu livro intitulado *Novo Espírito do Capitalismo* (2009).

Os autores partem da tese de que o capitalismo como sistema econômico é em si absurdo, pois os assalariados perderam a “propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de uma vida fora da subordinação” (BOLTANSKI; EVE, 2009, p. 38), do mesmo modo que os capitalistas estão “presos a um processo infundável dissociado de necessidades de consumo” (BOLTANSKI; EVE, 2009, p. 38). Para a viabilização dessa “realidade”, não basta haver uma coerção via instituições sistêmicas, é preciso um “espírito”. É justamente para vencer essa barreira que a ciência econômica entrou em cena, apresentando-se como “não ideológica” e dando suporte a esse “espírito”. Há, aqui, uma “separação radical entre os aspectos econômicos do tecido social e sua construção em domínio autônomo independente da ideologia e da moral” (DUMONT, 1977, p. 15 *apud* BOLTANSKI; EVE, 2009, p. 44), trazendo uma ideia de ciência neutra e técnica que busca o bem-estar da população em geral, desvinculada de aspectos políticos.

Da mesma maneira que o capitalismo encontrou respaldo na ciência econômica liberal de Adam Smith e de David Ricardo, o neoliberalismo também se utilizou dessa escora ideológica, apoiando-se, primeiro, nos economistas neoclássicos, para, depois, fincar suas bases na Escola Austríaca e na Escola de Chicago, que se tornariam pedras angulares de sua ideologia.

O rótulo “neoliberal” marca sua adesão aos princípios de livre mercado da economia emergente na segunda metade do século XIX, chamada de neoclássica, devido aos trabalhos de Alfred Marshall, Willian Stanley Jevons e Léon Walras (HARVEY, 2014). Os neoclássicos dão uma forte centralidade à figura do indivíduo, afinal, a própria organização sócio política ocidental moderna é influenciada por noções de um indivíduo cuja racionalidade o afasta do mundo natural (NUERBERG; ZANELLA, 2003) e o permite dominar a natureza pelo artifício do trabalho (NETTO; BRAZ, 2012).

Essa racionalidade, que vem diretamente do iluminismo, tem uma presença importante no discurso dos economistas neoclássicos (PRADO, 2014). Ao definirem o indivíduo como um agente econômico centrado em si mesmo, que conhece os fenômenos normativos do mundo de modo perfeito e objetivo (PRADO, 2014), dão centralidade a esse agente em suas teorias sobre como funciona a economia e o mercado.

Essa tese é a base da teoria neoclássica, da qual deriva o neoliberalismo, que tem como objetivo definir o mercado como um mecanismo ideal, no qual os indivíduos, dotados de uma racionalidade, podem organizar suas trocas (WACQUANT, 2012). Contudo, o neoliberalismo acrescenta mais uma variável à equação, a noção de liberdade, que será o eixo da sua teoria, tal como define Harvey (2014):

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2014, p. 12).

Esse ideal de liberdade foi o grande trunfo do discurso neoliberal, usado a seu favor. Para entendermos como isso funcionou na prática, temos que perceber como a palavra “liberdade” foi utilizada ideologicamente e com uma forte carga simbólica.

Para se compreender a construção de um discurso persuasivo, é necessário reconhecer a organização e a natureza dos signos linguísticos. Na história, vemos vários exemplos de palavras ou expressões com forte conotação ideológica (CITELLI, 1985). O maior triunfo da China foi ter conseguido batizar a devastação causada pela Inglaterra no sec. XIX de Guerra do Ópio,<sup>7</sup> já que o próprio nome define o caráter sórdido da guerra, que tinha por finalidade introduzir, à força, o ópio em terras chinesas. Há também, no Brasil, exemplos mais sutis, como o fato de a maior rodovia do país ser chamada de Castelo Branco, algo que pode ser entendido como uma referência modernizadora aos governos militares (CITELLI, 1985), ou mesmo o movimento “Escola sem Partido”, que, em seu nome, imprime a ideia de que o ensino não deve ter “partido” e visa uma educação isenta de ideologia, mas que, na realidade, acaba por causar uma censura travestida de neutralidade (MANHAS, 2016).

Nessa mesma lógica, quando analisamos o neoliberalismo, vemos o signo sendo usado ideologicamente como algo positivo, em um emprego que dissimula seu significado real. Tal como mencionado anteriormente, o neoliberalismo usa a palavra liberdade como forma de orientar a racionalidade dos indivíduos na busca do equilíbrio do mercado.

A ideia de liberdade é um valor que transcende culturas e gerações e é por si só comovente e valioso, já que dificilmente alguém pode se opor à liberdade. Além da conotação de fácil entendimento, notamos ainda que, no imaginário popular, é presente a ideia de que os mercados são sempre eficientes e o Estado sempre é patológico (BLITH, 2017) e pouco a pouco vem se formando, no âmbito do senso comum, apoiado nos ditames neoliberais, a ideia de um Estado obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com outros Estados (DARDOT; LAVAL, 2016). Assim, em detrimento da soberania política, toda reflexão sobre a administração pública adquire um caráter técnico (DARDOT; LAVAL, 2016).

O discurso foi cooptado pelo neoliberalismo, sempre em contraposição ao Estado interventor, havendo, nele, quatro premissas básicas (CARCANHOLO, 1998, p. 17):

---

<sup>7</sup> Utilizei com base o argumento de Nogueira (2016)

- 1) agentes individuais tomam decisões motivados unicamente pelo interesse próprio e suas interações só são explicadas por esse interesse.
- 2) as interações baseadas no interesse próprio não levam ao caos social, mas à harmonia.
- 3) é o mercado o grande maestro que rege estas interações de indivíduos.
- 4) qualquer intervenção é indesejável.

Após essa breve excursão pelo “espírito” ideológico do neoliberalismo, podemos aprofundar melhor o entendimento de como o neoliberalismo saiu da condição de doutrina “marginal” para a de ideologia hegemônica global. Para tanto, vamos nos pautar nas quatro fases do neoliberalismo, conforme definidas por Fiori (1997, p. 205-8).

### *1.1.2 As quatro fases da constituição do neoliberalismo*

A primeira fase iniciou-se logo após a Segunda Guerra Mundial, com a publicação do livro *O Caminho da Servidão* (1944), de Friedrich Hayek. Embora suas ideias não tenham ganhado força na época, foram mantidas e reutilizadas posteriormente por uma geração de pensadores.<sup>8</sup> Analisando as ideias de Hayek com base no dialogismo de Bakhtin, vemos que o discurso do autor é totalmente transpassado pela crítica da ideologia hegemônica no período, o Welfare State de matriz keynesiana, que previa um papel interventor do Estado. Hayek entendia que “qualquer tentativa de ajustamento econômico, ou regulação política das leis da oferta e da procura, deve ser entendida como uma intervenção indevida” (MALAGUTI, 1998, p. 66) e alertava a todos sobre o “perigo do totalitarismo criado pela política de planejamento econômico”.<sup>9</sup>

Cabe elucidar que nem toda intervenção estatal é necessariamente ruim; o Estado liberal, para Hayek, deve sim intervir para estabelecer um sistema eficaz de concorrência e atuar em áreas não atrativas para a iniciativa privada (MALAGUTI, 1998). Vemos esse primeiro momento neoliberal como uma semente, a qual, mesmo sem ter ganhado notoriedade, conseguiu, em seu discurso, levantar críticas ao regime vigente, as quais depois seriam a base da nova hegemonia.

---

<sup>8</sup> Friedrich Hayek fundou a Mont Pèlerin Society com outros liberais para propagar o liberalismo no pós-guerra. Entre eles, estavam Ludwig von Mises, Bertrand de Jouvenel, Wilhelm Röpke, Milton Friedman, Frank, Karl Popper e outros pensadores de relevo.

<sup>9</sup> HAYEK, F. Prefácio a edição norte-americana de 1975. p.18

A segunda fase neoliberal foi decorrente das crises do petróleo na década de 70 e da derrocada do modelo de bem-estar social. Nesse contexto, os discursos de base monetaristas, de Milton Friedman, surgiram como alternativa para a superação do modelo keynesiano (HARVEY, 2014). Para uma melhor compreensão da derrocada do *Welfare State* e da ascensão dos discursos que dariam “corpo prático” ao neoliberalismo, é importante ressaltar que não só aspectos econômicos causaram a sua queda, mas também aspectos culturais, relacionados à eclosão da contracultura.<sup>10</sup> O movimento, que ganhou maior notoriedade em maio de 1968, na França, tinha como crítica o desgastante e repetitivo trabalho fabril e a regulação de todos os aspectos social da vida pelo Estado, de forma que se reivindicava uma maior liberdade em relação aos costumes (BIHR, 2007).

Foi no bojo de toda essa revolta que o neoliberalismo, como mencionado no item anterior, apropriou-se do discurso de “liberdade”, para difundi-lo no âmbito econômico como a ideia base da ideologia neoclássica: a liberdade de escolha do indivíduo. Nesse sentido, o mercado é o local ideal em que os indivíduos podem maximizar as suas escolhas em seu próprio benefício (HARVEY, 2014). Vemos que o discurso propagandeado encontrou força nas “debilidades”<sup>11</sup> do *Welfare State*, criticando justamente o aspecto interventor do Estado, com a justificativa de que este cerceava a liberdade de escolha da população.

Nesse cenário, o discurso monetarista de Milton Friedman ganhou força. Sua teoria, derivada diretamente dos neoclássicos, era baseada na ideia de que o Estado devia sim ter uma função na economia, a qual consistiria em manter a taxa de inflação estável e conter os gastos públicos (MORAES, 2001). Utilizando o discurso keynesiano como base de suas críticas, o autor chamava a atenção para “a não efetividade do uso da política fiscal para contrapor o ciclo econômico e buscar o pleno emprego” (LOPREATO, 2012, p. 2). Ou seja, ele não aceitava a intervenção do Estado na economia, por meio de investimentos e do endividamento, para a distribuição de renda e para a manutenção do pleno emprego.

---

<sup>10</sup> Esse movimento de contracultura teve uma forte crítica à sociedade planificada keynesiana, que sustentava uma forma de controle sobre comportamentos fundamentais para a manutenção do funcionamento da engrenagem econômica, padronizando-os e estimulando o consumo. Nesse período, vemos também uma revolta centrada no sistema fabril, sob a ótica de uma saturação do trabalho repetitivo e da perda de competitividade, fazendo com que fosse necessário repensar todo o sistema de trabalho da época (CHESNAI, 1999).

<sup>11</sup> Os críticos do *Welfare State* argumentavam que a crise era devido ao tamanho do Estado e ao excesso de benefícios concedidos por ele (HARVEY, 2014). É nessa perspectiva que empregamos a palavra “debilidades”.



Os conceitos de Milton Friedman ganharam hegemonia e “venceram” o debate (LOPREATO, 2012), passando a ser vistos como uma solução para a crise do Estado de bem-estar social nos países centrais, no período de pós-crise do petróleo de 1973. Esse debate saiu do discurso para a prática com a ascensão dos governos conservadores<sup>12</sup> de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, iniciando, assim, a terceira fase descrita por Fiori (1997).

Essa nova fase foi marcada pela aplicação das doutrinas monetaristas e pela não implantação do neoliberalismo em todas as suas facetas teóricas,<sup>13</sup> porém, a sua defesa foi efetiva em três pontos amplamente sustentados pelos seus teóricos: a desregulamentação financeira, a desoneração do grande capital e o ataque aos direitos trabalhistas (HARVEY, 2014). O aspecto ideológico embutido nessas decisões é devido, em grande parte, a uma estratégia eficaz de conversão de mentalidades que tomou forma dupla, de luta ideológica contra o Estado e contra suas políticas públicas. De um lado, estava “uma apologia despudorada do capitalismo mais desinibido” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205), de outro, foi criada toda “uma vulgata sobre o tema da necessária “desobrigação do Estado” e a incomparável “eficácia dos mercados”” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205).

Todo o discurso utilizado nessa estratégia tinha como base a crítica ao *Welfare State* e a sobreposição do enfraquecido keynesianismo, colocando-se como única alternativa e forma de contrapor as crises dos países desenvolvidos.

Ambos os governos, eleitos democraticamente, colocaram o paradigma do Estado provedor em questão. Tratou-se de uma inversão no pensamento hegemônico, pois, “até os anos 1970, desemprego, desigualdades sociais, inflação e alienação eram patologias sociais atribuídas ao capitalismo; a partir de 1980 os mesmos males foram sistematicamente atribuídos ao Estado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 209). Nos governos Thatcher e Reagan, os discursos centravam-se no ataque ao Estado interventor e à forma de solidariedade que compunha a base do *Welfare State*. Os slogans “o governo não é a solução, é o

---

<sup>12</sup> Não estamos considerando o Chile em nossa análise, pois as relações de classe nesse país se deram sob uma ditadura sem margem de contestação em âmbito legal ou parlamentar. Apesar disso, não desconsideramos que as ditaduras militares latino-americanas foram importantes para a mudança no padrão de acumulação capitalista, uma vez que, pela força, procuraram quebrar a espinha dorsal do movimento operário na região, algo muito claro, por exemplo, em relação ao peronismo argentino e ao trabalhismo brasileiro.

<sup>13</sup> “Para a opinião pública britânica, havia limites à neoliberalização de tudo. Para dar um exemplo, só em 2003 um governo trabalhista, enfrentando uma oposição generalizada, conseguiu introduzir na educação superior do país uma estrutura de pagamento de taxas” (HARVEY, 2014, p. 71).

problema” e “Não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos” refletem bem a nova ideologia que começava a galgar posições. Essa avaliação tinha como respaldo um postulado sobre a relação do indivíduo com o risco do “estado de bem-estar social”. Ao promover o bem-estar da população por “meio de mecanismos de solidariedade, se eximiu os indivíduos de suas responsabilidades, dissuadindo-os de buscar trabalho” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 211).

Outro alvo desses governos – importantes para a desestabilização da “solidariedade” vigente no *Welfare State* – foram os sindicatos, fortemente reprimidos.<sup>14</sup> Estes representavam uma forma de luta conjunta e de solidariedade entre trabalhadores.

As ideias neoliberais rapidamente ganharam força e notoriedade em outros países, como na Alemanha Ocidental e na Dinamarca. O mais importante dessa “virada” não foi tanto a retirada do Estado, como se poderia intuir nos discursos, mas a modificação de suas modalidades de intervenção em nome da racionalização e da modernização das empresas e da administração pública (DARDOT; LAVAL, 2016).

Observando a mudança do *Welfare State* para o neoliberalismo sob a ótica das classes, vemos que ocorreu concomitantemente um rearranjo da configuração tripolar de classe. Utilizaremos, nessa análise, a teoria da dinâmica histórica da hegemonia de Duménil e Lévy (2014, p.23), que define as classes do capitalismo moderno, as quais são: 1. Classes capitalistas, 2. Classes gerenciais, 3. Classes operárias. No Estado de bem-estar social havia uma unidade entre as classes gerenciais e operárias. Isso não significa de forma alguma que o arranjo não beneficiava as classes capitalistas, apenas limitava seu poder de uma forma indireta. Com o advento do neoliberalismo, houve uma reestruturação, e as classes gerenciais se aliaram às classes capitalistas, fundando o que os autores definem como hegemonia financeira (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 24):

As classes capitalistas – ou seja, as finanças e a camada superior das classes capitalistas e das instituições financeiras – se beneficiaram de uma capacidade ilimitada de comandar a economia e a sociedade em geral, de acordo com interesses próprios ou o que percebiam como tal.

---

<sup>14</sup> O auge dessa repressão foi o confronto com os mineiros, na Inglaterra, e com os controladores de voo, nos Estados Unidos.

Finalmente, chegamos à quarta e última fase do neoliberalismo, que foi a exportação da doutrina para a América Latina e para os países do leste europeu. Considerando os objetivos deste trabalho, vamos centrar a nossa análise apenas nos países da América Latina, especificamente no Brasil.

O contexto em que os países latino-americanos aderiram a essa nova orientação foi de uma grande crise despertada pela dívida que se iniciou com o choque Volcker de 1979 (HARVEY, 2014) e que aumentou os juros da dívida americana, endividando ainda mais os países devedores. A crise se torna mais aguda a partir do colapso mexicano de 1982, que praticamente estancou a liquidez mundial, deixando países dependentes em situação de dívida externa elevada e hiperinflação. Nesse primeiro momento, houve tentativas de reforma com enfoque no ajuste inflacionário, muitas fundadas em políticas heterodoxas e não totalmente filiadas a doutrinas neoliberais. Porém, em razão da persistência do problema, outras medidas foram necessárias.

Devido ao quadro crítico e persistente, economistas se reúnem em uma convenção para traçar uma possível saída para o problema do endividamento. Desse encontro, surge o “Consenso de Washington”,<sup>15</sup> que traduziu “as ideias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de pacote terapêutico” (NUNES, 2016, p. 73). Na realidade, essas orientações funcionaram como agenda política, pois os países que não se enquadrassem nessas condições não receberiam financiamento, tampouco poderiam renegociar as suas dívidas.<sup>16</sup>

As principais diretrizes da política econômica emergente, segundo Batista (1994), abarcavam: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; 10) propriedade intelectual. Os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram,

[...] por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-

<sup>15</sup> Expressão foi cunhada pelo economista Inglês John Williamson em um congresso ocorrido em Washington, DC, no qual foram sugeridas medidas econômicas para países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. O consenso apontou como causa da crise o excessivo crescimento do Estado e o populismo econômico (BRESSER-PEREIRA, 1991).

<sup>16</sup> As reformas liberalizantes que visaram reduzir os poderes regulatórios e o tamanho do Estado foram parte do receituário das agências de financiamento internacional (SOLA, 1993).

regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas (BATISTA, 1994, p. 27).

As análises e as reflexões feitas até aqui buscaram delinear o contexto global da derrocada do paradigma keynesiano, vista como uma consequência natural, e até mesmo modernizadora, de um modelo “problemático” e em crise. Contudo, é importante reforçar que a incorporação do neoliberalismo no Brasil sob as diretrizes do Consenso de Washington não foi fruto de uma obra automática das forças de mercado, mas resultado de uma decisão política e econômica balizada pelas forças hegemônicas presentes no bloco no poder.

A hegemonia foi construída, em um primeiro momento, no discurso, para, depois, fixar base no confronto político, isto é, nas arenas decisórias do Estado. Para esclarecer como se deu isso, vamos, de início, explicitar a ideologia do Estado desenvolvimentista, antes hegemônico no país, e assim buscar entender como sucedeu a sua queda a partir de uma sequência de planos econômicos que provocaram fissuras na sua credibilidade.

## 1.2 O Estado desenvolvimentista brasileiro e sua ideologia

A ideologia atribuída à expressão “Estado desenvolvimentista” deriva do Estado criado na Era Vargas,<sup>17</sup> fundamental para o rompimento do paradigma brasileiro da vocação agrária, que, por sua vez, consolidou-se a partir de uma reorganização de classe que alterou a hegemonia no bloco no poder.

O Estado desenvolvimentista estava vinculado à ideia de promoção da industrialização para a substituição de importações.<sup>18</sup> O seu discurso era contrário ao das classes dominantes agrárias, que estavam “vinculadas à antiga ideologia liberal (vitoriana) do *laissez faire* e glorificavam a ‘vocação agrária’ do país e seu lugar na ordem global” (SAAD; MORAIS, 2018, p. 43). A doutrina desenvolvimentista, conforme ficou conhecida, tinha como base ideológica o Estado enquanto indutor do desenvolvimento. Foi criada em detrimento de uma política

---

<sup>17</sup> “Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) começaram a criar as instituições e políticas que mais tarde seriam os principais instrumentos de desenvolvimento liderado pelo Estado” (SCHNEIDER, 1990, p. 9).

<sup>18</sup> A industrialização por substituição de importação é um sistema de acumulação que se orienta para a internalização da produção de bens manufaturados (anteriormente importados) e de serviços auxiliares, a fim de aliviar a restrição do balanço de pagamentos, criar empregos e incorporar novas e modernas tecnologias (SAAD; MORAIS, 2018, p. 37).

agrário-exportadora que beneficiava diretamente os latifundiários, principalmente cafeeiros, radicados em São Paulo.

Os conflitos entre as duas visões acerca do desenvolvimento econômico centravam-se na extensão e nos modos de transferência de recursos do setor primário para o resto da econômica, bem como na definição de onde e como esses recursos deveriam ser alocados (SAAD; MORAIS, 2018, p. 43), quer dizer, se deveriam ir para a indústria manufatureira ou para a manutenção do preço do café. O debate foi intensificado pelas duras restrições da balança de pagamentos após a Crise de 1929.

Segundo os defensores do desenvolvimentismo, esse déficit era consequência da política econômica “liberal” dos latifundiários paulistas. O discurso dos desenvolvimentistas fez contraposição à ideia de vocação agrária, sendo propagada, ainda, a ideia de que esses grupos estavam atrasando o desenvolvimento do país. Justificava-se, assim, a intervenção estatal para o fomento do desenvolvimento do país por meio da indústria, algo que, ao final, seria benéfico para toda a nação (SAAD; MORAIS, 2018).

Devido às dificuldades enfrentadas pelos setores agrários dominantes na Crise de 1929 e à ruptura do pacto político entre as classes dominantes, conhecido com a política do café com leite,<sup>19</sup> deu-se uma revolução que, ao final, mudou a orientação econômica do Estado, resultando em uma nova hegemonia de classe. Agora, não mais focada exclusivamente na estrutura agrário-exportadora, que levou à “substituição do antigo intervencionismo estatal de caráter mercantil por um novo intervencionismo estatal, voltado para a esfera da produção e das relações de trabalho” (SAES, 2001, p. 103).

Cabe salientar que o setor agrário-exportador, que influenciava diretamente o poder estatal, beneficiava-se de sua estrutura pouco burocratizada<sup>20</sup> e da posição do país no mercado capitalista mundial. O mercado interno não era uma prioridade, não interessando, assim, a esse setor, políticas voltadas para o fortalecimento da classe trabalhadora ou mesmo do poder de compra da população. Foi justamente com esse foco que atuou o Estado desenvolvimentista varguista

---

<sup>19</sup> Era a alternância do poder nacional entre oligarquias paulista e mineira.

<sup>20</sup> De acordo com Max Weber, burocracia é uma estrutura organizativa caracterizada por regras e procedimentos explícitos e regularizados, pela divisão de responsabilidades e especialização do trabalho e pela hierarquia e relações impessoais. Distingue-se de outras formas de organização por privilegiar o recrutamento meritocrático de seu quadro de funcionários (SCHNEIDER, 1990).

(SAES, 2001), que, desde a década de 30, promoveu uma campanha de industrialização por substituição de importações, criando direitos trabalhistas e um mercado interno de massas, que, longe de ser inclusivo e mais focado na população urbana, conseguiu que o Brasil deixasse de ser um país prioritariamente agrário-exportador e se tornar um país industrial.

Avaliamos que, para uma melhor compreensão da crise dessa nova ideologia estatista, faz-se necessário expor o contexto em que o discurso, então hegemônico, começou a mostrar sinais de desgaste, não conseguindo mais manter coesa a hegemonia de classe do bloco no poder. Decidimos nos centrar em dois planos econômicos: o Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND II) e o Plano Cruzado, que ilustram bem uma mudança de discurso empreendida pelas classes alçadas à condição de vanguarda presentes no bloco no poder: a burguesia da grande indústria. Além disso, os planos conseguiram provocar fissuras determinantes na ideologia do Estado indutor do desenvolvimento capitalista.

### *1.2.1 Plano Nacional de Desenvolvimento II*

O PND II foi empreendido na segunda década do período que ficou conhecido como ditadura militar do Brasil. Este regime político se estabeleceu com o golpe de 1964, o qual mudou a orientação econômica do país, que antes buscava a consolidação de um mercado interno de massas e o aumento de salários previsto pelo Plano Trienal (BASTIEN, 2013) de Celso Furtado, então ministro do planejamento de João Goulart, presidente deposto pelos militares. O plano tinha uma orientação focada na distribuição de renda e, com o golpe, suas diretrizes foram devidamente sepultadas. Roberto Campos, de tendência ideológica diametralmente oposta, ao assumir a pasta, corroborou essa nova orientação a partir de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>21</sup> e de um novo plano econômico.

A princípio, as forças que estavam apoiando o golpe militar eram amplas e contavam com a maioria da classe média urbana, com os grandes industriais, com os proprietários rurais, com a Igreja Católica, com a mídia e com o

---

<sup>21</sup> Mesmo contando com divergências intensas com Roberto Campos, “O Fundo Monetário Internacional terminou por aceitar o ‘tratamento gradualista’ e, em janeiro de 1965, concedeu crédito de 125 milhões de dólares” (SANTOS, 2000, p. 113).

capital financeiro (GASPARI, 2002). Porém, os interesses dessas classes não eram homogêneos: os grandes industriais, por exemplo, tinham interesse em um amplo mercado interno de massas aliado a uma política expansionista da indústria. Mesmo assim, o Plano Trienal, que continha diretrizes alinhadas a seus interesses, não agradou completamente a essa fração da burguesia.<sup>22</sup>

O novo plano econômico de Roberto Campos, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), envolvia empréstimos internacionais, agrupando o tripé: capital nacional, internacional e estatal (VILLARINO, 2016). Tal medida, mesmo não criando um amplo mercado interno, beneficiou os industriais, posto que resultou em arrocho salarial e na intervenção estatal nos sindicatos. Foi uma forma de manter a lucratividade e competitividade do segmento.<sup>23</sup> O Plano, no que tange ao crescimento do PIB, foi inegavelmente bem-sucedido, formando as bases para o que ficaria conhecido como “milagre econômico”.

O modelo também estava fortemente vinculado à importação de matérias primas e dependia primordialmente do transporte rodoviário para o escoamento da produção. Foi, contudo, prejudicado após o choque do petróleo de 1973, que não só encareceu o óleo cru, mas também o preço dos derivados e de muitas matérias primas, aumentando, assim, o custo das importações e gerando um consequente déficit na balança de pagamentos (SALLUM JR.; KUGELMAS, 1991). Porém a questão do petróleo, sozinha, não foi determinante para o esgotamento do “milagre” ela “simplesmente precipitava seu desenlace e acentuava suas debilidades estruturais, levando mais rapidamente a um desequilíbrio da balança de pagamentos e ao progressivo endividamento externo” (CHASIN, 1977, s/p) que foram consequências intrínsecas do próprio “milagre”.

Foi nessa conjuntura que Ernesto Geisel assumiu a presidência. A nova administração herdou do governo Médici um “milagre” que já mostrara perturbadores sinais de falência (FISHLOW, 1974, p. 510). Para contornar a situação, foi lançado o PND II, que teve como seus principais arquitetos João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento, e Mario Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda.

---

<sup>22</sup> A burguesia tinha inúmeras ressalvas ao plano, que previa aumento de salários e mudanças estruturais, como a reforma agrária (VILLARINO, 2016).

<sup>23</sup> O arrocho salarial acabou aliviando os custos dos empresários e permitiu frear a inflação (SANZ; MENDONÇA, 2017).

Um dos seus objetivos foi criar uma nova forma de substituição de importações, priorizando ações no setor de bens de produção (FONSECA; MONTEIRO, 2007), visto que “os problemas da balança comercial indicavam uma forte dependência de bens de produção no País” (MANTEGA, 1997, p. 33) e tinham um alto volume de importação. Para tanto, foi necessário provocar uma leve desaceleração na economia<sup>24</sup> para canalizar os recursos para essas ações. Além disso, o governo teve que financiar o plano diretamente, “por meio de impostos ou de grandes empréstimos externos feitos por empresas estatais” (SAAD; MORAIS 2018, p. 53).

A partir do início de 1975, foram colocados em xeque tanto a ampliação das funções empresariais, quanto o aumento da própria atividade regulatória do Estado (SAAD; MORAIS 2018). O crescimento acelerado das empresas estatais e da burocracia do estado durante a execução deste plano não agradaram alguns setores da burguesia interna<sup>25</sup>, pedra angular de sustentação do golpe de 1964, rompendo equilíbrio do poder daquelas frações. Principalmente depois da inclusão de taxas alfandegárias restritivas as importações e a retirada do financiamento pela Caixa do comércio de bens duráveis que financiava a indústria de produtos manufaturados nacionais (MANTEGA, 1997). E o corolário destas divergências levou, ao fim e ao cabo, uma desaceleração do crescimento e abalou a credibilidade dos militares que eram associados a uma ideia de “competência econômica” (SAAD; MORAIS 2018, p.57).

Devido à insatisfação com o Plano,<sup>26</sup> os empresários começaram a pedir a volta da democracia, no intuito de, com isso, mudar a orientação macroeconômica (FISHLOW, 1974). Essa fração da burguesia foi de extrema importância para o progressivo enfraquecimento do governo Geisel e da tutela militar. Do mesmo modo que os trabalhadores criticavam a tutela sindical alinhada aos militares, os empresários começaram a criticar a prevalência do público sobre o

---

<sup>24</sup> A economia brasileira já apresentava uma deficiência estrutural de certas matérias primas, de bens intermediários e de capital, a qual foi apenas exacerbada pelo boom do “milagre” e pelo choque de petróleo. Naturalmente, isso implicou um arrefecimento nas espetaculares taxas de crescimento do complexo de bens duráveis a partir de 1974 e na sua substituição pelo setor de bens de produção, carro-chefe da economia brasileira no período (MANTEGA, 1997, p. 33).

<sup>25</sup> “O fato novo que tornou a ‘abertura’ inevitável para o governo está no comportamento dos principais líderes empresariais, os quais, em 26 de junho de 1978, publicaram o “Manifesto das Oito”, intitulado “Primeiro Documento dos Empresários” (BRESSER-PEREIRA, p. 108).

<sup>26</sup> “A crescente centralização de poder e a crescente dependência do destino do setor privado em relação às decisões governamentais, sobre as quais os empresários tinham controle mínimo, tornou desagradável a situação” (FISHLOW, 1974, p. 523).



privado (AGGIO, 1996), ou, em outras palavras, a interferência do Estado na economia. Essa mudança de paradigma foi fundamental para a futura reorganização neoliberal e a conseqüente depreciação do Estado.

Outra fração de classe importante para a fissura do regime militar foram os trabalhadores sindicalizados. As greves de 1978 a 1980 foram um verdadeiro baque para o governo, que estava acostumado a maleabilidade dessa classe, garantida pela forte repressão política e intervenção estatal nos sindicatos. Tal agitação, com o fim da censura e com as ações liberalizantes eleitorais, acabou por minar o regime, ao passo que, internamente, o apoio do Congresso vinha sendo abreviado, tornando imperativa a dissolução do sistema bipartidário (CODATO, 2005).

Os partidos e o Congresso “transformaram-se progressivamente numa arena primordial para o desenvolvimento do processo de transição. Tal evolução ocorreu paralelamente com o fortalecimento da sociedade civil” (DINIZ, 1986, p. 4), culminando no movimento Diretas Já, que foi uma ação oposicionista liderada pelo MDB e que se revelou uma frente antirregime com grande capacidade de mobilização popular.

A fissura produzida pela perda de apoio dos industriais brasileiros não foi determinante para a derrocada do discurso desenvolvimentista.<sup>27</sup> No entanto, como veremos no próximo item, a decisão do presidente Sarney de nomear Francisco Dornelles como Ministro da Fazenda foi uma tentativa de alinhamento ao discurso neoliberal, ainda que insuficiente para que ele pudesse se concretizar.

### *1.2.2 Plano Cruzado*

O contexto da implantação do Plano Cruzado foi totalmente diferente do PND II, uma vez que foi criada sob a chamada Nova República, a qual pôs fim ao regime militar no Brasil. Como veremos a seguir, esse Plano teve que enfrentar uma forte resistência ideológica, pois sua orientação desenvolvimentista heterodoxa já não estava em linha com os países centrais, que estavam aplicando políticas de orientação neoliberal (HARVEY, 2014). Um marco do alinhamento com o

---

<sup>27</sup> Na década seguinte, viu-se, ainda, por parte do Estado, tentativas de conservação das diretrizes desenvolvimentistas. Que denota que a burguesia interna ainda dispunha de influência sobre o Estado.

neoliberalismo foi a publicação do livro *Além do Cotidiano* (1985), do economista, político e diplomata Roberto Campos, que promoveu intensos debates sobre a forma como o Brasil conduzia a sua economia e em torno da necessidade de uma reforma de Estado. Nesse sentido, Roberto Campos se transformou em um “grande divulgador dos ideais neoliberais” (GENNARI, 2002, p. 34).

A Nova República “tão logo nasceu, deixou de ser a expressão do que queria dizer”,<sup>28</sup> pois, com a morte de Tancredo Neves, então candidato apoiado pelas massas e vencedor do candidato do regime militar Paulo Maluf, assumiu a presidência o vice-presidente José Sarney, que tinha uma falta de legitimidade e, além de tudo, era tido como um representante do regime militar (SALLUM JR.; KUGELMAS, 1991). A realidade mostrou que a ditadura não havia sido de fato derrotada, mas sim reagrupada na candidatura de Tancredo, que tinha como vice Sarney (SALLUM JR; MARTINS; GRAEFF, 1986). Ao fim e ao cabo, podemos afirmar que não houve uma verdadeira substituição dos grupos ligados à ditadura, mas uma “reacomodação no universo das elites, tendo as Forças Armadas passado para o fundo do palco” (CODATO, 2005, p. 99).

Inicialmente, o governo Sarney parecia haver se alinhado ao neoliberalismo e aos interesses do empresariado nacional, que estavam descontentes com as ações anteriores, principalmente com aquelas relacionadas ao PND II. Podemos notar isso na composição dos ministérios, que tinha Francisco Dornelles como Ministro da Fazenda e Antônio Carlos Lembruger como presidente do Banco Central. Os dois com uma notória orientação liberal (SALLUM JR; MARTINS; GRAEFF, 1986). O lema desse primeiro governo civil era, ainda no planejamento de Tancredo, “é proibido gastar”,<sup>29</sup> leia-se “atacar a inflação com uma política de ajustamento do setor público, conforme receita recessiva do FMI, para depois pensar em retomada do desenvolvimento” (SALLUM JR; MARTINS; GRAEFF, 1986, p. 5). No entanto, havia uma divisão ideológica no interior do partido do presidente, o PMDB. Figuras como João Sayad, então, ex-secretário da Fazenda de São Paulo, apresentava um discurso desenvolvimentista, formalizado nas propostas da COPAG – a comissão de técnicos e empresários incumbida de

---

<sup>28</sup> SALLUM JR., MARTINS; GRAEFF (1986, p. 2) referem-se àquilo que, dentro de poucos meses, caracterizava o governo Sarney, visto como representante do regime.

<sup>29</sup> “É proibido gastar” era a principal mensagem de Tancredo Neves no discurso que pronunciaria diante do ministério, impedido horas antes pela doença que o levou (Chagas). Disponível em: <<http://www.tribunadainternet.com.br/a-proibicao-do-tancredo/>>. Acesso em: 21 de maio de 2019

elaborar os planos de ação do futuro governo –, que fazia oposição à ideologia neoliberal que vinha ganhando força dentro do governo Sarney (SALLUM JR; MARTINS; GRAEFF, 1986).

Tal contradição ideológica ficou latente nos primeiros meses de governo, até que foi frustrada pela falta de apoio no Congresso, que minou as estratégias levadas a cabo pelo ministro Dornelles (SALLUM JR; MARTINS; GRAEFF, 1986). Ficou, então, claro no episódio que o próprio teve que ir pessoalmente ao Congresso para buscar apoio para as suas medidas, justificando-as com uma previsão de crescimento do déficit de 1985. Suas estratégias para superação da situação consistiam em corte de gastos, aumento de carga tributária, emissão de papel moeda e ampliação do endividamento público. Mesmo com todo o empenho, o ministro só conseguiu ter sucesso na política monetária restritiva, que aumentou o endividamento por meio da venda de títulos públicos, e que, com isso, enxugou o excesso de liquidez (SALLUM JR.; MARTINS; GRAEFF, 1986).

Devido à falta de apoio, o ministro pediu desoneração. Por conseguinte, ascendeu ao cargo Dílson Funaro, de orientação desenvolvimentista, que representava um “desenvolvimento capitalista acelerado, sem as tintas do nacionalismo e estatismo extremados da década de 1950” (SALLUM JR; MARTINS; GRAEFF, 1986, p. 6). Foi no seu mandato que nasceu o Plano Cruzado, que, dado à sua falta de efetividade, provocou mais uma fissura no modelo desenvolvimentista, maculando ainda mais a visão heterodoxa dos planos econômicos.

O Plano<sup>30</sup> foi marcado principalmente por um congelamento dos preços, pela indexação de salários e por uma política cambial. De início, houve uma estabilização da alta inflacionária, que chegou a níveis bastante reduzidos (OLIVEIRA, 1987). Um ano depois, quando os preços tiveram que ser ajustados, o governo não fez a sua lição de casa, tratando com desprezo o equilíbrio fiscal e cambial. A consequência disso foi a volta da inflação e uma crise política que deu origem a outros planos de estabilização, os quais foram de duração efêmera e trouxeram resultados nulos, quando medidos pela régua do controle inflacionário (FIORI, 1992).

Os grupos que não estavam satisfeitos com as políticas desenvolvimentistas da ditadura e que apoiaram a queda do regime militar não se

---

<sup>30</sup> BRASIL. **Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986**. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2284.htm)>. Acesso em: 21 maio 2019

viram contemplados com as políticas econômicas do novo governo. O Plano Cruzado diminuiu a lucratividade dos empresários com o congelamento de preços e não resolveu o problema da inflação, que impactava a população como um todo. O fracasso do Plano deu início a uma clivagem ideológica, no que tange à orientação do governo. O Plano Cruzado foi claramente um plano heterodoxo desenvolvimentista.<sup>31</sup> Assim sendo, os neoliberais se aproveitaram para se mostrar como alternativa, o que, na eleição de 1989, culminou na vitória do candidato Fernando Collor, que estava alinhado a esse projeto.

A vitória neoliberal de 1989, junto do fracasso dos planos em conter a inflação, provocou a fissura final no discurso desenvolvimentista, que não teve seu fim decretado de imediato. O governo Collor, por mais que tenha sido o primeiro a tentar introduzir as ideologias neoliberais de privatização e de demonização do Estado, não conseguiu consolidar o processo em sua plenitude, uma vez que “o compromisso do novo presidente com o projeto neoliberal extremado mostrou-se precipitado, pois entre as frações do bloco no poder não havia unidade suficiente em torno do conjunto do ideário neoliberal” (MACIEL, 2011, p. 101).

### 1.3 A nova ideologia hegemônica

Como vimos no capítulo, a ideologia do “Estado empresário” vinha claudicando desde o PND II. O Plano Cruzado e as tentativas posteriores sacramentaram a incapacidade do Estado de conter o problema inflacionário, resultando na eleição de 1989, na qual se viu candidatos governistas com baixa votações e um segundo turno composto por outsiders antigoverno com ideologia fortemente contrária ao governo Sarney.

A vitória do candidato Fernando Collor de Mello na eleição de 1989 deu início a um processo de mudança ideológica contrário à primazia do Estado, encetado a partir de reformas liberalizantes que visavam reduzir os poderes regulatórios e o tamanho do Estado, vindo ao encontro do receituário neoliberal (SOLA, 1993). Dois planos foram determinantes para a ruptura definitiva com o Estado empresário: o Plano Collor I e o Plano Real.

---

<sup>31</sup> Segundo Bresser-Pereira (1993), tem-se o início de uma clivagem com o Plano Cruzado, que era taxado de desenvolvimentista e foi fortemente criticado pelos neoliberais, que se colocaram como alternativa.

Antes de entrarmos nos planos propriamente ditos, cabe aqui, para uma melhor elucidação, fazer uma breve contextualização das opções político-ideológicas que estavam em jogo na eleição de 1989, as dificuldades encontradas por cada uma e como os discursos foram construídos frente à ideologia oposta.

Ao final do governo Sarney, a credibilidade ideológica do Estado estava seriamente danificada. Suas ações eram vistas como débeis e ineficientes diante dos problemas postos. Para resolver os impasses, as forças sociais e políticas apresentaram basicamente duas alternativas (SALLUM JR.; GOULART, 2016): a opção neoliberal, que tinha duas vertentes, e a alternativa distributiva. A opção neoliberal era apoiada por empresários e pelos segmentos da tecnoburocracia estatal, sendo que alguns optavam pela vertente neoliberal “pura”, com uma aceitação integral das doutrinas, e outros que preferiam a vertente mista, que previa a adoção de algumas práticas neoliberais aliada a um processo de integração competitiva, mantendo o Estado como indutor do crescimento (SALLUM JR.; GOULART, 2016). Tais opções tinham como ponto de partida a debilidade do discurso desenvolvimentista: uma delas tentando esquecer totalmente as diretrizes do modelo e a outra tentando aproveitar o melhor dos “dois mundos”, associando o liberalismo a uma indução do Estado como forma de aumentar a competitividade da indústria.

A alternativa distributiva era apoiada por sindicatos, associações ligadas à Igreja Católica, movimentos populares e a partidos de esquerda e/ou do campo progressista, como PT, PCdoB, PCB e partes do PMDB e do PDT. A ideia era oposta à doutrina neoliberal, não comprando o discurso do livre mercado e de que todos os problemas se encontravam no governo. Optava-se, nesse caso, não pela derrubada do modelo nacional-desenvolvimentista, mas por uma renovação à esquerda (SALLUM JR.; GOULART, 2016). Quer dizer, era como se fossem compartilhadas algumas críticas relacionadas ao caráter perdulário e corrupto do Estado, mas rejeitada a ideia de que era necessário um Estado mínimo para superação das desigualdades sociais brasileiras.

A opção distributiva, materializada pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, foi vencida em 1989 e relegada à condição de oposição. Com isso, esses setores foram deixados de fora, no que concerne às decisões econômicas da nova orientação do Estado. Dentro das duas vertentes neoliberais indicadas acima, a

versão neoliberal que gostaria de manter o Estado indutor do desenvolvimento também foi derrotada. O contexto internacional exerceu influência na disputa entre as duas vertentes neoliberais, uma vez que, o início dos anos de 1990, foi marcado pela queda do muro de Berlim, em 1989, que significou uma ideia de que o capitalismo “venceu” e a globalização era o único caminho. Esse contexto aliado a uma crise internacional de excesso de liquidez, ocasionada pela desvalorização do dólar, fez com que países periféricos se tornassem absorvedores forçados de recursos externos de curto prazo (TAVARES, 1998). Assim sendo, para se aproveitar dessa condição, o capital financeiro nacional,<sup>32</sup> junto ao capital internacional, foi beneficiado em detrimento do capital produtivo, principalmente o industrial.

Segundo Lourdes Sola (1993, p. 161) para viabilizar as reformas liberalizantes e consolidar o rearranjo de classes, era preciso satisfazer três requisitos,: (1) resolver o problema macroeconômico, mais especificamente a crise fiscal; (2) criar condições de governabilidade, uma vez que as reformas demandariam o apoio tanto do congresso quando das classes produtoras; e, por último, (3) ter uma compatibilidade legal com a Constituição Federal de 1988.<sup>33</sup>

Vale aqui ressaltar que o processo constituinte foi visto como uma vitória ideológica do campo progressista e popular. A Constituição foi fortemente influenciada pelos discursos dos movimentos sociais e dos sindicatos, os quais, desde as greves de 1979, vinham incomodando o governo com pautas redistributivas e democráticas. A constituição outorgada resultante desse processo foi “a mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de constituição cidadã” (CARVALHO, 2016, p. 201). Graças a ela, a função do Estado como condutor do desenvolvimento e do bem-estar da população<sup>34</sup> estava garantida por força de lei, obstando, assim, as diretrizes neoliberais, que previam um novo tipo de Estado.

Diante desses requisitos, fica patente que somente as forças do mercado não seriam capazes de viabilizar esse novo modelo (FIORI, 1992). Tem-se,

---

<sup>32</sup> Trataremos desse tema com mais profundidade no item 1.3.

<sup>33</sup> Veremos adiante que o marco legal, na realidade, era incompatível com o modelo de Estado que foi implantado, o governo precisou obter apoio no congresso para a realização de reformas constitucionais.

<sup>34</sup> Além disso, o modelo de proteção, saúde, previdência e assistência social ganhou um novo formato, unificado pela seguridade social, onde constam definidos sua organização, objetivos e formas de financiamento (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

então, um paradoxo, o qual, segundo Sola (1993), é chamado de paradoxo neoliberal: como um Estado mínimo com funções reguladoras poderia superar as barreiras para essa mudança de orientação?

Dadas as complexidades, a ideia de um Estado mínimo é incompatível com a necessidade emergente de vencer os requisitos e mudar, por si só, a orientação do modelo. Nesse caso, era crucial um Estado forte. Como veremos a seguir, ele foi o principal agente do processo de iniciação de mudanças, embora não da consolidação das reformas liberalizantes.<sup>35</sup> Nesse aparente paradoxo é que foram concretizados os planos econômicos Collor I e Real, sendo que o Plano Real foi o que realmente impulsionou a ruptura ideológica com o modelo anterior e conseguiu resolver os impasses relacionados à inflação. Configurou-se, ao final, uma nova hegemonia burguesa no seio do bloco no poder.

### *1.3.1 Plano Collor*

O governo Collor é conhecido por ser o governo que iniciou as práticas liberalizantes na economia brasileira (MACIEL, 2011). Entretanto, ao analisarmos a fundo o plano pelo qual seu governo ficou conhecido, concluiremos que, mesmo com toda a imagem de neoliberal, ele continha traços estatizantes<sup>36</sup> ao congelar a poupança, algo impensável para os neoliberais.

As circunstâncias encontradas se diferenciavam daquelas do governo Sarney, mesmo considerando que os dois governos tinham algumas similitudes, como a crise inflacionária e o fraco apoio do congresso. Na eleição de Collor, ficou evidente a aversão por tudo que significou o governo Sarney. De um lado, tínhamos a visão do candidato do PT, que almejava um Estado desenvolvimentista, porém, diferente dos moldes que vigoravam no Brasil até então. Para ele, era preciso extirpar as “elites” das empresas públicas,<sup>37</sup> acabar com os monopólios privados e boicotar a dívida externa. Do outro lado, havia o candidato do

---

<sup>35</sup> No nosso entendimento, as reformas liberalizantes precisaram de um amplo apoio para serem realizadas e não dependiam somente da “vontade” do Estado.

<sup>36</sup> Consideramos estatizante devido ao fato de o congelamento da poupança ser diametralmente contra o que pregam os defensores do livre mercado.

<sup>37</sup> Nesse caso, o PT se refere à noção de desprivatização do Estado, dando “uma nova orientação ao setor público e adotando medidas para retirar o controle do aparelho estatal dos grandes grupos econômicos” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2012, p. 166). Esses grandes grupos econômicos estavam ligados a funcionários de estatais que o próprio partido definia como “elite”.

extinto PRN, que estava alinhado a um discurso de “neoliberalismo extremado” (MACIEL, 2011, p. 3), afirmava que o problema estava todo no Estado, que errara sistematicamente em conter os problemas nacionais. Ainda sustentava a ideia de caçador de privilégios, utilizando a alcunha de “caçador de marajás”. O intuito era fazer uma limpeza nos privilégios das elites<sup>38</sup> por meio de privatizações, da abertura do mercado interno e de reformas no funcionalismo público. Vemos que os dois discursos tinham pontos em comum em relação à corrupção e à mudança de orientação do Estado, porém suas raízes ideológicas eram diametralmente opostas.

Como já mencionado, a versão neoliberal foi a vencedora, uma vez que recebeu o apoio de “segmentos diversos das classes dominantes, maioria da classe média e um contingente importante da classe baixa” (SAES, 2001, p. 89). Cabe enfatizar que muitos empresários foram prejudicados pelas políticas de abertura comercial, contudo a ideia de ter um presidente do PT no governo era suficiente para justificar o apoio a Collor, mesmo que isso os pudesse prejudicar diretamente (BOITO JR., 2002). A anuência majoritária das frações de classe não refletia no Congresso, “onde o PRN controlava não mais que 10% das cadeiras” (FAUCHER, 1988). Uma debilidade que fez com que o governo não conseguisse consolidar mudanças no papel do Estado, pois a Constituição de 1988 havia inserido importantes barreiras a atitudes antidemocráticas,<sup>39</sup> quer dizer, era impossível fazer implementações sem uma base coesa no Congresso.

O programa governamental foi posto em prática logo após a posse do presidente. Seu objetivo, como fora o dos anteriores, era estancar o problema inflacionário que assolava o país. O governo que se autointitulava liberal, sob a chefia de Zélia Cardoso de Mello, Ministra da Fazenda, conduziu um plano de caráter híbrido, porque buscava conciliar políticas ortodoxas e heterodoxas no controle da inflação (OLIVEIRA, 1992). Zélia combinou ações liberalizantes, fiscais e financeiras com medidas radicais para o controle inflacionário (CARVALHO, 2000), providência que ficou notoriamente conhecida por ter causado o confisco da

---

<sup>38</sup> Collor entendia por “elites” os altos funcionários públicos do aparelho estatal, mais especificamente os procuradores, como foi o caso de sua notória briga com o procurador da Assembleia, Luiz Gonzaga Mendes de Barros. Collor sintetizou bem esse entendimento com a frase “Há uma casta de funcionários, os marajás, que sempre desafiaram qualquer lei e qualquer poder. Vou combatê-los até o fim” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003)

<sup>39</sup> Ver capítulo da ordem econômica da Constituição Federal de 1988.



poupança dos brasileiros. Na verdade, as ações levadas a cabo no plano eram parte de um rol maior de estratégias, pois o que se pretendia com o bloqueio era:

Assegurar que as pressões inflacionárias não fossem repostas e reforçadas logo em seguida, como ocorrera de forma cada vez mais rápida e intensa nos três choques heterodoxos dos anos anteriores, no governo Sarney – o Plano Cruzado, de março de 1986, o Plano Bresser, de junho de 1987, e o Plano Verão, de janeiro de 1989 (CARVALHO, 2000, p. 114).

Não é o objetivo deste trabalho fazer uma análise profunda do referido Plano e de seus desenlaces. O importante é mostrar que o Plano tentou se diferenciar dos anteriores, heterodoxos, contando com uma postura “autoritária, num momento em que se esperava um processo de consultas e acordos” (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 1991, p. 111). Além da condução política errônea, o plano não foi capaz de controlar a inflação (BRESSER-PEREIRA; NAKANO 1991, p. 112). O governo Collor falhou em sua primeira prova e isso teve um impacto grande na formação do novo Estado, ainda que o “intervencionismo exacerbado presente no Plano, que desagradou aos setores mais à direita, era, de fato, a medida necessária para uma lógica de um Estado que se queria todo privatizado” (PONT, 2016, p. 23).

Outros dois planos (Collor II e Marcílio) foram tentados antes da derrocada final do governo Collor, que ruiu devido a denúncias de corrupção e sofreu um processo de impeachment de ampla participação popular. A falta de uma articulação do então presidente com os diversos grupos de interesse, como deputados e empresários que perderam com a abertura econômica, foi o ponto fraco de seu governo (MACIEL, 2011), que, ao final, não conseguiu sobreviver.

A condução do plano por um governo de ideologia “neoliberal” foi a última pá de terra sobre o discurso desenvolvimentista e depreciou a ideologia do Estado indutor, que, desde o plano Cruzado, já estava muito descreditada. Podemos concluir que, para o grosso da população, a propaganda do governo Collor contra as empresas públicas (definidas, pejorativamente, como elefantes), contra o funcionalismo público e também contra o empresariado nacional (justificando a abertura comercial ao afirmar que, no Brasil, carros eram carroças),<sup>40</sup> foram bem-sucedidas em culpar o Estado pela condição em que o país se encontrava.<sup>41</sup> O

---

<sup>40</sup> Em um encontro com empresários, na Suíça, Collor proferiu uma de suas frases de efeito: "os carros brasileiros são carroças" (MENDONÇA, 2010).

<sup>41</sup> “Já foi importante uma forte presença do Estado na economia. Só que o Estado engordou muito em áreas não-prioritárias para você, cidadão. Ficou pesado. Com a desestatização, o Estado vai investir

confisco da poupança agravou todo esse processo, já que era obviamente uma atitude do Estado, mais especificamente de sua ministra da Fazenda.<sup>42</sup>

A demonização do Estado, que vinha sendo feita desde a eleição de 1989, contribuiu para o apoio popular às concepções neoliberais, que seriam consolidadas com o sucesso do Plano Real e com as reformas constitucionais promovidas pelo primeiro governo FHC, responsáveis por alterar a forma como a Constituição regulava a relação entre o Estado e a sociedade.

### 1.3.2 Plano Real

O Plano Real foi mais do que um novo “plano econômico”. Além de trazer medidas concretas para a erradicação da inflação, consistia em um verdadeiro projeto de refundação econômica e ideológica para a administração da crise de hegemonia da sociedade brasileira (NOBRE; FREIRE, 1998).<sup>43</sup> Em sua estratégia, contava com providências que fugiam dos planos anteriores e que envolviam algum tipo de congelamento de preços e de salários.

Os idealizadores do plano, em sua maioria economistas da PUC-Rio de Janeiro, tinham uma ideia clara de qual era o principal problema da inflação do Brasil e moldaram o seu discurso com base na tese da crise fiscal do Estado e do modelo nacional-desenvolvimentista (PINTO; TEIXEIRA, 2012). Nessa ótica, o problema não estava só na conjuntura de inflação e de desemprego, mas sim no déficit crônico do Estado, que vivia sob uma constante desordem financeira e administrativa do setor público. Essa visão sobre a raiz dos problemas nacionais esconde um aspecto ideológico e não representou um consenso entre economistas e analistas da cena política e econômica brasileira. Temos a visão de Bresser-Pereira (1993, p.115), para quem “a indisciplina fiscal ou o populismo econômico são um problema, mas um problema normal, que na América Latina coexistiu com

---

pesado em saúde, educação, habitação, saneamento e segurança”, anunciava o locutor na propaganda do governo Collor. Disponível em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/04/12/relembre-as-propagandas-do-governo-collor-em-favor-de-um-estado-menor>>. Acesso em: 21 maio 2019.

<sup>42</sup> A ministra da Fazenda anuncia o plano econômico do governo Collor quando o presidente toma posse. Zélia foi mentora do pacote econômico. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/videos/relembre-anuncio-do-plano-collor-feito-por-zelia-cardoso-de-mello-21102015>>. Acesso em: 21 maio 2019.

<sup>43</sup> Para sermos mais preciso, trata-se de crise de hegemonia no interior do bloco no poder e não da “sociedade brasileira”.

crescimento durante muitos anos”. Há, ainda, as críticas ao tamanho exagerado do Estado, como afirma Wanderley Guilherme dos Santos (1993), o que, em verdade, tratou-se de um mito que foi convenientemente assimilado, pois que, em comparação com outros países em situação similar, o Estado brasileiro era até pequeno, no que diz respeito a seus gastos e à dimensão do funcionalismo público.<sup>44</sup>

Sob a liderança do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano foi empreendido no governo de Itamar Franco, que assumiu a presidência depois da queda de Collor. O plano consistia em três etapas, postas em prática uma após a outra, que priorizavam o reequilíbrio das contas públicas como condição essencial para contenção da inflação (IANONI, 2009). A primeira etapa foi a aprovação do Plano de Ação Imediata (PAI)<sup>45</sup> no dia 14 de julho de 1993, que previa uma ampla reorganização do setor público. Envolveu, entre outras ações, o ajuste fiscal e uma ênfase na eficiência dos gastos. Logo de saída, em 1993, foram feitos cortes<sup>46</sup> orçamentários que afetaram quase todos os ministérios, principalmente o de Bem-estar Social, Integração Regional, Saúde e Educação (PORTUGAL, 1993).

A segunda etapa foi a criação da Unidade Real de Valor (URV) no dia 28 de fevereiro de 1994, que, na prática, por um período de quatro meses, funcionou como uma unidade de referência que servia de indexador único da economia. Nessa etapa, foi aprovado, ainda, o Fundo Social de Emergência (FSE), permitindo ao governo manejar livremente cerca de 20% do orçamento (IANONI, 2009). E, finalmente, no dia 1 de julho de 1994, definindo a terceira etapa, o real entra em circulação ancorado ao dólar.<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> “O total de gastos do setor público brasileiro correspondeu, em 1981, a 19,5% do Produto Nacional Bruto” (SANTOS, 1993, p. 102). Só para nível de comparação, “no mesmo ano, a média dos gastos de países com renda per capita de dois a quatro mil dólares (entre os quais se inclui o Brasil), girou em torno de 27,6% do PNB” (SANTOS, 1993, p. 102).

<sup>45</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. Plano de Ação Imediata. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

<sup>46</sup> Os cortes somaram um total de Cr\$ 227.583.703, sendo que foram Cr\$ 73.605.144 do Ministério do Bem-estar, Cr\$ 51.904.546 do Ministério de integração Regional, Cr\$ 29.034.364 do Ministério da Saúde e Cr\$ 25.155.903 do Ministério da Educação (GAZETA MERCANTIL, 29/06/1993 *apud* PORTUGAL, 1993, p. 161). Para citar alguns.

<sup>47</sup> Em 1º de julho de 1994, a conversão e os cálculos baseados na URV saíram de cena para a entrada do Real. Cada Real valia um dólar, ou o equivalente a CR\$ 2.750,00. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/Real-e-a-moeda-corrente-no-brasil-desde-1994>>. Acesso em: 21 de maio de 2019

“Foi uma negociação que envolveu todo o setor político e contou com o apoio do empresariado” (IANONI, 2009, p. 169), o que foi fundamental para a revisão constitucional, processo pelo qual, com muita dificuldade,<sup>48</sup> foi aprovado o FSE. Esse fundo, por sua vez, foi crucial para a estabilização necessária e para o sucesso do plano, que ainda contou com a assertiva instituição de uma moeda paralela URV que não quebrou a indexação, mas gerou, por alguns meses, uma espécie de “hiperinflação de laboratório” (SALLUM JR., 2003, p. 44), provocando sincronização de preços e salários. A substituição da URV pelo Real produziu a estabilidade de preços.

Vemos aqui que o Plano Real conseguiu superar os planos anteriores, tendo sucesso em estabilizar a economia e promover um consenso de classe no bloco no poder. A resposta do paradoxo neoliberal foi encontrada, sendo atribuído ao Estado o papel de propulsor das mudanças estruturais.<sup>49</sup> A vitória contra a inflação deu credibilidade ao seu “criador”, pois, quando os preços realmente pararam de subir, Fernando Henrique Cardoso, candidato à presidência, tinha apenas 16% das intenções de voto (GORENDER, 1995), um percentual que aumentou exponencialmente depois, tanto que ele acabou vencendo as eleições no primeiro turno.

Uma analogia que gostaríamos de citar aqui é a realizada por Jacob Gorender. Em seu artigo “Hegemonia burguesa reforçada pela prova eleitoral de 1994”, Gorender, ao tratar da reviravolta observada no cenário eleitoral de 1994, quando o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, com 40% das intenções de voto, perdeu a eleição no primeiro turno, como resultado da reação popular à paralisação da subida dos preços, ele diz que era como se a população fosse um “doente ante uma dor atroz” (GORENDER, 1995, p. 17), de modo que a primeira providência exigida era um analgésico para acabar com a dor. Só depois o doente pensaria efetivamente na cura da doença. Fazendo uso dessa comparação, o autor diz que o Plano Real funcionou como um poderoso “analgésico”, sobretudo para a população mais pobre. A sensação tida foi de “alívio e euforia” quando os preços

---

<sup>48</sup> As negociações envolveram concessão de ministérios a partidos da base governista, perdão de dívidas de agricultores, redução do prazo de desincompatibilização para governadores se recandidatarem às eleições e concessões a estados e municípios, além da prorrogação do prazo da revisão constitucional (IANONI, 2009).

<sup>49</sup> “Em todo lugar os Estados foram os vetores do estabelecimento do neoliberalismo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 13)

não mais subiam e o problema da inflação estava “resolvido” (GORENDER, 1995, p. 18).

O grosso da população pouco se importava, nesse momento, com a possibilidade de “cura” propriamente dita dos problemas econômicos nacionais. O que realmente importava era que o flagelo do aumento dos preços havia acabado. “Mesmo eleitores de Lula, que mantiveram a preferência nele, não deixaram de sentir esse efeito paralisante da estabilização” (GORENDER, 1995, p. 18).

Vale destacar que a reforma monetária e cambial de julho de 1994, conduzida concomitantemente ao plano, foi considerada “um marco no processo de adaptação da política econômica brasileira ao padrão de política vigente em grande parte da América Latina” (BATISTA JR., 1996, p. 129). A estabilidade monetária, com enfoque na manutenção da inflação baixa, e o ajuste fiscal passaram a ocupar o centro do debate político ao invés do mote desenvolvimentista de emprego e crescimento (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). A mudança de orientação ainda não estava consolidada e somente seria no governo FHC.<sup>50</sup> Logo nos seus primeiros pronunciamentos, FHC reiterava que iria aprofundar essa mudança de orientação, “acabando com a era Vargas”.<sup>51</sup>

### 1.3.3 A nova orientação ideológica do Estado

A nova orientação do Estado trouxe consigo, pelas vias institucionais, uma nova estrutura hegemônica no bloco no poder. Para explicar a nova estrutura classista, usaremos a tese de Boito Jr. (1999), exposta em seu livro *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. O autor usa a ideia de círculos concêntricos de políticas macroeconômicas para explicar os distintos interesses da burguesia em cada uma das políticas e como as classes se alinharam a essa nova orientação. Foram três as macropolíticas praticadas pela nova configuração de Estado, as quais estavam ligadas entre si e tinham por base as “debilidades” do discurso desenvolvimentista: (1) desregulamentação do mercado de trabalho e suspensão de direitos sociais; (2) política de privatizações; e (3) abertura comercial e desregulamentação financeira.

<sup>50</sup> Consideramos que a consolidação de um projeto alternativo e estratégico de reconstrução do poder só foi efetivado no governo FHC, a partir das mudanças constitucionais.

<sup>51</sup> “FHC se propôs a sepultar a era Vargas e superar os entraves representativos pela sobrevivência da antiga ordem” (DINIZ, 2001, p. 13).

A primeira política beneficiava, como um todo, a burguesia, visto que o corte de direitos trabalhistas barateava a mão de obra, aumentando a taxa de lucro. Já a segunda política, referente às privatizações, foi mais restrita em relação aos possíveis beneficiários, favorecendo o grande capital monopolista e excluindo do processo pequenos e médios empresários. Apenas um seleto grupo de grandes empresas que se beneficiou com as privatizações. Esses grandes grupos nacionais e seus associados estrangeiros “serviram-se do discurso neoliberal de defesa do mercado e da concorrência para consolidar sua posição monopolista” (BOITO JR., 2002, p. 19).

A terceira macropolítica, de abertura comercial e desregulamentação do sistema financeiro, foi a mais restritiva de todas e responsável por dividir as frações de classe representantes do grande capital. “Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por esse círculo restrito” (BOITO JR., 2002, p. 20). À época, uma abertura comercial e a desregulamentação financeira provocaria um aumento da concorrência externa, o que seria prejudicial para a indústria nacional. O setor industrial, incluindo o setor industrial da fração monopolista da burguesia brasileira, foi prejudicado pela política de juros altos e de abertura comercial. Os juros altos significam custos para a indústria e a abertura comercial, a despeito de seus efeitos serem algumas vezes contraditórios, levou, no geral, à retirada da indústria local do mercado (BOITO JR., 2002).

Não havia de forma alguma um consenso em torno desse terceiro ponto, tanto que a própria FIESP fazia campanha contra os juros altos.<sup>52</sup> Era possível notar dentro do governo uma polarização de discursos, bem como certo apoio aos industriais, integrantes da ala mais “industrial do governo”, composta por ministros como Luiz Carlos Mendonça de Barros, Sergio Motta e José Serra, que se contrapunham aos ditos “neoliberais”, como Pedro Malan, Gustavo Franco e Armínio Fraga. Essa relação ideológica ambígua refletia nos discursos do governo, que sempre tomava por base a outra ideologia para sustentar suas formulações, buscando, assim, num tenso equilíbrio, beneficiar a indústria e também o capital financeiro (SALLUM JR., 2000). Era como se o governo tentasse jogar nos dois

---

<sup>52</sup> “A Fiesp vem tentando articular um movimento para pressionar o governo a adotar uma política mais voltada à produção. O presidente da entidade criticou, várias vezes, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, pela sua atuação em defesa da atual política monetária” (ESPOSITO; SANTOS, 1998).

times, ainda que o capital bancário e a ala neoliberal fossem sempre as mais beneficiadas.

O cenário descrito acima mostra um jogo de antagonismo de interesses, no qual prevaleceu os interesses do capital externo e bancário em detrimento do capital nacional industrial. Surge, assim, uma nova forma de dependência, a qual, concomitantemente, remunera o capital internacional com as taxas de juros mais elevadas do planeta e beneficia o segmento bancário de forma geral.<sup>53</sup>

Apesar de todo o contexto antagônico de discursos, a burguesia, em seu conjunto, estava politicamente unida em torno da plataforma neoliberal, ainda que, no plano econômico-corporativo, algumas frações burguesas fizessem críticas a aspectos particulares da política neoliberal.

As políticas praticadas para atrair investimentos externos formavam a base da nova configuração de Estado, já que estavam umbilicalmente ligadas à globalização, em voga no momento, ademais, o objetivo era também se aproveitar do excesso de liquidez de divisas que estavam disponíveis no contexto mundial. Como já explicado, tais movimentos não eram próprios do Brasil, faziam-se presentes em toda a América Latina. O modelo que foi responsável por um grande volume de IDE (Investimento Externo Direto), principalmente para a compra de empresas estatais, acabou engessando o novo Estado, no sentido da dependência externa do país.

[...] uma vez adotadas a sobrevalorização do câmbio e a abertura comercial, o país não pôde parar de captar vultosos recursos no exterior para equilibrar o balanço de pagamentos. Para isso, precisava garantir alta rentabilidade ao capital especulativo, oferecendo-se a pagar juros muito superiores aos vigentes no mercado internacional (BENJAMIN, 1998, p. 40).

Vemos que a política de desregulamentação financeira, juros altos, dólar sobrevalorizado e privatizações foi mais do que apenas escolha política; no seu conjunto, foi uma forma de inserção internacional subalterna baseada na atratividade do capital externo que fez com que o papel do Estado estivesse fortemente ligado à conservação do país atrativo para o capital externo, mesmo que

---

<sup>53</sup> “É importante salientar, para bem entendermos as complexas clivagens no interior do bloco no poder que, se o médio capital bancário não ganha tanto quanto os grandes bancos, ele não deixa de ser o sócio menor da política de juros altos que pune, no entanto, o setor industrial do médio capital” (BOITO Jr., 1999, p. 59).

isso envolvesse sacrifícios, como o atraso no crescimento e o aumento do desemprego (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Foi colocada uma “verdadeira camisa de força do câmbio fixo, dos juros reais elevados e do ajuste fiscal permanente que terminou por forçar o abandono dos graus de liberdade na condução da economia nacional” (POCHMANN, 2013, p. 9), engessando a capacidade indutora do desenvolvimento, que, segundo o discurso desenvolvimentista, é onde reside justamente a possibilidade de crescimento econômico e a busca do pleno emprego.

Em nossa visão, o Plano Real se diferenciou dos anteriores porque os idealizadores entenderam que a indexação da economia não poderia ser feita de maneira imediata, por meio da criação de uma nova moeda e do congelamento de preços. Além disso, o plano tinha diretrizes alinhadas com os movimentos do capitalismo que impactaram os países sul-americanos na década de 90. Tal como define Luiz Filgueiras (2000, s/p) em seu livro sobre a história do Plano,

[...] um produto econômico, político e ideológico da confluência de três fenômenos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo nas duas últimas décadas desse século: a hegemonia das políticas liberais, a difusão do processo de reestruturação produtiva a partir dos países capitalistas centrais e a reafirmação do capitalismo como um sistema de produção mundializado.

O Plano definiu claramente uma orientação para o país, conforme impunha a ordem mundial capitalista, e atendeu às diretrizes impostas por organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. O sucesso em conter a inflação resultou em uma forte base de apoio,<sup>54</sup> tanto popular quanto congressista, incluindo frações da burguesia. Foi essa base que viabilizou as reformas que consolidaram a implantação do neoliberalismo no Brasil.

#### 1.4 Neoliberalismo à brasileira

Anderson (1995) afirma que são três as condições básicas para a implantação do neoliberalismo: ditadura, hiperinflação e Executivo forte. Vimos que, durante o período Collor, houve uma hiperinflação, mas um Executivo fraco, o que impediu a consolidação do processo, uma vez que era necessário realizar mudanças constitucionais que exigiam amplo apoio do Congresso. Diferentemente do período

---

<sup>54</sup> Fernando Henrique venceu as eleições de 1994 no primeiro turno e com uma coesa base de apoio.



seguinte, quando as mudanças se tornaram possíveis, posto que FHC tinha um Executivo forte e ampla base no Congresso.

A Constituição de 1988 foi um significativo obstáculo para a concretização do neoliberalismo no Brasil, já que, no seu capítulo “Da ordem econômica” (NOGUEIRA, 2010), protege o modelo desenvolvimentista de Estado. Essas proteções refletem o caráter progressista da Constituição e a grande força que os movimentos sociais tiveram em seu desenvolvimento. No primeiro governo FHC, foi possível consolidar o modelo e, em seguida, aproveitar a sua força política para promover reformas estruturais por meio de emendas constitucionais que alteravam justamente as proteções do Estado desenvolvimentista e se adequavam às orientações do Consenso de Washington.

O debate sobre o neoliberalismo à brasileira está longe de ser um consenso e muitos analistas divergem quanto ao fato de ter havido ou não um neoliberalismo no Brasil, ou sobre até que ponto essa doutrina teve seus traços “abrasileirados”. Por outro lado, há uma relativa concordância em relação à instauração do neoliberalismo entre autores críticos aos governos FHC, como Francisco de Oliveira, João Paulo Netto, Emir Sader, Reginaldo Moraes, Marilena Chauí, Armando Boito Jr. e José Luiz Fiori, entre outros. Todos eles salientam que houve sim uma aplicação de políticas neoliberais com um novo pacto hegemônico burguês no bloco no poder. Por sua vez, o termo neoliberalismo não é aceito por apoiadores do regime, como Roberto Campos, Bresser Pereira e o próprio FHC, que não utilizam a palavra neoliberalismo e vão além, rechaçando elementos fundantes dessa doutrina.<sup>55</sup> Tem-se exemplos também de autores como Sallum Jr., que admite a existência de um neoliberalismo aliado ao desenvolvimentismo (SALLUM JR., 2000), ou mesmo de autores que negam as duas vertentes e que consideram que, no Brasil, o que predominava era um corporativismo (PONT, 2016). Em meio a tantas interpretações, neste trabalho, pautamo-nos nos autores que consideram que o neoliberalismo realmente existiu (e existe) no Brasil.

Partimos da ideia de que houve (e há) sim um neoliberalismo. No entanto, com traços locais, como, por exemplo, o protecionismo em determinados segmentos da indústria, a forte presença do Estado em benefício de determinados setores, como o financeiro e as privatizações parciais, que deixaram empresas

---

<sup>55</sup> “Não acredito que [...] o indivíduo seja o único juiz das necessidades da sociedade nem das necessidades de sua família” (ESPOSITO; SANTOS, 1998, s/p).

importantes sob o controle do Estado. É este tipo de configuração que chamamos de “neoliberalismo à brasileira”.

## 2 NEOLIBERALISMO E DISCURSOS PARLAMENTARES

O presente capítulo discute de forma específica o *corpus* desta pesquisa. Aqui serão abordadas as bases teóricas utilizadas para a compreensão e a análise dos discursos parlamentares. Veremos, também, como a nova hegemonia no bloco no poder foi fundamental para a formação da agenda parlamentar nos governos FHC.

O mundo, nos anos 90, passava por uma nova era de globalização e abertura financeira. Nesse contexto, foi exposta a força do setor financeiro internacional, que, em muitos países, soube impor sua hegemonia. No caso brasileiro, como mencionado no capítulo anterior, alterou-se a condição hegemônica no bloco no poder, elevando a fração bancário-financeira nacional à condição de vanguarda (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Esse cenário de aparente vitória incontestada das forças capitalistas globais serviu de pano de fundo para a construção dos discursos que analisaremos.

O objetivo principal consistirá em analisar os discursos não pelo léxico ou pelas suas formas verbais, mas com enfoque no singular da ideologia de base de seus argumentos, buscando identificar como refletem, de maneira clara, as ideias que estavam em voga, no Brasil, nos anos 1990. Para tanto, utilizaremos especificamente a noção de ideologia de Gramsci, pois, ao vincular a questão da hegemonia à ideologia, o autor aborda a questão central da sociologia política: o exercício da dominação (PERRUSSI, 2015). Tal conceituação está em linha com as ideias de Poulantzas (1977) acerca da hegemonia<sup>56</sup> do bloco no poder.

Vimos a necessidade de definir um método específico de análise de discurso, de forma que optamos por acrescentar as teorias do pensador russo Mikhail Bakhtin, que dispõe de uma elaboração teórica, de base marxista, focada na linguagem, denominada dialogismo. Mesmo sendo um pensador muito distinto de Gramsci, nota-se que desenvolvem e compartilham noções bastante próximas sobre a relação entre linguagem, ideologia e hegemonia (ZACCHI, 2006).

---

<sup>56</sup> Poulantzas utiliza-se do conceito gramsciano de hegemonia para a formulação do conceito de bloco no poder, ou seja, uma fração é hegemônica quando ele impõe os seus interesses econômicos sobre as demais frações e classes que compõem aquela instituição. Mas, para Gramsci, hegemonia tem outro significado, portanto, distinto do poulantziano: ele concentra sua análise na sociedade civil e na importância desempenhada pelos fatores superestruturais, isto é, o domínio ideológico da burguesia sobre as classes subalternas.

Por último, mas não menos importante, recorreremos a Thompson (2011), que sistematiza um método de análise de compreensão da ideologia inserida em discursos que têm por objetivo final criar formas de dominação.

As votações escolhidas para a análise dos discursos são as das emendas constitucionais, devido a maior dificuldade de sua aprovação e em razão de elas terem gerado um maior debate no parlamento e, por sua vez, mais discursos. As Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) escolhidas foram a PEC 05, que eliminou a proteção a empresas nacionais, e a PEC 06,<sup>57</sup> que retirou da União o monopólio da extração do petróleo. As duas presentes no capítulo “Da ordem econômica” da Constituição Federal de 1988.

A seguir, elucidaremos melhor como foi a formação da agenda parlamentar em que foram incluídas essas reformas e explicitaremos de que maneira o discurso pode ser uma arma de formação ideológica. Propomo-nos, também, expor com maior profundidade a metodologia utilizada na análise e os motivos que nos levaram a escolher especificamente essas duas PECs.

## 2.1 Formação da agenda parlamentar e a nova hegemonia no bloco no poder

Está praticamente consolidada a ideia de que, no Brasil, o Poder Executivo tem um importante papel na composição das agendas parlamentares (ALMEIDA, 2017), de forma que as expressões “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1998) e “hiperpresidencialismo” (BOLONHA; RANGEL; CORREA, 2015) servem de base teórica para tal predominância do executivo.

Muito disso se deve à Constituição de 1988 e ao contexto autoritário do qual o país acabava de sair. Na ditadura militar brasileira, como em qualquer ditadura, o Poder Executivo tinha a autoridade suprema da nação. Durante a transição para a democracia, há toda uma complexidade no processo, já que ele foi conduzido e gerenciado pelas Forças Armadas, que não saiu totalmente de cena, mas, em verdade, realocou-se no “fundo do palco” (CODATO, 2005, p. 99). Dado o contexto, vemos que a Constituição de 1988, por mais avanços que tenha trazido,

principalmente em relação aos direitos sem contrapartida, manteve, ainda, em parte, o “autoritarismo” do Executivo, isso em agravo ao Poder Legislativo.<sup>58</sup>

Nossa intenção, aqui, é ressaltar que, mesmo o Executivo sendo o principal poder formador de políticas públicas e quem define a agenda política nacional, ele sofre, ainda, influência da fração hegemônica do bloco no poder. Porém, não se pode desprezar a influência de fatores externos ao processo governamental, como a conjuntura social, as tendências estruturais do sistema econômico em que o Brasil estava inserido e a relação de forças entre as classes, assim como as ações de grupos de interesse.

Em síntese, a predominância do Executivo, quando se tem certa unidade entre os poderes, como descrito por Poulantzas (1977, p. 300), é o “ponto nodal do poder de Estado”. Tal instância é o lugar em que se concentra o princípio da unidade política do bloco no poder, sob a égide da classe ou da fração de classe que detém a hegemonia.

O executivo brasileiro, no formato do presidencialismo de coalizão, vem apoiado por uma série de partidos que têm influência na formação das diretrizes políticas e que possuem significativa relevância na composição dos ministérios. No entanto, para os fins deste trabalho, as decisões que consideramos mais importantes estão no campo econômico e vêm diretamente dos ministérios, que são controlados pelo partido do governo – Banco Central, Ministério da Fazenda e do Planejamento – e “exercem participação significativa na produção legal” (LOPES; BORGES; SILVA, 2018, p. 8). Essa predominância não é resultado de “razões de ordem técnica, mas das exigências da fração que exerce a hegemonia política” (MARTUSCELLI, 2010, p. 67). Nesse caso, o governo tenta articular uma noção ideológica que, na prática, converte os ministérios em questões técnicas isoladas da política. No entanto, o que isso esconde é justamente a ideia da fração hegemônica, que consiste em exigir autonomia diante do voto popular (MARTUSCELLI, 2010).

Mesmo estando claro que o presidencialismo de coalizão brasileiro depende de outros partidos para governar, os ministérios normalmente não entram

---

<sup>58</sup> A Constituição Federal dotou o Presidente da República de possibilidades muito grandes de influência na legislação, de muitos mecanismos de intervenção no processo legislativo (MORAES, 2001, p.48).

na partilha<sup>59</sup> e outros ministérios de peso, senão de igual importância, são delegados a partidos da base aliada. Forma-se, assim, uma relação contraditória, em que alguns ministérios são “técnicos” e outros podem ser entregues a partidos aliados. Na realidade, isso retrata um pouco as contradições presentes nas relações do bloco no poder com as suas frações, reflexo das concessões feitas a outras frações dominantes.

Dito isso, pretendemos entender a formação da agenda governamental do primeiro governo FHC. Acreditamos ser de grande valia o entendimento da sua formação, pois, por meio dela, podemos examinar os processos subjacentes ao reconhecimento de determinados problemas que influem na decisão da agenda parlamentar. Além disso, entender como e quando passam a despertar a atenção dos líderes políticos e dos gestores de políticas públicas, até que sejam efetivamente incorporados na agenda governamental.

Toda agenda se inicia com a identificação de um problema (CAPELLA, 2006). A questão que fica é como dar prioridade aos problemas e em qual centrar esforços para resolver primeiro.

Vemos, com isso, que há todo um aspecto subjetivo na escolha dos problemas a serem resolvidos. Claro que se conta com ferramentas para tal, como indicadores e eventos marcantes – como uma crise generalizada –, por exemplo, todavia há de se levar em conta que os problemas escolhidos têm relação primordial com a ideologia dominante no momento.

Analisemos, por conseguinte, atentamente o caso do primeiro governo FHC e a mudança da hegemonia do bloco no poder. O Brasil vinha passando por uma crise inflacionária desde os anos 80, que foi estancada pelo sucesso do Plano Real, responsável por alçar o então ministro da Fazenda à condição de presidenciável vencedor. Com a vitória eleitoral de FHC, os caminhos político-econômicos tomados na condução do Plano foram corroborados pelas urnas, sendo sacramentada, assim, a virada neoliberal que vinha sendo gestada desde o governo Collor. Dado o cenário, a continuidade dessas políticas foi mais do que natural.

---

<sup>59</sup> No primeiro governo FHC, esses três cargos foram ocupados, respectivamente, por Pêrsio Arida, Pedro Malan e José Serra. Todos já trabalhavam com FHC na formação do Plano Real. José Serra pertencia ao PSDB.

Por isso que a composição dos ministérios do governo FHC, sobretudo o da economia e a agenda legislativa, pautada em propostas de emenda constitucionais, foram passos já esperados, conforme constata Kingdon (2003, *apud* Capella, 2006, p.30): “As mudanças no clima nacional e as mudanças dentro do governo são os maiores propulsores de mudanças de agenda governamental”. Por outro lado, não podemos deixar de lado que “a decisão legislativa, quando de iniciativa do executivo, não raramente passa por algum tipo de participação de grupos de interesse em sua formulação e no processo de aprovação” (IANONI, 2017, p. 151).

Após tratarmos da questão da definição do problema, podemos falar sobre a dinâmica na qual o poder público encontra uma solução para este problema. Uma importante contribuição do governo FHC foi a consolidação da visão “de que a condução da política macroeconômica era uma questão técnica que deveria ser isolada dos debates políticos” (TEIXEIRA; PINTO; 2012, p. 910). Além disso, as soluções apresentadas pelo seu governo foram publicitadas de forma clara e sem margem para interpretação: acabar com a Era Vargas e com o Estado desenvolvimentista.<sup>60</sup> Na visão de FHC, isso não era uma questão ideológica, mas sim de acompanhar um movimento mundial e pegar o bonde da história, lembrando que a frase “Não há alternativa” era o slogan da época.<sup>61</sup> Como veremos nos discursos parlamentares, essa ideologia travestida de “questão técnica” e a falta de alternativas eram a base de seus argumentos. Posto esse cenário, na visão do governo, só havia uma solução, um único caminho possível para a inserção do Brasil no rol das nações mais desenvolvidas do mundo.

Importante frisar que não basta só a vontade do Executivo de impor a sua agenda. Existe a necessidade de haver aceitação, tanto do público em geral quanto dos deputados e senadores, que terão de aprová-la.<sup>62</sup> No tocante ao apoio popular, o presidente soube utilizar muito bem a popularidade recém-adquirida com o sucesso do Plano Real, evidente na sua vitória no primeiro turno das eleições, para impor a sua agenda de contrarreformas.

---

<sup>60</sup> Apresentação do Plano Diretor da Reforma do Estado.

<sup>61</sup> Vem do acrônimo inglês TINA (There is no alternative), atribuído a Margareth Thatcher quando esta era a primeira ministra britânica (ARRIGHI, 2007).

<sup>62</sup> A anuência dos congressistas será abordada de forma mais detalhada mais adiante.

Em relação à atividade parlamentar propriamente dita, ela foi importante não só para a aprovação das emendas,<sup>63</sup> mas também para o isolamento da oposição, que foi taxada de atrasada e contra os benefícios inerentes à globalização. Desse modo, naquelas circunstâncias, votar contra o governo era estar com o outro lado. Fica clara essa orientação ao levarmos em conta as votações que aprovaram as PECs 05 e 06, principalmente na Câmara dos Deputados.

A base aliada do primeiro governo FHC era composta por apenas quatro partidos (PSDB, PMDB, PFL, PTB) e, nas votações, o governo obteve apoio quase que total de uma miríade de partidos, como PPS, PSB, PPR, PP e PR. Esse apoio quase que majoritário refletiu a força ideológica da fração dominante do bloco no poder, que foi a principal beneficiária das reformas liberalizantes e estava intrinsecamente ligada aos argumentos dos deputados que apoiavam as reformas.

Com as devidas ressalvas ao jogo parlamentar, como liberação de emendas, cargos de confiança, ministérios e decisões de bastidores, vemos que a ideologia é um importante formador da agenda. A ideologia, no caso brasileiro, veio a reboque da ideia de desenvolvimento, assunto que foi definido por FHC como “o mais político dos temas econômicos”.<sup>64</sup> Se pensarmos que a adoção de determinada política econômica é uma decorrência de condicionantes externos e internos, veremos que, no caso brasileiro, os dois foram influenciados pela ideologia dominante no bloco no poder. O poder da coalizão neoliberal teve íntima relação com as mudanças estruturais características da globalização, que tendeu a padronizar as políticas propostas no Consenso de Washington.

O desenvolvimento levado a cabo no período teve por base o Plano Real e foi aprofundado no primeiro governo FHC (FIORI, 2001; SALLUM JR., 2000; NOBRE; FREIRE, 1998). A ideia de desenvolvimento estava alinhada com a fração da burguesia interna representante do setor bancário e do capital internacional (TEIXEIRA; PINTO 2012). Os condicionantes internos dessa política econômica estavam diretamente associados à interação e aos conflitos de interesse econômico das frações de classe no bloco no poder e a seus desenlaces no Estado.

De fato, a América do Sul como um todo estava subordinada ao capital internacional, bem como a exigências e a condicionalidades de empréstimos

---

<sup>63</sup> Emendas constitucionais são de difícil aprovação, pois requerem a aprovação de 3/4 do congresso e votação em dois turnos.

<sup>64</sup> CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 maio 1995. Caderno Mais!



do FMI. Isso conferiu a grupos ligados ao mercado financeiro um poder extraordinário sobre a condução da política econômica, independentemente do governo eleito:

Nos principais países da região, novas coalizões de poder comprometidas com a plataforma neoliberal obtiveram vitórias eleitorais em série – em 1988, Salinas de Gortari no México; em 1989, Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Andrés Pérez na Venezuela e Collor de Mello no Brasil; em 1990, César Gaviria na Colômbia. No mesmo período, a negociação com os credores internacionais chegou ao fim e as portas do sistema financeiro internacional se abriram novamente, agora pela via da globalização financeira. Não demorou para que a costura de novas alianças e o acesso à grande onda de liquidez internacional viabilizassem as condições políticas para a geração de planos de estabilização monetária de novo tipo, que se mostrariam na década de 1990 cada vez mais independentes dos governos de plantão. (PEREIRA, 2013, p. 377).

Contribuindo com essa questão, Cardoso, em seu artigo “Estado brasileiro e marxismo” (1977), esclarece que, para exercer a dominação e, assim, ditar a agenda e as políticas econômicas, o Estado e seus vínculos com os principais interesses, tanto sociais quanto das frações do bloco no poder, firmam um pacto contraditório cujas características fundamentais mudam conforme a dinâmica da economia, por esse motivo devemos entender o contexto da América Latina e a perda de autonomia dos “governos de plantão”. Tal como Poulantzas, ele identifica a heterogeneidade dos interesses sociais e enfatiza a importância do Estado como “uma força que permite organizar a hegemonia das classes dominantes como um todo” (CARDOSO, 1977, p. 24). Mesmo o Estado sendo importante para a organização da dinâmica de poder, ele tem pouca autonomia diante das frações ligadas ao capital financeiro que, em detrimento de outras frações, saem na frente na disputa.

Desse modo, a fração bancário-financeira, aliada ao capital internacional, naquele momento, passou a deter a hegemonia no interior do bloco no poder e fez notar sua influência nos principais centros de poder do Estado, como no Banco Central, por meio da nomeação de diretores (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Essa condição hegemônica balizou o discurso liberal da época, o qual foi fundamental para a aprovação das reformas constitucionais.

Por outro lado, a questão externa foi complementar às relações internas e teve ampla atuação, tanto no aspecto ideológico quanto nos argumentos

favoráveis às reformas estudadas. Cabe, aqui, fazer uma digressão sobre como foi marcada essa ingerência externa, resultante da inserção do país no contexto da globalização. Para entender tal inserção, é necessário fazer uma breve alusão à teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1975), que foi a sua base teórica.

Os autores analisam o caráter ascendente dos investimentos externos no Brasil, em particular, a partir do plano de Metas. Esse aumento do investimento externo elevou as empresas nacionais “à condição de sócias menores do capital estrangeiro” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 913) e criou o que os autores definiram como um novo caráter de dependência, que eliminou a oposição entre dependência e desenvolvimento, abrindo espaço para o desenvolvimento associado (CARDOSO; FALLETO, 1975).

A base dessa teoria é que houve uma transferência de tecnologia aliada a um progresso econômico nos investimentos diretos de países centrais em países periféricos (CARDOSO; FALLETO, 1975). Não se tratava de uma simples relação entre metrópole e colônia, mas de uma relação de mútuo benefício. Assim sendo, o país só poderia se beneficiar desse processo por meio da abertura do mercado interno ao capital estrangeiro.

Essa forma de inserção internacional combinava perfeitamente com as orientações do Consenso de Washington (WILLIAMSON, 1990). No entanto, como já mencionado, a Constituição de 1988 impôs algumas barreiras a tais orientações, principalmente no capítulo “Da ordem econômica”.<sup>65</sup> Para a inclusão do Brasil na nova ordem mundial, foi necessário, primeiramente, fazer mudanças constitucionais para acabar com os entraves aos investimentos estrangeiros diretos. O que consistia, sobretudo, na retirada de proteção às empresas nacionais (artigo 171) e na quebra do monopólio de extração do petróleo (artigo 177).

Em suma, podemos afirmar que, no Brasil, as coalizões institucionais vinculam o executivo ao legislativo por meio de uma base de partidos (ABRANCHES, 1988). Nesse jogo, foram distribuídos cargos de primeiro e segundo escalão, para a composição de uma base parlamentar e viabilização da governabilidade. Todavia, pode não ficar claro para um observador menos atento que a relação explícita entre executivo e legislativo esconde que as decisões

---

<sup>65</sup> O artigo 171 impunha restrições ao capital externo, sendo considerado uma trava à inserção internacional do país no mercado global.

políticas por trás dessa coalizão sofrem influência estruturais, proveniente das relações entre Estado e mercado, marcadas principalmente pelos interesses de atores sociais e institucionais. Tais atores, mesmo com clivagens ideológicas distintas, tendem a formar uma coalizão que, às vezes, de forma informal e hierarquizada, direciona a ação do Estado de fora (IANONI, 2017).

Classes e frações dominantes se expressam politicamente por meio de representantes recrutados, principalmente, das classes médias. Essas forças não se relacionam apenas com os partidos políticos e com o legislativo, elas estão diretamente imbricadas com a direção da classe ou fração hegemônica do bloco no poder, que, por sua vez, influencia outras instituições estatais que contribuem para a definição da orientação do legislativo. Por exemplo, os ministérios responsáveis por áreas como a política monetária e fiscal, de onde vieram as principais orientações das PECs analisadas aqui, comumente se ligavam a representantes das classes dominantes, como bancos, associações da indústria e outros grupos de interesse, que eram o reflexo da fração hegemônica do bloco no poder e que produziu uma via de mão dupla ideológica com os representantes do Estado, que se influenciavam mutuamente (IANONI, 2017).

É correto afirmar que a fração da classe hegemônica no bloco no poder influencia a agenda e a coalizão governamental. No entanto, ela não age exclusivamente por meio de associações entre esses membros e suas relações dentro do Estado. O ambiente ideológico e as expectativas da opinião pública, alimentadas pelos discursos dos principais atores, também contribuem para a aceitação de suas diretrizes. Poulantzas (1977) já afirmava que uma fração pode deter a hegemonia do bloco no poder, mas não estar representada diretamente por nenhum partido no sistema político.

## 2.2 O discurso parlamentar como arma política e a formação da ideologia

Neste item, o objetivo é descrever a sistematização da prática discursiva e como ela é utilizada dentro do Congresso pelos deputados para corroborar as suas visões de mundo. Para isso, empregamos, como base teórica, a noção gramsciana de ideologia, definida por ele como um instrumento privilegiado da classe dominante, que o usa para assegurar a coesão social (PERRUSI, 2015), e

o dialogismo de Bakhtin (2011), o qual, tomando por base o método dialético, afirma que o discurso não pode ser analisado de forma isolada, mas sim correlacionada a outros discursos. Utilizaremos também a teoria da hermenêutica de Thompson (2011), que remete às formas simbólicas. Ademais, será levada em consideração, na análise do discurso, a conjuntura social imediata.

Antes de entrarmos nas bases teóricas, cabe aqui expor os motivos que nos levaram a utilizar a expressão “discurso parlamentar” ao invés de discurso político. Os discursos analisados neste trabalho são pronunciamentos feitos em sessões realizadas no plenário da Câmara dos Deputados. Não iremos considerar a opinião de parlamentares em outras tribunas, como nos meios de comunicação e em entrevistas, onde poderiam ser definidos como discursos políticos.

### *2.2.1 Os deputados e a prática discursiva*

O Poder Legislativo, âmbito dos deputados, é a base de todas as democracias modernas e o pilar da divisão dos Poderes que Montesquieu (1799), além de Madison, Hamilton e Jay (1993), em *O Federalista*, definiram no séc. XVIII. No caso brasileiro, segundo a Constituição Federal, a instituição legislativa é aquela que obrigatoriamente abriga representantes da população, devendo ser respeitado o sistema de proporcionalidade,<sup>66</sup> de modo que cada estado, incluindo o Distrito Federal, tenha no mínimo oito deputados na Câmara – o número máximo é setenta.<sup>67</sup>

O deputado, como um representante popular eleito por voto direto, tem, entre suas prerrogativas, a representação<sup>68</sup> da franja da sociedade que o elegeu, seja por afinidades ideológicas, seja em razão de uma representação específica de classe. Cabe, ao eleito, legislar, fiscalizar e ser guardião da Constituição. No desempenho de suas funções, o discurso é uma importante ferramenta, empregue, durante as sessões parlamentares, em conformidade com o regimento interno (PAIVA, 2006).

O Manual de Redação, editado pela Câmara dos Deputados em 2004, define a linguagem estilística formal: o estilo do orador deve ser respeitado,

---

<sup>66</sup> Constituição Federal de 1988, artigo 45.

<sup>67</sup> Regulamentado pela Lei Complementar n.º 78, de 1993.

<sup>68</sup> Utilizo aqui uma definição teórica do papel do parlamentar, que, na prática, pode ser outro.

sem prejuízo à observância das normas de redação oficial, à clareza e à concisão da linguagem, que não deve ser afetada ou prolixa, bem como à conformação à oralidade inerente, sem resvalar na informalidade. Concluindo o item, temos o seguinte:

Em suma, a obrigação do redator de discursos parlamentares deve ser basicamente transmitir mensagens, expor ideias, debater temas; para que isso se realize é preciso que o orador atinja o ouvinte de imediato, ou seja, que se comunique sem problemas (BRASIL, 2004, p. 40).

Não é objetivo do trabalho fazer uma análise específica de como são confeccionados os discursos e quem é o responsável por eles. Não cabe aqui entender se o parlamentar o desenvolveu ou se ele pediu para algum assessor fazer isso. Estamos considerando que, como o discurso foi enunciado em plenário, contou com a aprovação e a validação do deputado que o proferiu.

### 2.2.2 O conceito de ideologia em Gramsci

Partimos do pressuposto de que as ideologias só podem ser reproduzidas se forem personificadas por atores sociais com capacidade de difundir suas ideias. Assim sendo, entendemos o discurso como um meio efetivo de buscar um consenso ante uma ideologia, com o propósito final da hegemonia de pensamento.

Gramsci, em sua teoria, correlaciona as noções de ideologia e de hegemonia. O autor entendeu que as sociedades ocidentais complexas tinham uma superestrutura que tornava a tarefa da conquista do poder uma empreitada mais complicada do que a simples tomada do poder político. Antes disso, seria necessária uma batalha por corações e mentes. Gramsci chama esse processo de luta como “guerra de posições”, que consiste em na busca pelo poder mediante a conquista cumulativa de espaços na esfera cultural e ideológica (PERRUSI, 2015).

Para entrarmos nos conceitos gramscianos, primeiro, gostaríamos de elucidar a ideia macro de ideologia, a qual, segundo Willians (1979 *apud* Perrusi, 2015, p. 418), possui três parâmetros gerais:

1. Um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo;

2. Um sistema de crenças ilusórias – ideias falsas ou consciência falsa – que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico;
3. O processo geral da produção de significados e ideias.

Partindo desta conceituação, Gramsci consegue unificar, de forma original, os parâmetros 1 e 3, colocando que “a ideologia seria o campo ideativo e axiológico da sociedade e, ao mesmo tempo, estava fundamentado nas posições de classe”, sendo, por conseguinte, “expressão das relações de classe” (PERRUSI, 2015, p. 418). A ideologia seria percebida como relação de poder, ou seja, um dos aspectos da dominação de classe.

Um dos motivos de termos, neste trabalho, recorrido a Gramsci se deve ao fato de ele associar a noção de sistemas de crença à produção de significados e ideias (ZACCHI, 2006). A associação foi muito utilizada por marxistas da área da linguística, como Bakhtin, que desenvolveu a sua teoria no âmbito da análise de discurso.

Outra grande contribuição de Gramsci para a teoria da ideologia consistiu em aproximá-la da consciência humana, o que fez com que a ideia fosse percebida como uma relação vivida que conecta visões de mundo com normas de conduta (PERRUSI, 2015). Nesse caso, podemos observar uma:

tripla dimensão positiva: uma dimensão cognitiva, enquanto esfera na qual os homens tomam consciência das contradições do real; uma dimensão ontológica enquanto nível superestrutural da totalidade social e formação da estrutura econômica; e uma dimensão axiológica-normativa enquanto horizontes que apelam a ação, à prática (SANTOS, 1980, p. 44 *apud* PERRUSI, 2015, p.424)

Gramsci fala, portanto, da relação entre uma dimensão cognitiva e uma axiológica-normativa, a qual resultaria na ação prática, sendo, então, imprescindível usarmos essas noções em nossa análise, visto que ela abarca ideologia e linguagem. As palavras, nos discursos, vinculam-se a afetos pelas simbolizações ocorridas no cotidiano.

Da mesma maneira que a luta pela ideologia se forma na contradição e na luta de classes, as próprias classes estruturam esse conflito social. Na linguagem e no discurso, temos também uma espécie de conflito, nesse caso, relacionado ao contraditório dos signos linguísticos e à busca pelo consenso em uma batalha cultural. Tal unidade é elemento central na construção da hegemonia e na direção política (SIMIONATTO; COSTA, 2014). Isso vale para a luta política, pois

é necessário dar visibilidade às ideias, e uma das formas de fazer isso é por meio do discurso, uma ferramenta de construção da hegemonia.

O discurso não pode ser tratado como neutro, muito menos apartado da política. Funciona como uma “arma”, pois que, na prática, significa o domínio de uma visão de mundo sobre outra. Na esfera governamental, pode significar uma verdadeira imposição ideológica ou, como é o caso do nosso trabalho, de mudanças constitucionais.

No entanto, Gramsci não acreditava em uma ideologia que conseguisse unificar o todo, ou seja, que tivesse uma pretensão universalizante, transformando sistemas particulares, locais de representações e práticas em visões gerais e globais de mundo (PERRUSI, 2014). Nesse sentido, o neoliberalismo tenta se consolidar como uma visão ideológica globalizante e de pensamento único, buscando, assim, relativizar a incapacidade totalizante da ideologia. É justamente sob esse viés que iremos analisar os discursos parlamentares, que almejavam legitimar uma visão de mundo dita “única”.

Mesmo que o termo discurso – ainda que em estreita conexão com a noção de poder – seja proveniente da teoria de Bakhtin, nada impede que associemos as noções de Bakhtin às de Gramsci, pois os dois discutem questões similares sobre linguagem e ideologia, quer dizer, em ambos são tratadas como dinâmicas e contraditórias e ainda como arenas onde se travam as lutas pela hegemonia (ZACCHI, 2005).

### *2.2.3 Conceção dialógica da linguagem*

Como mencionado, junto com a noção de ideologia e hegemonia de Gramsci, utilizaremos a concepção dialógica de linguagem de Bakhtin como eixo metodológico de análise. O dialogismo parte da “interação entre as produções do discurso nos diferentes campos do processo do discurso: processo literário, luta de opiniões, luta ideológica” (BAKHTIN, 2011, p. 324). Essa interação, ou melhor, confrontação “entram em um tipo especial de relações semânticas que chamamos dialógicas” (BAKHTIN, 2011, p. 324).

Para Bakhtin (2011), entre dois enunciados, estabelece-se sempre uma relação de sentido, quer dizer, o enunciador sempre é levado a considerar o

discurso do outro para elaborar o seu próprio. Por isso, não podemos produzir uma análise sem ter em mente que o discurso a ser analisado está ocupado e atravessado pelo discurso alheio.

Partindo desse pressuposto teórico, cabe aqui especificar que o dialogismo não está nas unidades da língua,<sup>69</sup> mas sim nos enunciados, os quais, pela entonação da fala, são “transformadas em visões de mundo, pontos de vista, e vozes sociais” (BAKHTIN, 2011, p. 324). Bakhtin se propôs a “construir uma ciência que fosse além da linguística, examinando o funcionamento real da linguagem em sua unicidade e não somente o sistema virtual que permite esse funcionamento” (FIORIN, 2018, p. 24). O que diferencia a unidade da língua de um enunciado é que ele é a réplica de um diálogo, pois seu objetivo é participar de outros discursos. Com isso, podemos dizer que, em um discurso, sempre há pelo menos duas vozes, mesmo que elas não se manifestem explicitamente.

Em Bakhtin, há toda uma dialética na sua forma de entender o discurso que deriva de contribuições de Gramsci (ZACCHI, 2006) acerca da noção de sujeito. Segundo ele, o sujeito se encontra em constante formação e em permanente interação com o meio social em que vive, o qual, por sua vez, também é contraditório e inacabado. Para Bakhtin, corroborando Gramsci, o mundo interior de cada sujeito não está fechado, mas em um constante vir a ser, por que o conteúdo discursivo da consciência vai alternando-se (FIORIN, 2018). Nesse processo de construção da consciência, as vozes são assimiladas de diferentes maneiras, o que é definido por Bakhtin (2002) como centrípeta e centrífuga, e sintetizado por Bakhtin (2002, p.142-147 *apud* FIORI, 2018, p.156) da seguinte forma:

Há vozes que são incorporadas como a voz de autoridade. É aquela a que se adere de modo incondicional, que é assimilada como uma massa compacta e, por isso, é centrípeta, impermeável, resistente a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. Pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa etc. Outras vozes são assimiladas como posições de sentido internamente persuasivas. São vistas como uma entre outras. Por isso, são centrífugas, permeáveis à impregnação por outras vozes, à hibridização, e abrem-se incessantemente à mudança.

Essas vozes, conforme a teoria de Gramsci, podem ser entendidas, respectivamente, como hegemônicas e contra hegemônicas. As forças centrípetas representariam uma força hegemônica, já que têm como objetivo subordinar os

---

<sup>69</sup> “Os elementos da língua dentro do sistema da língua ou dentro do texto (no sentido rigorosamente linguístico) não podem entrar nas relações dialógicas” (BAKHTIN, 2011, p. 324).



sujeitos com finalidade de obter um consenso. Já as forças centrífugas seriam uma força contra hegemônica, refletindo, assim, uma forma de resistência que busca a diversidade de valores (ZACCHI, 2006).

Como veremos com mais detalhe na análise do discurso, as forças centrípetas estão muito presentes no parlamento, sempre resistentes à relativização, e se mostram como única alternativa.

Para que se possa compreender a construção de um discurso persuasivo, é necessário reconhecer, além das forças presentes no discurso, a organização e a natureza dos signos linguísticos e como eles não podem ser dissociados de um caráter situado fora de si mesmo. Não existe nenhuma construção semântica neutra, pois “as palavras, no contexto, perdem sua neutralidade e passam a indicar aquilo que chamamos propriamente de ideologias” (CITELLI, 1985, p. 29). Nessa linha, Bakhtin (2006, p. 66) diz o seguinte:

[...] sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais.

Com base nessa orientação teórica, analisaremos os discursos a partir da identificação das forças presentes na linguagem e da ideologia presente em seu conteúdo. A questão referente à ideologia será melhor desenvolvida no próximo item.

#### *2.2.4 Thompson e a interpretação da ideologia*

Situado no campo da Teoria Social Crítica,<sup>70</sup> Thompson (2012) busca interpretar como as formas simbólicas permeiam o mundo social e qual o papel da ideologia nesse processo, denominando essa forma de investigação como “hermenêutica na análise das formas simbólicas”. Ele parte da tese de que os sujeitos, que constituem parte do mundo social, estão sempre inseridos em tradições históricas. O autor está alinhado com a noção de Gramsci de que a experiência do sujeito é sempre histórica: “A experiência humana é sempre histórica, no sentido de

---

<sup>70</sup> Teoria crítica é toda teoria que não reduz a realidade ao que existe. A realidade é considerada como um campo de possibilidades. A análise crítica assenta-se no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas susceptíveis de superação (SANTOS, 1999, p. 197).

que uma nova experiência é sempre assimilada aos resíduos do que passou” (THOMPSON, 2011, p. 360).

Uma das bases da teoria de Thompson que entendemos ser relevante para nosso trabalho é a sua metodologia de análise ideológica,<sup>71</sup> a qual “nos possibilita mostrar, ou procura mostrar, como as formas simbólicas servem em circunstâncias específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 410). No capítulo I de sua obra *Ideologia e Cultura Moderna* (2011), são descritos cinco métodos para o entendimento de como a ideologia é construída no discurso. Para este trabalho, utilizamos apenas três, pois se encaixam melhor com os nossos objetivos.

A seguir, temos um quadro com os modos de operação da ideologia e uma breve descrição de cada um:

**Quadro 3 – Modos de operação da ideologia**

<b>Modos gerais</b>	<b>Algumas estratégias típicas de construção simbólica</b>	<b>Descrição</b>
1) Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização	Propõe-se a fazer crer justa e digna de apoio as relações de dominação vigentes no grupo social
2) Unificação	Estandarização Simbolização da Unidade	As identidades individuais são diluídas e retomadas como algo uno em uma identidade coletiva. Aqui, a estratégia utilizada é a padronização
3) Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro	Segmentar grupos e indivíduos de modo a enfraquecê-los e a qualquer desafio que tentem impor as relações de dominação vigentes. Nesse item, a estratégia é o expurgo do outro, em uma construção simbólica de um inimigo

**Fonte:** THOMPSON, 2011, p. 81; descrição própria

Os modos de operação descritos acima serão utilizados como ferramentas de análise para que possamos identificar, nos discursos, como se fazem presentes, de modo subjacente, as relações de dominação, as quais tinham como objetivo final, além de aprovar as emendas em questão, impor um consenso por meio de uma hegemonia, representando uma nova visão de mundo.

<sup>71</sup> “Referencial metodológico em que o processo de interpretação/reinterpretação pode ser visto como um procedimento complexo, mediado por diferentes fases de análise, fases que descrevi como análise sócio-histórica e análise formal ou discursiva” (THOMPSON, 2011, p.33).

Vamos buscar entender como se dá essa forma de dominação que busca a imposição de uma visão de mundo através da “universalização” ideológica. Para Gramsci a batalha pela hegemonia deve contar obrigatoriamente uma frente “cultural” (COUTINHO, 2014), no sentido de propagar uma visão de mundo, ao lado de outras frentes políticas e econômicas.

Os parlamentares contribuem para esta batalha quando, ao defenderem as reformas, advogam também por essa nova visão de mundo neoliberal, funcionando como os intelectuais orgânicos definidos por Gramsci que “estão comprometidos em elaborar e difundir a visão de mundo a ser universalizada, com vistas a transformar os sentimentos espontâneos das massas, conferindo aos mesmos uma direção crítica e consciente” (SIMIONATTO; COSTA, 2014, p.70).

Nosso objetivo é assimilar como os discursos reforçam essa “nova era”. Para isso os modos de operação da ideologia propostos por Thompson aliados às noções de Gramsci e Bakhtin a respeito da linguagem serão importantes ferramentas para entender as estratégias de consolidação da hegemonia inseridas nas bases argumentativas dos deputados, ainda que os mesmos possam não ter ciência disso.

Isso será tratado com mais profundidade no capítulo três onde efetivamente analisaremos os discursos.

### 2.3 Metodologia de análise dos discursos parlamentares

Agora vamos entrar especificamente no *corpus* da análise. No capítulo anterior definimos as bases teóricas utilizadas para enquadrar a linguagem e também os aspectos ideológicos centrais para a interpretação dos discursos. Cabe agora definir o método de análise no qual utilizaremos as ferramentas anteriormente citadas.

Em nosso diagnóstico, optamos por um método qualitativo, sem uma obrigação formal de buscar valores estatísticos no universo de discursos da Câmara dos Deputados. Estamos muito mais interessados em avaliar se nos discursos parlamentares podemos comprovar a existência dos vernizes ideológicos apontados por Gramsci e Bakhtin, seguindo a metodologia proposta por Thompson, do que

entender se na totalidade dos discursos qual a porcentagem dos deputados que utilizam estes aspectos ideológicos.

Estabelecido que se tratará de uma análise qualitativa, definimos como ferramenta macro a “linguística crítica” que tem um compromisso com a semiótica e a análise estruturalista (GILL, 2004, p. 246). A ideia central da semiótica é que os sentidos de um termo provêm não de alguma estrutura inerente da relação significante e significado, mas “do sistema de oposição em que ele está inserido” (GILL, 2004, p. 246). Este pensamento está em linha com as bases teóricas que elencamos nos itens anteriores e serão aprofundadas conforme analisaremos os discursos em si.

Rosalind Gill (2004, p. 247) em seu capítulo sobre análise de discurso define quatro temas principais: 1- uma preocupação com o discurso em si; 2- uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída; 3- uma ênfase no discurso como forma de ação; 4 – convicção na organização da retórica do discurso. Dentre todos os temas, escolhemos o 2 e o 3, pois buscamos entender nos discursos como a linguagem constrói e mantém a ideologia da classe ou fração dominante no bloco no poder funcionando de forma dialética sempre considerando o discurso do outro para a composição de seu próprio, e como ela tem em sua gênese uma forma de ação para consolidar essa hegemonia de pensamento.

Apesar da diferença conceitual de hegemonia em Gramsci e Poulantzas, interessa-nos mais de perto é, no fundo, entender os discursos sob a ótica da luta pela hegemonia no interior do bloco no poder e, ao mesmo tempo, como a ideologia é propagada em cada discurso em forma de visão de mundo, com orientação buscando a ação e a aprovação das emendas em discussão.

Gill (2004, p.267) também dispõe de um roteiro de análise, que vamos utilizar em nossa pesquisa, que consiste em oito etapas descritas no quadro abaixo:

#### Quadro 4 – Roteiro de análise

Etapa	Como será adaptada para nossa pesquisa
1) Formular as questões iniciais de pesquisa:	A primeira e principal questão aqui será: 1) De que maneira as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar? Outras questões que partem desse eixo principal: 2) Como a ideologia no discurso representa a classe dominante? 3) Como o discurso dá suporte e corrobora a nova configuração do bloco no poder?
2) Escolher os textos a serem analisados:	Os discursos escolhidos serão de deputados da base aliada do governo que apoiaram a PEC em questão. Decidimos por esta forma para poder analisar os componentes ideológicos dos apoiadores e como eles utilizam dos argumentos de modo a tentar “vencer” o debate no plenário. Não foi utilizado nenhum critério específico para a escolha. Assim sendo, escolhemos o discurso que imaginamos ser o mais adequado.
3) Transcrever os textos em detalhe:	Não há necessidade de transcrever os discursos, pois estão todos transcritos nos diários oficiais da União e disponíveis na página do Congresso Nacional. Estamos confiando na transcrição dos profissionais responsáveis e damos por válidos os discursos mesmo quando não são validados pelos oradores.
4) Fazer uma leitura cética e interrogar o texto:	Nesta etapa é onde se inicia a análise propriamente dita. Nessa primeira leitura tentarei identificar os aspectos ideológicos dos discursos e se será necessário reformular as questões iniciais de pesquisa do item 1.
5) Codificação:	Não utilizaremos este item devido ao número elevado de discursos.
6) Análise dos dados:	Todas as ferramentas teóricas descritas anteriormente serão utilizadas nos trechos codificados.
7) Testar a fidedignidade e a validade dos dados	Não utilizaremos esta etapa, pois está mais relacionada a estudos quantitativos. Consideramos como válidas as transcrições do Diário Oficial.
8) Descrição das análises:	Esta etapa estará incluída no sexto item.

Fonte: GILL, 2004, p.267; descrição própria

#### 2.4 votações-chave para a implementação do neoliberalismo

Antes de entrarmos nos discursos da PEC 05 e 06, julgamos de fundamental importância fazer um breve repasso sobre a natureza das votações e de como elas levaram a um debate sobre a inserção do país na economia mundial.

A Constituição Federal de 1988 foi promulgada por um processo constituinte em um período singular da nossa história recente. Foram tempos de

ebulição social no qual vários atores entraram em jogo: sindicatos, movimentos sociais, novos partidos e movimentos remanescentes da ditadura recém-terminada. Juntos surgiram como uma força relevante na cena política nacional.

Em dada conjuntura é possível afirmar que a Constituição foi como um “ajuste provisório entre as diversas forças políticas que estavam em disputa naquele momento” (ANDRADE, 2008, p.2), na medida em que nenhuma delas teve capacidade de impor uma maioria. O próprio processo constitucional alcançou um acordo “provisório” que se materializou em uma Constituição longa, tida como uma das mais longas do mundo, perdendo apenas para a indiana, extremamente detalhista e ampla (ANDRADE, 2008).

Dos muitos aspectos positivos, principalmente relacionados a direitos sem contrapartida, a nova Constituição abriu possibilidade de “realizações sociais profundas pelos direitos sociais e econômicos nela inscritos” (KOHLENER, 2003, p.59). Como essa parte da CF não é o objeto central da nossa análise, vamos nos concentrar no conjunto de normas constitucionais referentes a ordem econômica.

Este capítulo consagra um modelo específico de Estado em que “as relações sociais de produção são apoiadas na livre iniciativa, na propriedade privada dos meios de produção e na livre concorrência<sup>72</sup>” (KOHLENER, 2003, p.61). Ainda assim, a CF prevê uma participação do Estado na exploração direta da atividade econômica (Art. 173), bem como o incumbe na prestação de serviços públicos (Art. 175), além de lhe imputar a função de agente normativo e regulador da atividade econômica (Art. 174).

Essa opção pelo Estado indutor do desenvolvimento aliado a uma série de outras conquistas, como a função social da propriedade e a busca do pleno emprego, fez com que ela fosse duramente criticada, principalmente pela exorbitante onerosidade do Estado, pelo excesso de direitos concedidos, pela intervenção exacerbada na economia e a criação de artigos programáticos irrealizáveis (ANDRADE, 2008, p.8). Estas críticas estavam alinhadas com a doutrina neoliberal e com o futuro Consenso de Washington, que estava em gestação no momento, e que exigiria alterações no texto que foram empreendidas pelo governo FHC (NOGUEIRA, 2010).

---

<sup>72</sup> Art. 170, caput, incisos II e IV – CF de 1988.

Desde o início do seu governo, em 1995, as emendas constitucionais assumiram uma importância fundamental na agenda do país. Foram aprovadas sucessivas PECs pelo Congresso Nacional, todas de iniciativa do Executivo, com a intenção final de alterar o modelo econômico proposto pela CF de 1988, tanto que o capítulo “Da ordem econômica” “foi o mais desfigurado pelo intenso processo de reformas constitucionais neoliberais” (BERCOVICI, 2005, p.38).

Duas emendas foram de fundamental importância nesse deslocamento ao neoliberalismo: a PEC 05, relacionada à extinção de determinadas restrições ao capital externo no que tange à proteção das empresas nacionais, e a PEC 06, referentes aos monopólios de gás e petróleo do Estado.

#### 2.4.1 PEC 05/1995

Começaremos pela PEC 05, que altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal. A seguir a descrição da emenda conforme consta no projeto de Lei disponível na página da Câmara dos Deputados<sup>73</sup>:

Objetivando eliminar a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, o tratamento preferencial concedido a esta última, inclusive no que diz respeito a aquisição de bens e serviços por parte do poder público; no tratamento favorecido a empresas de pequeno porte e retirando a exclusividade da pesquisa e lavra de recursos minerais e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica por empresa brasileira de capital nacional, viabilizando a atração de investimentos estrangeiros para o setor de mineração e energia elétrica, alterando dispositivos da constituição federal de 1988. (plano FHC).

Para este trabalho vamos focar no artigo 171 do capítulo da ordem econômica, que foi o principal item debatido em plenário e, portanto, foco da nossa análise. Neste artigo são considerados:

- 1- Empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede administrativa no país;
- 2- Empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidade de direito público interno, estendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante

73

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=24957>. Acesso em: 21 maio 2019.

e o exercício de fato e de direito do poder decisório para gerir suas atividades.

O artigo deriva de uma lei de 1984<sup>74</sup> que continha a definição de empresa brasileira de capital nacional. O objetivo era conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis para o desenvolvimento do país (GRAU, 2008). Esse conceito de proteção empresarial se origina de uma ideia desenvolvimentista, na qual podemos resgatar suas raízes na distante Era Vargas.

Essa inclusão no texto constitucional provocou intensos debates na constituinte pelo antagonismo das correntes ideológicas (GRAU, 2008, p.243), visto que já existiam forças contra esse desenvolvimentismo e que pregavam as doutrinas neoliberais. Mesmo assim, o artigo foi inscrito na Constituição denotando a força da corrente desenvolvimentista no período pós-ditadura. Um dos fatores que ajuda a entender esta inclusão é que, na constituinte, o bloco no poder ainda não contava com a hegemonia plena do capital financeiro. Por isso o capítulo “Da ordem econômica” ainda continha uma forte participação do Estado na economia.

No entanto, com a virada neoliberal dos anos 1990, notamos a inversão de mando no bloco hegemônico tanto nas reformas constitucionais quanto no apoio quase que incondicional de toda a burguesia nacional (BOITO, 2002). Esse protecionismo já não tinha espaço e foi necessário ser revisto para atrair o capital financeiro internacional, que no momento detinha uma grande liquidez mundial e era pedra angular da estratégia de estabilização do Plano Real (FILGUEIRAS, 2000). E o Brasil, na visão de Samuel Pinheiro Guimarães (2000, p. 143):

[...] foi convencido de que na era da globalização o que valia era o capital, sua eficiência e sua competitividade, que a preocupação com o emprego, razão que deve ser suprema para todo o governo, era antiquada e desnecessária enquanto o Estado e a soberania seriam relíquias de um passado ruim.

Essa noção vem dos planos de ajuste do FMI que são ações dentro de uma doutrina de livre movimento de capitais que “beneficia diretamente os países com excedente” (GUIMARÃES, 2001, p.145), e tinha como base argumentativa que no mundo havia um grande fluxo de capitais buscando locais seguros e rentáveis

---

<sup>74</sup> BRASIL. **Lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7232.htm)>. Acesso em: 21 maio 2019.



para investir. Os defensores aqui no Brasil<sup>75</sup> pregavam que, se usado corretamente, o capital estrangeiro poderia resolver os problemas nacionais. Portanto a Constituição brasileira, mais especificamente o artigo 171, impedia esse fluxo de capital de aportar no país.

Interessante notar que essa proteção, mesmo sendo um modo de fortalecer a indústria e o desenvolvimento nacional, foi tratada como um arcaísmo que privilegiava setores atrasados que, sem concorrência, continuariam produzindo “carroças” como o Presidente Collor já havia alcunhado.

#### 2.4.2 PEC 06/1995

A PEC 06 alterou o primeiro parágrafo do art. 177 da Constituição Federal. A seguir a descrição da emenda conforme consta no projeto de Lei disponível na página da Câmara dos Deputados<sup>76</sup>:

Visando flexibilizar o monopólio do petróleo de forma que a União passa contratar com empresas privadas a realização das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural, refino de petróleo, importação e exportação de petróleo, gás e derivados, bem como o transporte marítimo de petróleo, derivados e gás natural, inclusive por meio de dutos, devendo a lei ordinária regular as condições e relações contratuais concernentes, alterando dispositivos da constituição federal de 1988). (plano FHC).

O artigo 177 inserido na Constituição de 1988 definia como monopólio da União:

- I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;
- II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
- III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;
- IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;
- V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal.

<sup>75</sup> Ver discurso 1 no capítulo 3.

<sup>76</sup> Disponível

em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169217>. Acesso em: 21 maio 2019.

A questão do monopólio estatal do petróleo, que o artigo 177 inseriu na CF de 1988, deriva diretamente do nacionalismo varguista. Sendo em seu governo que foi promulgada a lei n. 2.004 no dia 03 de outubro de 1953 que criou a Petrobrás e estabeleceu seu monopólio, em uma campanha que mobilizou todo o país e causou uma polarização ideológica (MOURA, 1986). De um lado havia os defensores compostos por uma miríade de ideologias indo de militares de direita até partidos de esquerda. E na oposição havia os liberais, que defendiam a necessidade de parcerias com empresas estrangeiras, justificando que a falta de concorrência prejudicaria o país. Esta corrente tem na figura de Roberto Campos<sup>77</sup> seu expoente máximo.

Dada à importância desta *commodity*, a constituição de 1988 fez o que se pode definir como “marco diferencial no ramo petrolífero”, “com a ampliação das atividades deste setor e da inclusão do gás natural que começou a fazer parte do monopólio da união” (AJAJ, 2007, p.52).

A PEC 06 de 1995 conferiu nova redação ao § 1º do art. 177 e acrescentou um § 2º a este mesmo item da Constituição Federal. A Emenda permitiu à União contratar empresas estatais ou privadas para exercer as atividades econômicas da indústria do petróleo. E exigiu a aprovação de uma lei infraconstitucional que deveria garantir o fornecimento de derivados do petróleo em todo o território nacional, especificou as condições de contratações com as empresas e dispôs sobre a estrutura e atribuições do órgão regulador (AJAJ, 2007).

A propriedade dos recursos minerais continuava sendo da União, o que se efetiva com a Emenda é a exploração da atividade econômica por meio de parceria entre o Estado e a atividade privada. Esta flexibilização vinha seguindo a linha neoliberal das demais emendas constitucionais do primeiro governo FHC. A ideia era dar ao Estado “um novo papel nas atividades petrolíferas, podendo-se até mesmo falar que o Estado modificou ou reduziu (pela possibilidade de opção) sua intervenção na economia em favor do setor privado” (AJAJ, 2007, p.65).

O princípio de monopólio é completamente caro aos fundamentos neoliberais e contraria a qualquer noção de livre mercado. Porém, esse monopólio

---

<sup>77</sup> Campos definia a criação do monopólio estatal como “pecado contra a lógica econômica” e a campanha do petróleo é nosso como “procissão de fetichistas anti-higiênicos, capazes de transformar um líquido fedorento num unguento sagrado” (CAMPOS, 1999)

especificamente tem um pano de fundo diferente, já que se trata de um combustível fundamental para a soberania de qualquer país, com influência em amplos setores e até na segurança nacional. Além disso, no caso brasileiro autossuficiência em petróleo poderia refletir em desenvolvimento, pois contando com reservas internas é possível diminuir a dependência externa que está sujeita a variações do mercado internacional e a volatilidade do dólar.

Veremos que estas questões foram levantadas em acalorados debates no congresso, e causaram muita polêmica. Tendo ainda como pano de fundo a greve dos petroleiros que será mais bem debatida no próximo capítulo.

### 3 EM DEFESA DAS CONTRARREFORMAS

#### 3.1 PEC 05/1995

Os discursos escolhidos para a análise foram proferidos pelos então deputados federais Arthur Virgílio (PSDB/AM), Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) e Lima Netto (PFL/RJ). Em suas falas, os congressistas fazem uma defesa enfática da PEC 05 e, ao longo da sessão, inúmeras vezes pedem a palavra, tanto para discutir um ponto quanto para enfatizar a posição de seu voto e do seu partido, o qual, no caso dos dois primeiros deputados mencionados, era o PSDB, partido que, na figura do presidente FHC, foi o verdadeiro indutor dessa PEC.

Iniciamos a análise pela recapitulação da espinha dorsal da nossa teoria de base: a concepção dialógica da linguagem de Bakhtin (2011), aliada às concepções de ideologia e de hegemonia de Gramsci (PERRUSI, 2006), tendo por eixo as noções ideológicas do discurso de Thompson (2012) e, como orientador, o roteiro sugerido por Gill (2004), conforme já exposto no capítulo anterior. Em relação aos discursos e aos excertos analisados, indicaremos o discurso em pauta e o seu respectivo enunciador por meio do número do discurso (ver Anexo A) e das iniciais do congressista (Disc.1 e Disc.2 – Arthur Virgílio (AV); Disc.3 e 4 – Luiz Carlos Hauly (LCH); Disc. 5 – Lima Netto (LM)). Para a localização do trecho no corpo do discurso, será usada a letra “L” seguida do número da linha (exemplo: L.13).

#### Passo 1 – Principais questões de pesquisa

A nossa hipótese inicial é que a ideologia presente nos discursos tende à manutenção do predomínio da hegemonia da classe dominante. Os deputados, em seus argumentos, não fazem menção direta ao neoliberalismo e ao Consenso de Washington, quer dizer, não empregam palavras sugestivas. Buscaremos, portanto, entender a hegemonia dos discursos do ponto de vista gramsciano, como a “conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em ‘cimento’ de um novo bloco histórico” (BOITO JR., 1999, p. 80).

Essa conversão faz com que prevaleçam os interesses particulares da fração de classe hegemônica no bloco no poder e, como afirma Poulantzas

(1977), na medida em que dominam como classe, legitimam ideologicamente a imposição de sua visão de mundo como benéfica ao restante da sociedade. Desse modo, os discursos pretendem estabelecer, segundo a noção de vozes centrípetas de Bakhtin (2011), a nova visão de mundo neoliberal, tida, à época, como único caminho a ser seguido.

Prendemos entender também de que maneira as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar, no sentido de esmiuçar as bases sobre as quais os argumentos dos parlamentares foram construídos. Quais expressões utilizam? Qual o tom do discurso? Como ele sustenta a confiabilidade do seu ponto de vista?

Além dos pontos mencionados acima, procuramos também correlacionar a nossa análise com a ideia macro de hegemonia e bloco no poder, embora saibamos das diferenças entre Gramsci e Poulantzas, a fim de elucidar como esta norteia todo um novo modo de desenvolvimento econômico que beneficia diretamente a fração dominante, sem excluir as outras classes ou frações de classe, em nome do bem geral da nação.

## Passo 2 - Escolha do texto

Nesta primeira etapa, escolhemos os discursos de três parlamentares para analisar. Levamos em consideração, nesta escolha, primeiramente, a relevância do deputado no congresso, sua inclinação ideológica – favorável à proposta e ao neoliberalismo – e o partido a que pertencia, que deve ser da base aliada do governo FHC.

Em relação ao grau de relevância do discurso, pautamo-nos em um estudo do DIAP, intitulado “Cabeças do congresso”, de 1995, para balizar as nossas escolhas. Em seguida, analisamos os discursos proferidos tanto em datas próximas da aprovação da proposta como também nos meses anteriores, para buscar os oradores que defendiam a PEC em questão. Decorrida essa etapa, selecionamos os seguintes deputados: Arthur Virgílio (PSDB), do Amazonas; Luiz Carlos Hauly (PSDB), do Paraná; e Lima Netto (PFL), do Rio de Janeiro.

A seguir, descreveremos brevemente cada um desses sujeitos, segundo informações contidas no estudo do DIAP supracitado.

A publicação descreve o Deputado Arthur Virgílio (AV) como um político com experiência – já havia sido prefeito de Manaus e estava em seu segundo mandato parlamentar –, ativo, com boa articulação no plenário e, também, como um bom debatedor. Era vice-líder do PSDB, com atuação destacada em defender as propostas do governo. Foi membro titular da comissão especial destinada à quebra do monopólio das telecomunicações. Seu posicionamento do espectro político era de centro, porém a própria publicação destaca que ele havia se convertido “recentemente ao neoliberalismo” (DIAP, 1995, p. 9).

No caso de seu colega de partido, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (LCH), é qualificado como um bom articulador, com maior ênfase na formulação de propostas. Isso se deve ao seu background de ex-secretário da Fazenda do Paraná e a sua especialização em temas fiscais e tributários. Também é definido como um político de centro, e, nas suas falas, constata-se que era um fervoroso defensor do governo, da reforma do Estado e de todas as mudanças constitucionais propostas por FHC.

Já o deputado Lima Neto (LN) é considerado um neófito na política parlamentar, estava, na época, no seu primeiro mandato. Teve um background forte na iniciativa privada. Engenheiro civil com PHD em Stanford, nos EUA. É destacado, na publicação, o seu preparo técnico e os cargos importantes que ocupou, tanto no governo como na iniciativa privada. Já foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). No espectro político, é colocado como de centro-direita, defensor das teses liberalizantes e um neoliberal engajado.

### Passo 3 – Transcrição

Todos os discursos que serão citados nesse item podem ser vistos no Anexo A.

### Passo 4 – Fazer uma leitura crítica e interrogar o texto:

Após uma primeira leitura, permitimo-nos interrogar o texto à luz das bases teóricas de análise. Através das lentes do dialogismo de Bakhtin, vemos

claramente a influência de um “anônimo interlocutor”, definido pelo autor como “a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas” (BAKHTIN, 1986, p. 146). Essa orientação para a terceira pessoa tem primordial importância, uma vez que “reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apresentação do discurso” (BAKHTIN, 1986, p. 146). Há muitas citações, ao longo do texto, referentes a esse hipotético grupo, o qual, de antemão, sabemos se tratar da oposição e dos que eram contra as ideias em pauta.

O sentido para uma terceira pessoa se faz notar quando o orador a aponta diretamente, utilizando termos e construções típicas de estigmatização do adversário, como se pode ver nos seguintes excertos:

- “Nós que, durante muito tempo, mantivemos a ideia do País-autarquia e vimos que alguns setores ainda mantêm essa ideia” (Disc.1 – AV – L.42 a L.44);
- “[...] o Estado que aí se encontra, hiperbolizado pela ditadura militar [...] é relapso, é flácido, é reacionário, como é reacionário quem o defende” (Disc.1 – AV – L.53 a L.56);
- “Lamentavelmente, há brasileiros que não querem gerar empregos aqui” (Disc.3 – LCH – L.18);
- “Não dá para entender que alguém advogue a manutenção do status quo atual” (Disc.4 – LCH – L.14 a L.15);
- “Seria impatriótico que esta casa se posicionasse contra a proposta” (Disc.5 – LN – L.17).

Agora, em relação ao conteúdo dos discursos, podemos notar que todos são recobertos por um verniz “não ideológico”, que visa esconder as diretrizes de interesse do grupo que detém a hegemonia do bloco no poder. Nos discursos, elas tomam forma de caminho a ser tomado em direção ao progresso e ao desenvolvimento da nação. Essa ideia de dar direção e sentido é abordada por Gramsci (PERRUSSI, 2015), que afirma que a classe dominante, por meio de sua ideologia, determina uma direção para o restante da sociedade, exercendo, dessa forma, a sua hegemonia.

- “Senhor presidente, se queremos de fato, completar as reformas que vão permitir à economia Brasileira uma efetiva

situação de competitividade internacional [...] devemos oferecer a certeza de que o congresso compreende a necessidade do Brasil se incorporar à economia internacional por cima” (Disc.1 – AV – L.71 a L.76),

- “Eu acredito neste governo; acredito na sua iniciativa. Com suas propostas de emendas mandadas ao Congresso Nacional, ele dá um passo decidido para as mudanças que precisamos fazer” (Disc.3 – LCH – L.35 a L.37).
- “Agora que temos um presidente que dá o norte e conduz com segurança o país” (Disc.4 – LCH – L.51 a L.52).

Outra importante base teórica mediante a qual analisamos os discursos é a análise de ideologias de Thompson (2012), que está ligada às formas simbólicas da linguagem e ao seu contexto sócio-histórico. Assim, é colocada no centro da análise a inter-relação entre significado e poder, isto é, as maneiras como as formas simbólicas podem ser usadas para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Thompson (2012) escolhe como modos de operação da ideologia a legitimação, a universalização e a fragmentação, que serão aplicadas a seguir.

#### Passo 6 – Análise dos dados<sup>78</sup>

Antes de entrar nas considerações de análise, sentimos que é de fundamental importância pontuar como os deputados se vinculam a essas emendas e qual a função deles na aprovação de tal proposta.

Os três deputados encolhidos possuem históricos diferentes, porém, todos mostram o mesmo comprometimento, não com a aprovação da PEC como também com todas as contrarreformas solicitadas pelo Executivo. O deputado Arthur Virgílio vem de um longo período de lutas sociais, em especial, contra a ditadura militar – foi militante do PCB –, no entanto, vemos uma “recém-conversão” ao neoliberalismo e a esse novo contexto, tanto que ele muitas vezes, em seu discurso, elogia o modelo de Estado anterior à ditadura, o Estado desenvolvimentista. Foi

---

<sup>78</sup> O passo 5, codificação, não está sendo utilizado nesta análise.



prefeito de Manaus pelo PSB e depois migrou para o PSDB, partido que ajudou a fundar.

Ele entende que não é mais a hora e o lugar desse tipo de configuração. Ele se rende totalmente à ideia de um mundo sem fronteiras, de modo que o Estado, na visão dele, quase que atrapalha o estabelecimento desse novo mundo, e o Brasil não pode colocar travas a isso. Tal conversão, segundo o deputado, não representa uma ideologia, mas o único caminho a ser trilhado. A ideologia que imperava no governo FHC, parte da ideia de que o Plano Real era apenas o início de um processo de transição que mudaria profundamente as estruturas do Estado brasileiro, foi aceita pelo deputado, que foi um dos principais líderes do governo FHC no Congresso, para depois assumir o cargo de ministro chefe da Secretária-Geral da Presidência.

O caso do deputado Luiz Carlos Hauly, descrito, na publicação, como um formulador, diferentemente do deputado Arthur Virgílio, que teve uma posição mais ligada ao debate político e uma importância maior dentro do PSDB. Hauly teve uma formação mais técnica, isso por conta de sua formação acadêmica como economista e por ter sido secretário da Fazenda do Paraná. Hauly tinha como uma de suas pautas a reforma tributária e fez do liberalismo econômico sua bandeira contra o “modelo falido” de Estado que vigorava no país. Foi um defensor enfático do Plano Real, do Fundo Social de Emergência e das reformas que viriam em seguida. Para ele, era preciso adaptar o Brasil à globalização e ao futuro, afinal, segundo ele, o dinheiro deveria chegar a todo país, independentemente de sua “nacionalidade”.

Dos três deputados escolhidos, o deputado Lima Netto é o que mais tinha relação direta com o segmento bancário-financeiro. Ele trabalhou como executivo no BNDES e no mercado corporativo privado, foi nomeado presidente da Siderúrgica Nacional e responsável pela sua privatização (SOARES; PIRES, 2018). É definido como um privatista convicto e foi responsável pela emenda do governo que propôs a extinção do monopólio da Petrobrás da exploração do petróleo. Ele é o deputado que podemos, devido ao seu histórico, associar diretamente à fração hegemônica do capital naquele momento.

Voltando para as considerações de análise, a primeira conclusão a que se pode chegar é que os discursos debatidos nas sessões da PEC 05 foram

construídos com o intuito de buscar a liderança e um caminho a ser seguido, o que corrobora a percepção de Gramsci acerca da construção da ideologia, que vai além da simples busca pelo consenso. É fato que todos os discursos são unânimes em dizer que o mundo mudou e seria necessário se adaptar à “nova era”. Apoiado nessa lógica, propunha-se uma segregação ideológica, tanto do Congresso Nacional como da população em geral, mediante a máxima de que a PEC debatida era a única saída para o Brasil, não havendo alternativa além de sua aprovação.

Assim sendo, parte-se do princípio de marginalização do outro, supondo que ele deveria estar do lado dos interesses da sociedade. Na verdade, era dito que este estava contra a mudança, o que, na visão dos oradores, significava estar contra o progresso e o bem-estar de toda a nação.

Quando, nos discursos, conforme Bakhtin (2002), buscamos identificar as vozes que compõem o processo de construção da consciência, destacamos a existência de todo um suporte de autoridade na fala dos deputados. Tem-se, por exemplo, o deputado Arthur Virgílio, que relembra a sua militância política na ditadura (Disc.1 – AV – L.20), o que o qualificava para discordar do posicionamento da oposição que ele mesmo definia como “reacionário” (Disc. 1 – AV – L.56), ou os outros deputados mais fatalistas, que davam por certo que “o modelo econômico e social e político deste país não deu certo” (Disc. 3 – LCH – L.25) e que o país estava “matando sua geração atual” (Disc.5 – LN – L.5).

As entonações destacadas configuram o uso de uma voz centrípeta, que incorpora uma autoridade adjacente e resistente a relativizações. No caso, não há qualquer margem para contestação ou debate, como os deputados muito enfaticamente afirmavam:

- “[...] hoje não cabe, hoje não tem a ver com o mundo que está aí” (Disc. 1 – AVN – L.69 a L.70);
- “Se ficarmos presos a discussões menos ou com reminiscências de modelos esgotados que não deram certo, acontecerá aqui o mesmo que nos países do leste europeu, que sucumbiram quando o muro de Berlim caiu” (Disc. 4 – LCH – L.53 a L.56);

- “Somente os neoconversadores, aqueles que querem para seus filhos o país como ele está hoje, é que podem se opor a esta proposta” (Disc. 5 – LN – L.19 a L.20).

Quando observamos os discursos pela lente da hegemonia de Gramsci e do bloco no poder de Poulantzas, vemos que a ideia por trás da PEC era vendida como uma escolha benéfica para todos. Quer dizer, buscava-se impor, de forma coercitiva, no sentido de não haver alternativa, a visão de mundo neoliberal, a qual, em verdade, beneficiaria diretamente a fração hegemônica no bloco no poder.

- “[...] o mundo mudou, avisa-nos que mudou e nos dá oportunidades de mudar junto com ele, por cima ou por baixo, de chegar em posição nobre a essa economia globalizada ou de chegar por baixo subalternamente” (Disc.1 – AVN – L.40 – L.42);
- “Estamos revivendo hoje uma fase histórica da econômica mundial, cada vez mais globalizada. Países fechados, como a China e a Rússia, lutam hoje para atrair capital estrangeiro, trazendo tecnologia e gerando empregos. O Brasil precisa de tecnologia. O Brasil precisa de capital. O Brasil precisa de emprego. Temos uma dívida social grande, e um dos modos de reduzi-la, de minorar o problema é gerar novos empregos” (Disc. 5 – LN – L.8 a L.12);
- “O país precisa de reformas estruturais, pois está mais do que passando do ponto. Seu atual modelo econômico, social e político está falido. Não deu certo esse ente híbrido de Estado-empresário [...] é um modelo falido que produziu 32 milhões de miseráveis e 40 milhões de pobres apesar de sermos a décima economia do mundo” (Disc.4 – LCH – L.9 a L.14).

A seguir, abordaremos como as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar. Para tal, utilizaremos especificamente os três modos de operação da ideologia de Thompson (2014, p. 81).

## 1 – Legitimação

Consideramos que esse modo de operação é central e pedra angular do discurso analisado, uma vez que ele exprime, por meio da linguagem, a tentativa de se criar um consenso político e, ao mesmo tempo, define um senso de direção a ser tomado.

Não há alusão ao fato de que o apoio à reforma votada tem um caráter ideológico e que está de acordo com o receituário do Consenso de Washington. Os discursos tratam a questão da ideologia, quando mencionada, como algo menor, como se a “ideologia” fosse uma arma da oposição e não um ponto a ser debatido. A mudança constitucional referida tem caráter de única escolha possível na concepção dos oradores:

- “Devemos oferecer à Nação a certeza de que o congresso compreende a necessidade de o Brasil se incorporar à economia internacional por cima, em posição de honra, sem preconceitos ideológicos e com a coragem de afirmar o seu verdadeiro destino” (Disc.1 – AVN – L.74 a L.77);
- “Estamos envolvidos em discussões ideológicas estúpidas, que não nos permitem olhar para dentro do nosso país, para a miséria e todas as suas consequências” (Disc.3 – LCH – L.82 a 83).

Observando os discursos, nota-se uma necessidade de se livrar de “preconceitos ideológicos” (Disc. 1. – AVN – L.76 a L.77). O nexos de que não havia ideologia na defesa da reforma recebe duas explicações, as quais, de maneira nenhuma, são opostas: a grave crise econômica da década de 80 e início dos anos 90 e o contexto de globalização e de ascensão da ideologia neoliberal que estava, então, em voga, principalmente na América Latina. No tocante à crise econômica, vemos, nos discursos, a culpabilização do antigo modelo de Estado, o qual, na literatura e neste trabalho, foi definido como “desenvolvimentista”, mas que, nos discursos, recebe a alcunha de “Estado empresário”.

Essas questões aparecem de forma clara nos discursos e contribuem para a legitimação de um ponto de vista, reforçando uma ideia coercitiva de que havia apenas uma direção a ser seguida:

- “O Estado brasileiro não deu certo. É um Estado empresário, caduco, viciado, que não manda em nenhuma das suas empresas estatais [...] Esse é o retrato do Brasil que temos hoje” (Disc.3 – LCH – L.25 a L.28);
- “Seu atual modelo econômico, social e político está falido. Não deu certo este híbrido de Estado-empresário, que nunca cumpriu seu papel social” (Disc.4 – LCH – L.10 a L.12);
- “Teríamos razões econômicas e essas são fundamentais – para um governo que tem a pragmática vontade política de tirar o país do atraso e catapultá-lo para uma era de efetivos investimentos estrangeiros nacionais, de efetiva reforma do estado” (Disc.1 – AVN – L.10 a L.14).

Quando vemos, nos discursos dos parlamentares, o Estado sendo tratado como neutro, o que se tem é justamente a ideologia dominante sobre a qual Poulantzas fala na sua concepção de Estado:

A ideologia dominante que o Estado reproduz e inculca tem igualmente por função construir o cimento interno dos aparelhos do estado e da unidade de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da sociedade e dos interesses gerais e árbitro entre as lutas de classe (POULANTZAS, 1985, p. 179).

Não podemos esquecer que, para Poulantzas, as contradições não estão somente nas frações das classes dirigentes no bloco no poder, mas igualmente nas suas relações com as classes dominadas, ou melhor, com as massas. O entendimento dos oradores de que a ideologia é um debate superficial, a “reminiscências de modelos esgotados” (Disc.4 – LCH – L.54), quer imprimir, ao fim e ao cabo, a ideia de que há uma neutralidade nas suas suposições e um senso de direção que é o melhor para o Brasil como um todo, sempre com um foco específico na geração de empregos, no desenvolvimento tecnológico e no progresso. Condensa-se três aspectos que, para Poulantzas, com base em Gramsci, são

imprescindíveis para o estabelecimento da hegemonia: política, economia e a ideologia (SILVA; RODRIGUEZ, 2015).

Como já explicitado, em nenhum momento foi feita menção ao neoliberalismo e a doutrinas referentes ao Consenso de Washington. A única referência direta ao termo ocorre em uma intervenção do deputado Arthur Virgílio (Disc.2), justamente para questionar a palavra utilizada por um deputado da oposição. Na sua fala, o deputado desafia o interlocutor: “V.S. poderia, de maneira precisa, definir para este plenário o que é neoliberalismo?”. Os oradores, em geral, em suas falas, fazem recorrentes alusões à “globalização” (Disc.1 – AVN – L.27), “inserir-se em uma nova era” (Disc.3 – LCH – L.75 a L.76) e “novo ordenamento econômico” (Disc.4 – LCH – L.57), sobretudo para definir uma mudança mundial inexorável, que impunha, ao país, a adaptação mediante a abertura ao investimento externo. Afirmavam que só há “garantia de prosperidade a quem tem investimentos para gerar emprego” (L.45 a L.46).

Pode-se concluir que os discursos incitam à aceitação da proposta, a qual deveria ser aprovada para o fim da crise que solapava a nação. Tal saída era imposta não só com a PEC 05, como também mediante reformas estruturais que tinham por finalidade mudar o modelo de Estado brasileiro. Os argumentos eram expostos como um senso de direção, quase como um reflexo natural do mundo globalizado, de modo que deveriam, impreterivelmente, ser assimilados pela liderança do governo em questão.

Com a exposição dos argumentos abordados, cremos ter respondido a questão de pesquisa número um, sobre como as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar, pois que a insistência em se afirmar que não havia ideologia no apoio à PEC 05 denota, paradoxalmente, uma ideologia intrínseca, revestida por dois vernizes com o objetivo de tirar de foco as questões políticas que envolviam a medida. Um verniz é a ideia de que não havia outra saída e, o outro, é que se tratava de uma questão técnica, sem interferência política e com o objetivo final de trazer melhorias para o país. Criou-se, ainda, o estereótipo do “contrário ao progresso”, de fácil assimilação, afinal, quem gostaria de ficar do lado daqueles não desejam mais progresso, mais empregos e mais tecnologia?

Agora, ao contrastarmos esses discursos com a questão número três de pesquisa, apresentada na metodologia, vemos que eles claramente

corroboram a nova configuração do bloco no poder por meio de seus argumentos. Se fosse para selecionar apenas um eixo ideológico que pudesse corroborar essa afirmação, escolheríamos o argumento de que “não há alternativa” como o principal alicerce teórico, posto que se apresenta como solução, como um caminho claro a ser seguido, o qual vai além da PEC em questão.

Essa noção macro de um fim da história, tão ovacionada desde Fukuyama (1992), condiz com o discurso do Consenso de Washington e do presidente FHC, que transformaram o neoliberalismo no único caminho possível, provocando, inclusive, uma inversão semântica ao chamar a todos que não estão a favor das reformas de reacionários.

A concepção de uma economia globalizada, a qual era preciso se adaptar para não sucumbir, vem alinhada ao discurso em voga no momento. Ademais, tal ideia era usada para distinguir empresa nacional e estrangeira, sendo que o investimento externo era colocado como a chave para a resolução da crise, pois, no ano de 1995, por mais que o país estivesse com a inflação estabilizada, sentia-se, ainda, os efeitos dos traumas causados pela crise dos anos 80 e pelo Plano Collor I.

Faz-se, ainda, menção a um Estado que soube, no passado, conduzir o desenvolvimento de forma eficiente: “isso foi válido em determinada quadra histórica” (Disc.1 – AVN – L.33). Mesmo assim, fica bem claro que tal modelo havia se tornado obsoleto aos olhos dos oradores, ao passo que representava um “Estado empresário, caduco, viciado” (Disc.3 – LCH – L.25 a L.26), que estava “matando a geração atual” (Disc.5 – LN – L.5). Fica patente que a noção anterior de desenvolvimentismo pertence a um passado distante, que não tem mais lugar no novo contexto.

## 2 – Unificação

A ideia de se homogeneizar o adversário, criar uma unidade a qual se dirigir, faz com que o ataque verbal seja mais efetivo. Para além disso, podemos dizer que a ideia de que a aprovação da PEC traria benefícios para a população brasileira como um todo está presente na concepção de Estado poulantziana (POULANTZAS, 1977), pois, para ele, o Estado capitalista atua como unificador das

classes sociais, a fim de que possa preservar os interesses de uma parcela da sociedade e, com isso, apresentar-se como mediador da vontade geral da nação. Ou seja, é como se o Estado organizasse e reproduzisse, para toda a população, a hegemonia mediante o firmamento de compromissos entre as classes do bloco no poder.

Nos discursos, vemos que essa busca pela unificação vale tanto para os opositores, qualificados como “atrasados”, quanto para a população em geral. O conjunto da população brasileira é reduzido ao termo “povo” (Disc.1 – AVN – L.62), “brasileira” (Disc.3 – LCH – L.86) e “Brasil” (Disc.2 – LN – L.22), o que sugere uma sociedade uniforme, sem qualquer estratificação social, por classe, região ou idade.

Os vocativos utilizados dão conta de depreciar o outro, definido como: atrasado, reacionário, para trás, a cara do ontem (Disc.1 – AVN – L.22 a L.24); referindo-se a todos aqueles que, de alguma forma, opunham-se às contrarreformas. Sejam aqueles da oposição, que também, de certa forma, eram a favor do caráter perdulário do Estado, sejam os empresários que, à época, eram beneficiários diretos da proteção estatal assegurada pelo artigo 171 da Constituição Federal.

Colocando todos os opositores na mesma condição, reforçava-se a ideia de que não havia alternativa. Tal unificação liquidava a possibilidade de um debate, no sentido de se buscar um modo alternativo de conduzir a econômica. O deputado Arthur Virgílio até mencionou, em seu discurso, a possibilidade de o Estado favorecer alguma área que lhe seja estratégica, mas isso por meio de “legislação infraconstitucional” (Disc.1 – AVN – L.59). Contudo, em nenhum momento ele admite que havia outra alternativa macro para o Brasil, dada a inexorabilidade do cenário. No “mundo de mutações profundas” (L.24) ou mesmo na “nova era” (Disc.3 – LCH – L.76), conforme preconizado pelo deputado Luiz Carlos Hauly, não havia lugar para divergência e resistência, estes foram taxados de inimigos do progresso.

Outra generalização presente no discurso decorre do uso da palavra “povo”, que é bastante recorrente na política, sendo utilizada por deputados de variados matizes ideológicos. A lógica de que a PEC beneficiaria toda a população é explicada de uma maneira simples e de fácil compreensão:



- “Completar as reformas que vão permitir à economia brasileira uma efetiva situação de competitividade internacional o obter tecnologia que, ao manejá-lo, nosso povo consiga criar bem-estar, devemos, oferecer à Nação a certeza de que o congresso compreende a necessidade de o Brasil se incorporar à economia internacional por cima, em oposição de honra” (Disc.1 – AVN – L.71 a L.77).
- “Está tirando o pão da boca de milhões de brasileiros este artigo estúpido escrito na atual constituição brasileira” (Disc.3 – LCH – L.73 a L.74).
- “Agora que temos um presidente que dá o Norte e conduz com segurança o país, poderemos almejar melhor dias para o povo brasileiro” (Disc.4 – LCH – L.51 a L.52)
- “O Brasil precisa de empregos. Temos uma dívida social grande, e um dos modos de reduzi-la, de minorar o problema é gerar novos empregos [...] Ou oferecemos empregos a essa massa, ou a condenamos inapelavelmente à marginalidade, á dependentes de ação social do governo” (Disc. 5 – LN - L.11 a L.16).

Com isso, em resposta a questão dois de pesquisa, concluímos que a ideologia presente no discurso representa a classe dominante por meio da ideia de que o “progresso econômico” seria benéfico para todos os cidadãos, quando, na realidade, beneficiaria diretamente a classe dominante, mais especificamente a fração bancária financeira, em decorrência dos investimentos externos diretos.

É importante deixar claro aqui que, conforme explicado no capítulo 1, as classes e frações de classe que compõem o bloco no poder não são beneficiadas da mesma forma, de modo que muitas delas tendem, a curto prazo, a serem prejudicadas com a aprovação da PEC 05. Os grandes empresários nacionais eram favorecidos pelo protecionismo estatal previsto na emenda

constitucional e a abertura dos investimentos externos implicaria uma perda direta para eles, posto que, se eles não pudessem se aproveitar do capital estrangeiro para investir em suas empresas, teriam, no mínimo, uma consequente perda de autonomia, tanto nos casos de sociedade quanto de endividamento com empréstimos. Entretanto, no geral, o conjunto de medidas do governo<sup>79</sup> traria benefícios adjacentes para os empresários brasileiros, como a redução de direitos trabalhistas e do “custo Brasil”, por exemplo. Com isso, também poderiam aproveitar da nova configuração, incluindo os médios e pequenos empresários, os quais, igualmente, iriam ser beneficiados.

No caso da fração bancária financeira, diretamente representada no discurso dos deputados, é a principal favorecida, pois que, com a maior entrada de capital estrangeiro, aumenta a disponibilidade de recursos externos e a liquidez no mercado de capitais brasileiros. Dessa maneira, a defesa da ideologia neoliberal os privilegia, sem, com isso, deixar de lado as outras frações do bloco no poder.

### 3 – Fragmentação

Na construção da ideologia, a fragmentação funciona *pari passu* com a estratégia de unificação descrita acima, uma vez que, para seccionar um grupo de indivíduos e qualificá-los como inimigos – estratégia que Thompson (2011) denomina de “expurgo do outro” –, faz-se necessário homogeneizar a oposição. Assim, fica mais fácil vincular o grupo a ideias falsas, que não condizem com a realidade.

Essa estratégia é muito comum no discurso político em geral, fazendo-se presente em diferentes matizes e campos ideológicos. Como exemplo, temos desde o episódio em que o candidato a presidente Eduardo Gomes<sup>80</sup> é associado a uma aversão aos trabalhadores, por ter dito que não precisava do voto

---

<sup>79</sup> “O objetivo é abrir novas áreas de acumulação para o capital privado (previdência, educação, saúde, transporte etc.), reduzir os investimentos em política social – ‘muito custosa e ineficiente’ – e diminuir os impostos que incidem sobre as empresas – a palavra de ordem hoje é eliminar o denominado ‘custo Brasil’” (BOITO JR., 1996, p. 81).

<sup>80</sup> Um dos principais líderes e criadores do PTB, Hugo Borghi, ficou sabendo que o brigadeiro Eduardo Gomes havia dito, em um comício, que não precisava do voto da “malta” para se eleger como presidente da República. E um dos significados da palavra “malta”, conforme Borghi descobriu, era justamente “marmiteiro”. Daí, Borghi, astutamente, fez um discurso, em uma cadeia de rádio, que teve um grande impacto, dizendo que Eduardo Gomes não gostava dos marmiteiros, dos que trabalham e dos que lutam. Disponível em: <<https://blogln.ning.com/forum/topics/vargas-o-ptb-eduardo-gomes>>. Acesso em: 21 de maio de 2019

da “malta”, até a propaganda televisiva que ligou Marina Silva aos bancos<sup>81</sup> em razão de sua defesa, no seu plano de governo, da independência do Banco Central.

Nos discursos dos deputados, os mesmos vocativos utilizados para a legitimação de sua fala são empregados para expurgar todos os seus opositores, como se compusessem um único grupo homogêneo. Visto que os oradores usam adjetivos como atrasados, impatriótico, reacionário, equivocados e agindo de má-fé para qualificar os seus opositores, taxando-os, assim, de contrários ao bem-estar da população. Essa alcunha é de fácil assimilação, principalmente para a população em geral, que via os que reclamavam, faziam greve ou mesmo protestavam como baderneiros e como aqueles que lutavam somente pelos seus próprios benefícios (SINGER, 2012).

A fragmentação sugere a existência de um bem-comum e foi eficiente devido ao sentimento de que não havia alternativa para o Brasil nos anos 90. Assim, a ideia de chamar de atrasados aqueles que não queriam enxergar o mundo novo funcionou para isolar a oposição em um grupo que não queria aceitar o futuro. Era preciso entrar na nova era globalizada, fosse “por baixo ou por cima”, segundo os oradores (Disc.1 – AVN – L.41), quer dizer, entrar-se-ia nela de qualquer forma.

Até de xenofobia (L.28) um dos deputados acusa os opositores do governo, sendo que dar um tratamento diferenciado a empresas nacionais é uma estratégia de desenvolvimento comum tanto na Coreia do Sul quanto nos Estados Unidos, que são extremamente diferentes. O que está em jogo na fala dos deputados, que escaparia de um observador menos atento, é que o aparente atraso dos grupos rivais reside na sua outra forma de ver o mundo, visão que vai além das medidas liberalizantes.

### 3.2 PEC 06/1995

Nessa segunda etapa, os discursos escolhidos para análise foram proferidos pelos seguintes deputados federais: Lima Netto (PFL/RJ); José Aníbal

---

<sup>81</sup> Em mais um ataque frontal pesado contra Marina Silva (PSB), no horário eleitoral na TV, a presidente Dilma Rousseff (PT) acusa sua adversária direta de propor que os bancos assumam “um poder que é do presidente e do Congresso, eleitos pelo povo”. Disponível em: <[fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/09/09/marina-quer-dar-aos-bancos-o-poder-do-presidente-ataca-dilma-em-comercial/?cmpid=copiaecola](http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/09/09/marina-quer-dar-aos-bancos-o-poder-do-presidente-ataca-dilma-em-comercial/?cmpid=copiaecola)>. Acesso em: 21 de maio de 2019

(PSDB/SP); Francisco Dornelles (PPR/RJ); Inocêncio Oliveira (PFL/PE); e Michel Temer (PMDB/SP). Todos os congressistas defenderam a aprovação da PEC, sendo que um deles, o deputado Lima Netto, foi o seu relator. Os outros quatro eram líderes dos seus partidos e afirmavam seu voto diante de seus colegas de bancada.

Continuaremos seguindo a mesma linha metodológica e seus teóricos. Em relação aos discursos e aos excertos analisados, a indicação do discurso em questão e do orador será mantida com o número do discurso (ver Anexo B) e com as iniciais do congressista (Disc.1 – José Aníbal (JA); Disc.2 – Lima Netto (LN); Disc.3 – Francisco Dornelles (FD); Disc.4 e 5 – Inocêncio Oliveira (IO); e Disc.6 – Michel Temer (MT)), em relação ao ponto em que se encontram localizados no corpo do discurso, será indicado com a letra “L” seguida do número da linha (exemplo: L.13).

Passo 1 – Principais questões de pesquisa.

Nesse primeiro passo, os parâmetros são os mesmos de anteriormente, de forma que serão mais bem desenvolvidos nos próximos passos.

Passo 2 – Escolha do texto

Continuamos levando em consideração, para a escolha do deputado e do discurso, a relevância do parlamentar e a sua inclinação ideológica e do seu partido. Agora, como foi feito anteriormente, vamos descrever brevemente cada um dos deputados escolhidos com base em informações contidas no estudo do DIAP, “Cabeças do congresso”, de 1995:

O único deputado que foi utilizado nas duas etapas de análise foi o Lima Netto. Essa opção se deveu ao fato de ele ter sido o relator da proposta e de uma relevância ímpar, uma vez que esteve filiado ao empresariado e ao capital financeiro e fortemente ligado à contrarreforma proposta, de tal forma que alguns deputados falavam da “emenda Lima Netto”.

Seu colega de partido Inocêncio Oliveira era, à época, líder do PFL<sup>82</sup> na Câmara e, além de presidente da Câmara, foi também primeiro secretário e vice-presidente, assumindo o papel de presidente da república em algumas ocasiões. Tido como “articulador” destacado, foi um dos principais arquitetos das contrarreformas constitucionais do governo FHC. No período, estava em seu sexto mandato e era definido como de centro-direita, com um discurso direcionado para “temas nacionais” (DIAP, 1995, p. 11).

O deputado Francisco Dornelles, já mencionado neste trabalho, tentou, como ministro da Fazenda, conduzir o governo de José Sarney rumo ao neoliberalismo. Ele é descrito como um administrador experiente e um formador de opinião, foi líder do PPR na Câmara dos Deputados e se destacou pela sua ampla participação em comissões e também em negociações com seus pares, sendo sublinhado como “um dos mais ativos negociadores e formadores de opinião” (DIAP, 1995, p. 11), além de ter sido “um dos principais interlocutores dos empresários no poder legislativo” (DIAP, 1995, p. 11). Estava, na época, no seu terceiro mandato e foi qualificado como de centro-direita.

José Aníbal foi o líder do PSDB na Câmara dos Deputados e um “defensor entusiasta do Plano Real”. Podia ser considerado um neófito, com pouco tempo de atividade parlamentar, pois estava em seu segundo mandato – no primeiro, entrou como suplente no final de 1994 –, mesmo assim, conquistou simpatia da bancada, sendo uma das “estrelas [...] congresso” (DIAP, 1995, p. 12). Era de boa formação intelectual e teve passagem pelo PT e PMDB, indo, depois, para o PSDB com a criação da legenda.

Por último, temos Michel Temer, líder do maior partido da Câmara, na época, o PMDB.<sup>83</sup> É considerado um parlamentar preparado, tanto por seu doutorado em direito, “sendo um dos poucos juristas no congresso” (DIAP, 1995, p. 14), como por sua forma didática de expor seus pontos de vista, que o qualifica como formador de opinião. Tem experiência em cargos públicos, tendo sido secretário de segurança pública do governo Fleury, em São Paulo. Foi “um dos

---

<sup>82</sup> Atualmente o PFL – Partido da Frente Liberal - se denomina DEMOCRATAS (DEM). Essa alteração ocorreu no dia 28 de março de 2007.

<sup>83</sup> Atualmente o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro - se denomina MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Essa alteração ocorreu no dia 19 de dezembro de 2017.

principais operadores da reforma constitucional e um dos mais influentes integrantes da elite parlamentar” (DIAP, 1995, p. 14).<sup>84</sup> Seu exacto ideológico era de centro.

### Passo 3 – Transcrição

Todos os discursos utilizados nesse item estão no Anexo B.

### Passo 4 – Fazer uma leitura cética e interrogar o texto:

Nota-se claramente, com a leitura dos discursos, uma referência explícita ao anônimo do interlocutor, do qual trata Bakhtin (2011) em suas teorias sobre o dialogismo. Em todas as falas, é unânime a importância que davam à ideia de que não se tratava da privatização da empresa ou mesmo da perda de monopólio. Todos eram muito enfáticos em deixar isso claro para a oposição. Esse sentido para a terceira pessoa se faz notar quando os oradores os especificam diretamente:

- “A Petrobrás deve e vai continuar. A Petrobrás tem toda a competência para continuar sendo a empresa hegemônica na prospecção e exploração, no refino e distribuição de petróleo no Brasil” (Disc.1 – JÁ – L.4 a L.7);
- “A proposta do governo de flexibilização do monopólio do petróleo garante que o petróleo é e continuará sendo nosso. O monopólio continua com a união” (Disc.2 – LN – L.3 a L.5);
- “Não concordo com o ilustre Deputado Almino Affonso quando afirma que o monopólio está sendo quebrado” (Disc.3 – OL – L.20 a L.22);
- “Sr. presidente vamos desmistificar algumas grandes considerações que foram feitas segundo as quais haveria desnacionalização se votássemos esta emenda” (Disc.5 – IO – L.8 a L.11);

---

<sup>84</sup> Anos depois da pesquisa do DIAP, em 2010, Michel Temer se tornou vice-presidente na chapa que tinha Dilma Rousseff como candidata a presidente. Em 2016, após um polêmico e conturbado processo de impeachment, ele assumiu a presidência da república e seu mandato se estendeu até o final de 2018.

- “[...] tanta ênfase, se deu ao fenômeno de que estaríamos privatizando a empresa” (Disc.6 – MT – L.13 a L.14).

Há um fator importante a ser mencionado aqui, o qual explica essa grande preocupação dos deputados: os meses antecedentes à votação foram de grande conturbação social, causada pela **greve dos petroleiros**, aliás, mencionada em alguns dos discursos analisados.

A greve foi uma resposta às políticas neoliberais do primeiro mandato do presidente FHC, principalmente relacionadas as privatizações, redução de direitos, arrocho salarial e a outras reivindicações da categoria, tendo em vista os acordos pactuados em 1994 que foram descumpridos pelo novo governo. A greve teve início no dia 03 de maio de 1995. A princípio, foi um movimento unificado, composto por várias categorias como eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e servidores federais, mas que foi perdendo força, de modo que, ao final, restaram apenas os petroleiros, que tiveram que sustentar a greve sozinhos. No total, a paralisação durou 32 dias, terminando no dia 02 de julho. O governo se mostrou impassível respondendo até com ações militares, gerando opiniões inflamadas, vindas de ambos os lados. Como o tema das privatizações estava na pauta do dia do governo, a aprovação da PEC 06 foi vista como um pequeno passo rumo à privatização da maior empresa estatal brasileira.

Vale salientar essa informação, pois os discursos fazem referência à “forte emoção” (Disc.1 – JÁ – L.2) decorrente da greve. Sente-se, ainda, o seu efeito no comportamento do plenário, o qual, na ocasião, precisou, por vezes, da intervenção do presidente da seção. Lima Netto, por exemplo, teve seu discurso interrompido duas vezes (Disc.2).

#### Passo 6 – Análise dos dados<sup>85</sup>

Tal como na etapa anterior, vamos seguir pontuando como os deputados escolhidos se vinculam à emenda e definindo a sua respectiva função na aprovação da proposta.

---

<sup>85</sup> Igualmente o item anterior, não estamos considerando o passo 5: codificação.

Dos cinco deputados encolhidos, quatro eram líderes de partidos da base aliada. A exceção é o deputado Lima Netto, relator da PEC, que estava, como os outros congressistas, amplamente ligado à sua aprovação. A PEC 06 vem na esteira das alterações constitucionais de reforma do Estado, como a PEC 05, anteriormente analisada, e a PEC 03, que foi determinante para a privatização das telecomunicações.

A flexibilização do monopólio do petróleo estava diretamente associada à atração do investimento externo que beneficiaria o setor privado. Por isso, havia toda uma força-tarefa, gestada pelo Executivo, para a sua aprovação. O deputado Francisco Dornelles era tido como o representante do empresariado na Câmara, o deputado Lima Netto, como do mercado financeiro. Com base nos históricos de cada deputado, é possível afirmar que os dois estavam representando os interesses do Poder Executivo e as ideologias neoliberais.

Em relação às clivagens entre empresariado brasileiro e o mercado financeiro, fizemos referência a isso anteriormente e podemos aferir que, mesmo que o empresariado não fosse o beneficiário direto das reformas, já que os investimentos viriam de fora do país, eles poderiam se beneficiar da abertura da Petrobrás, no que se refere à possibilidade participarem do mercado de petróleo e gás.

Os outros três deputados, Inocêncio Oliveira, José Aníbal e Michel Temer, com uma longa carreira no setor, tinham uma relação mais direta com a máquina pública e partidária. Como líderes de bancada e sustentáculo do governo nas votações, tinham a missão de defender os interesses de seus partidos. Vemos que todos eles eram muito enfáticos em neutralizar os argumentos da oposição, que vinculava a PEC a uma ideia de perda de controle da Petrobrás e à privatização da empresa estatal.

Voltando, então, para as considerações de análise. Salta-nos aos olhos, primeiramente, em relação à hipótese preliminar, que os discursos debatidos são marcados por representações ideológicas neoliberais e tendem à promoção do novo modelo de Estado, como confirmam as frequentes referências à necessidade de capital estrangeiro e de investimentos externos. A abertura da Petrobrás estava intimamente ligada às doutrinas neoliberais e ao Consenso de Washington, pois entendia-se que ela precisava de parceiros, caso contrário, o país não poderia lucrar



com os seus recursos, “se deixarmos o nosso petróleo no fundo da terra não vamos aproveitá-lo” (Disc.2 – LN – L.40 a L.41).

Em muitas ocasiões, os oradores vinculavam ao executivo e ao seu partido uma espécie de liderança “nobre” que estava conduzindo o país ao desenvolvimento. Isso oculta, na ideia de Gramsci, a busca por um consenso pela coerção ideológica (PERRUSI, 2015). Além disso, os argumentos estão impregnados de vozes centrípetas, conforme definidas por Bakhtin (2002) – sem margem para contestação –, sempre enfatizando a necessidade do investimento. A seguir, podemos ver melhor essa entonação e a busca por liderança:

- “O que está em jogo é a necessidade de investimentos. O Brasil precisa de 4 a 7 bilhões de dólares por ano de investimentos no setor de petróleo” (Disc.2 – LN – L.14 a L.16);
- “O monopólio, à época, era de fundamental importância. Uma empresa recém-criada na área do petróleo não tinha condições de competir com as quatro irmãs que tomavam conta de setor tão estratégico e importante. [...] Quatro décadas depois a situação é outra” (Disc.3 – FD- L.10 a L.17);
- “Creio que devo iniciar fazendo um grande agradecimento à minha bancada, que mais uma vez, por unanimidade, levando em consideração o mais alto interesse do País, que precisa destas reformas” (Disc.4 – IO – L.1 a L.4);
- “O que queremos é que a União, aprovada emenda, fique como poder concedente, autorizativo e fiscalizador, para que, assim, tenhamos condições de, a curto prazo, assumir a autossuficiência de petróleo e combustíveis em nosso país” (Disc.5 – IO – L.11 a L.12).

Vemos, nos discursos apresentados, tal como ocorreu com a PEC 05, que a proposta em questão também era vendida como benéfica para toda a população. De maneira coercitiva, colocavam-na como um “remédio” que iria curar todos os males do país, isto é, gerar empregos e alçar o Brasil à condição de desenvolvido.

- “Faremos aqui a reforma do Estado brasileiro para que ele seja forte, capaz de produzir os serviços que interessam, sobretudo, à grande maioria da população brasileira” (Disc.1 – JA – L.18 a L.20).
- “Por que estamos propondo a quebra no monopólio operacional da Petrobras? O Brasil precisa de investimento” (Disc.2 – LN – L.6 a L.8).
- “O que está em jogo é a necessidade de investimentos. O Brasil precisa de 4 a 7 bilhões de dólares por ano em investimento no setor de petróleo” (Disc.2 – LN – L.14 a L.16).
- “Levando em consideração o mais alto interesse do país, que precisa dessas reformas” (Disc.4 – IO – L.3 a L.4).
- “Em benefício da própria União, para que assim possamos perseguir e atingir a auto-suficiência no setor” (Disc.5 – IO – L.7 a L.8).
- “[...] numa época de naves espaciais, não podemos ter uma visão pedestre do monopólio do petróleo” (Disc.6 – MT – L.48 a L.49).

No item anterior, utilizamos os três modos de operação da ideologia de Thompson (2014, p. 81). No caso dos discursos favoráveis à PEC, vemos os três modos em um único item, dado que os discursos não contavam com muitos exemplos de unificação e de fragmentação, uma vez que se apoiavam em uma abordagem mais técnica dos argumentos, com um foco maior no item que Thompson chama de “legitimação”.

Os discursos analisados nesta etapa diferenciam-se dos anteriores pela forma mais técnica que tratam da votação em si e pelo baixo uso das estratégias unificação e fragmentação. Nesse caso, deu-se uma ênfase maior em

argumentos que pudessem “quebrar” as críticas da oposição à possível privatização da empresa, quer dizer, os oradores não se limitaram a acusar os seus opositoristas de “reacionários” ou de a “cara do ontem”, como vimos nos discursos da PEC 05.

A linguagem continua sendo usada para criar um consenso político e definir um senso de direção. Porém, nesse caso, ela é muito mais técnica e fundamentada em números e em conhecimento específico, tanto de nível econômico como jurídico. Os discursos dos deputados Lima Netto (Disc.2) e de Michel Temer (Disc.6) são bons exemplos desse tipo de argumentação.

O debate da PEC 06 foi mais acalorado – vimos isso explicitamente nas referências dos deputados à “forte emoção” (Disc.1 – JÁ – L.3). Havia toda uma ideia de defesa da soberania do Brasil e, conseqüentemente, da Petrobras, uma empresa que, devido a sua história, foi e continua sendo um símbolo nacional.

Contudo, o mais forte componente emocional estava relacionado à greve dos petroleiros, que havia terminado há pouco tempo.

Podemos dizer que a emoção mencionada era justificável, uma vez que se tratava do setor de petróleo, altamente rentável. As doutrinas neoliberais e o Consenso de Washington avançavam a passos largos no primeiro ano do governo FHC, que promoveu uma enorme onda de privatizações. Havia sim justificativa para a preocupação dos opositores, pois imaginavam que a maior empresa brasileira, de um segmento extremamente estratégico, não ficaria intacta, dado os interesses internacionais e das grandes multinacionais do petróleo.

Por isso os deputados se empenharam em explicar que, na verdade, não se tratava de privatização, como o Michel Temer tão explicitamente colocou (Disc. 6 – L.14). Os argumentos que buscavam a criação de um consenso e de um senso de direção estavam todos relacionados à questão da manutenção da Petrobrás e do petróleo, com vistas à garantia da soberania nacional, e, tal como na PEC 05, da necessidade de atrair investimentos externos para gerar empregos e impulsionar o progresso do país.

Não vemos, nos argumentos, referências diretas à questão ideológica ou menções ao neoliberalismo e ao Consenso de Washington. A discussão envereda por outros caminhos, deixando de lado a forte tese usada pelos deputados na aprovação da PEC 05 de que não havia alternativa. Vemos, nesse

caso, alusões sutis a essa suposição, como indica a seguinte frase do deputado Michel Temer: “não podemos mais ter uma visão pedestre do monopólio do petróleo” (Disc.6 – L.49).

O que fica claro, nos discursos, é a ênfase dada à necessidade de flexibilizar o monopólio para a inclusão da iniciativa privada, o que é utilizado para legitimar a visão de mundo neoliberal de abertura para o investimento externo, como nos exemplos a seguir:

- “O projeto no qual estão as emendas da ordem econômica visa não apenas à criação de condições institucionais propícias ao investimento produtivo” (Disc.1 – JA – L.14 a L.16);
- “Precisamos destes investimentos por que importamos petróleo e derivados num volume anual da ordem de 3 bilhões de dólares por ano” (Disc.2 – LN – L.22 a L.25);
- “A quebra de seu monopólio será importante para que ela adquira mais eficiência e possa competir com outras empresas nacionais e estrangeiras que venham ao Brasil investir dinheiro, gerando renda e emprego” (Disc.3 – L.18 a L.20).

Percebe-se, ainda, em muitos pontos, que a ênfase dada à necessidade de quebra do monopólio estava ligada à primazia da maior eficiência do setor privado em relação ao setor público e à ideia de que o aumento da concorrência traria benefícios para o mercado como um todo.

Os enxertos em que fica patente o uso do modo de operação de legitimação de Thompson são aqueles em que os deputados justificam as suas escolhas ou pedem o voto de sua bancada, sustentando que faziam o melhor para o país, com vistas ao bem-estar geral da população. Como visto, defender a tomada de uma decisão que beneficia diretamente apenas uma fração de classe coincide com a da visão de Poulantzas sobre o bloco no poder, que, segundo ele, coloca o seu bem-estar como sendo o de toda a nação.

- “Faremos aqui a reforma do Estado brasileiro para que ele seja forte, capaz de produzir os serviços que interessam,

sobretudo, à grande maioria da população brasileira! (Disc.1 – JÁ – L.18 a L.20);

- “Com a certeza que estamos lutando pelo bem do Brasil” (Disc.4 – IO – L.29 a L.30);

É interessante perceber também que tal reforma muitas vezes é tratada como um passo a mais no caminho do desenvolvimento. Isso é sugerido por algumas falas que vangloriam as propostas do governo FHC.

- “Levando em consideração o mais alto interesse do país que precisa destas reformas” (Disc.4 – IO – L.3 a L.4);
- “Com a certeza que estamos lutando pelo bem do Brasil por uma sociedade livre e justa, equânime, por um país próspero e desenvolvido” (Disc. 4. – IO – L.30 a L.31).

Essas questões aparecem de forma clara nos discursos e contribuíram para a legitimação da ideia coercitiva de uma direção a ser seguida. Pode-se concluir que os discursos incitavam os parlamentares à aceitação da proposta, tudo em nome do pleno desenvolvimento da Petrobrás e da almejada autossuficiência em petróleo. Os argumentos giravam em torno da falta de capital da Petrobrás e da possibilidade de a empresa investir em outros setores com parcerias, levantavam, ainda, a probabilidade de não haver mais greves como aquela dos meses anteriores à votação da PEC.

Postas todas essas premissas, cremos ter respondido à questão de pesquisa sobre como as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar, pois a insistência na abertura da Petrobrás para o investimento externo coloca em evidência a faceta do neoliberalismo e do Consenso de Washington. O objetivo era impor o discurso da eficiência da iniciativa privada, ainda que todos salientassem, na época, a necessidade de a Petrobrás continuar sendo uma empresa estatal, mesmo que isso fosse contra as diretrizes neoliberais, sendo elencados os benefícios de tal escolha:

- “A Petrobrás tem toda a competência para continuar sendo a empresa hegemônica na prospecção e exploração, no

refino e distribuição de petróleo no Brasil” (Disc1. – JA – L.5 a L.7);

- “A Petrobrás tem demonstrado que é uma empresa forte, atuante, que compete em igualdade de condições com as maiores empresas do país” (Disc.5 – IO – L.17 a L.19);
- “Não estamos tratando da privatização da Petrobrás. Precisamos de uma empresa estatal” (Disc.3 – FD – L.26 a L.28).

Ainda que dissessem “essa época já passou”, todos concordavam que a Petrobrás não deveria manter o mesmo controle de monopólio. A abertura foi outra forma encontrada para transvestir a ideia da globalização, sendo usada como justificativa sempre a noção de que Petrobrás precisava de investimentos.

Aqui, não se vê o uso tão expressivo de vocativos de qualificação dos contrários como reacionários ou mesmo beneficiários da antiga ordem. Há algo parecido em apenas uma das falas do deputado Michel Temer, quando ele afirma que “não podemos mais ter uma visão pedestre do monopólio do petróleo”. O “pedestre”, nesse caso, denota uma “fragmentação”, no sentido de estereotipar os que se opunham ao monopólio. Outro caso do mesmo deputado que vale mencionar é quando ele faz uso do vocativo “safado”, mas em referência a oradores que, pejorativamente, assim definiam o governo. Por isso não vamos dar enfoque grande a esse modo de operação, diferentemente do que fizemos na análise da PEC 05.

No que se refere à tentativa de homogeneização da população brasileira, colocada como um grupo uniforme, sem estratificações, esta se faz presente. Nesse caso, ocorre da mesma forma que nos discursos anteriores, isto é, para justificar uma escolha feita em prol do Brasil. Aqui, vemos a mesma forma de atuação do Estado capitalista de acordo com a definição Poulantziana, quer dizer, como um unificador das classes em função da preservação de uma parcela da sociedade que seria mediadora da vontade geral da nação.

Nos discursos, vemos que essa unificação ocorre com a população. A população brasileira é unificada nas palavras “país” (Disc.3 – FD - L.32), “brasileira” (Disc.1 – JA – L.20) e “Brasil” (Disc.4 – IO – L.30), supondo uma

sociedade única, que não convive com qualquer estratificação de classe, região ou mesmo idade.

Outra generalização presente no discurso é a provocada pelo termo “povo”, que é bastante comum no meio político, sendo utilizado por deputados de diversos matizes ideológicos. A lógica de que a PEC beneficiaria toda a população é explicada de uma maneira simples e de fácil compreensão:

- “[...] esses investimentos possam gerar empregos e divisas para nosso povo” (Disc. 4 – IO - L.14);
- “[...] com a consciência voltada para o futuro deste país e a certeza da sabedoria do povo” (Disc. 4 – IO – L.22 a L.23).

Com isso, em resposta à questão dois de pesquisa, concluímos que a ideologia presente no discurso representa a classe dominante à medida que se alinha com as diretrizes de abertura da Petrobrás mediante a quebra de seu monopólio. Diretrizes essas do governo FHC, que objetivava fazer reformas constitucionais, de viés neoliberal, para garantir uma maior participação do privado no setor público.

Ao longo do trabalho, falamos que as classes e frações que compõe o bloco no poder não são beneficiadas da mesma forma. No caso da PEC 06, vemos que, por mais que a abertura fosse benéfica, primeiramente, para o capital estrangeiro e para as empresas multinacionais, os grandes empresários nacionais poderiam também se beneficiar dela se pudessem ter seus serviços contratados pela Petrobrás.

Essa PEC foi, no primeiro governo FHC, vista como um passo a mais na reforma do Estado e, conforme sabemos hoje, foi a primeira medida rumo a uma maior liberalização da Petrobrás, conforme diretrizes neoliberais. Em 1997, foi promulgada a Lei do Petróleo, que extinguiu efetivamente a Lei de 1953 e, com isso, o monopólio estatal sobre a sua extração e refino. Essa última foi mais ampla que a PEC 06, pois permitiu que outras empresas constituídas sob leis brasileiras e com sede no Brasil passassem a atuar em todos os estágios da cadeia do petróleo (NOVAES E CRUZ; SARMENTO; MOREIRA,2019). No governo FHC, iniciou-se a venda de ações da Petrobrás no mercado internacional e foi sugerida a mudança do

nome da empresa para Petrobrax. Tudo isso em prol da adaptação do país à globalização e da famigerada necessidade de atrair investimentos.

Vemos, ao final, que a classe ou fração hegemônica no bloco no poder, isto é, o setor bancário-financeiro, continua sendo a parcela mais favorecida com a adaptação do Brasil à globalização e ao ideário de livre mercado presente nos discursos aqui analisados, de modo que respondemos, assim, a questão número três de pesquisa. No entanto, tal liberalização, do ponto de vista ideológico, foi comprada pelo país como um remédio que, mais do que beneficiar diretamente uma fração de classe, iria “curar” os males da economia.

Isso é corroborado pelo artigo de opinião publicado pela *Folha de S. Paulo*, cujo autor foi um dos economistas mais influentes no governo FHC, André Lara Resende, o qual, apenas três dias após a aprovação da PEC 06, aprovada em primeiro turno, disse o seguinte: “reduzir ou acabar com as estatais, quebrar monopólios, incentivar a competição entre empresas e buscar aumento de produtividade. Não poderia haver uma descrição mais correta e sintética de como melhorar a economia”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez concluída a análise, podemos confirmar a hipótese que norteou esta pesquisa: toda a ideologia presente nos discursos escolhidos tem, em seus argumentos, o pensamento neoliberal e tenderam à defesa da manutenção da classe hegemônica, representada pela fração dominante no bloco no poder, qual seja, o grande capital bancário e financeiro, uma vez que os argumentos utilizados foram favoráveis à abertura financeira e os beneficiou diretamente.<sup>86</sup>

Com essa perspectiva, cremos ter confirmado também as outras questões de pesquisa detalhadas na metodologia. Isso significa que as ideias neoliberais<sup>87</sup> pregadas pelos discursos foram norteadoras de uma doutrina econômica e política. Por meio da aprovação das PECs, como os discursos apregoaram, caminhos foram abertos para uma maior liberalização da economia, dando suporte a uma nova configuração do bloco no poder, como confirmam as aprovações de outras PECs ainda no primeiro mandato de FHC. E mesmo com toda correlação de forças pendendo para o lado do governo, podemos dizer que houve sim resistência por parte do campo popular e da oposição as contrarreformas.

Ao chegarmos ao final desta dissertação, entendemos que a nossa principal contribuição consistiu em trazer a análise do discurso de base marxista para os estudos da ciência política sobre o parlamento brasileiro. Nessa nova abordagem, utilizamos o dialogismo de Bakhtin com foco nos aspectos ideológicos dos discursos e contamos também com o auxílio das teorias Poulantzas, Gramsci e de Thompson.

Ao longo dessas linhas, fizemos um breve caminho introdutório, que teve como objetivo aludir às bases ideológicas do neoliberalismo, desde as suas raízes, vindas diretamente dos pensadores neoclássicos, para, depois, ganhar corpo prático com os governos Thatcher e Reagan, até chegar na América Latina no formato de cartilha de instruções do Consenso de Washington. Esse percurso foi de suma importância, pois, ao analisarmos os discursos, notamos exatamente os

---

<sup>86</sup> Como mencionado no item 1.2.3, os bancos como um todo foram beneficiados pela política de juros altos que a abertura financeira provocou para atrair o capital externo.

<sup>87</sup> Importante ressaltar, como foi exemplificado na introdução e no item 1.3, que o neoliberalismo nunca foi implementado de forma total no país. Por isso a versão implantada no Brasil denominamos de neoliberalismo à brasileira.

argumentos dos neoclássicos relacionados à liberdade de mercado. Isso fica muito evidente na ênfase dos deputados ao livre fluxo de investimentos.

Depois vimos surgir uma nova configuração de Estado, em um processo de transição de modelo que, mesmo parecendo natural, não conseguiu fazer frente ao problema da inflação, na verdade, tratou-se de uma escolha política diante de uma reconfiguração de classes no bloco no poder e que teve, em seu corolário, as modificações constitucionais que salvaguardavam aquele modelo desenvolvimentista de Estado que não estava em linha com as diretrizes do bloco bancário-financeiro que havia recém adquirido o status de liderança hegemônica, consolidada durante o primeiro governo FHC. Como foi amplamente explicado, essa nova configuração de maneira nenhuma beneficiou só essa fração, mas a burguesia como um todo.

A nova fração hegemônica no bloco no poder queria sobrepujar o antigo modelo de "Estado empresário" e via como um empecilho os artigos da ordem econômica da Constituição Federal de 1988. Essas formas de regulação eram consideradas pelo Consenso de Washington/neoliberalismo como barreiras ao investimento estrangeiro, crucial para o desenvolvimento. Esse argumento estava presente quase que na totalidade dos discursos analisados. Foi, junto com a ideia de que não havia alternativa, um dos principais fundamentos para a aprovação das reformas que, por sua vez, consolidaram a nova orientação do Estado brasileiro.

Consideramos que seria importante tratar, e sem isso o trabalho não ficaria completo, da questão do investimento com maior profundidade. O tema era aludido quase que como uma "panaceia" para todos os males que afligiam o Brasil. Notamos que, nas falas, não existe menção alguma à qual tipo de investimento se estaria falando: seria no setor produtivo? Ou viria em busca do alto retorno dos investimentos financeiros? A questão da tecnologia também foi explicitada com frequência e tida como complementar a esse investimento. Essa transferência de tecnologia estava atrelada ao investimento de que forma? Pelas falas, poderíamos intuir que de forma direta.

Salientamos esse ponto porque os padrões de transferência de tecnologia e do investimento estrangeiro direto (IED) mudaram muito com o advento da globalização e das mudanças no modo de produção, sobretudo após a decadência do fordismo e a ascensão do toyotismo. Esse debate estava em pauta

nos anos 90 e François Chesnais, um dos mais importantes estudiosos dessa temática, discorreu sobre as mudanças nos padrões e seu impacto no Brasil no artigo seu "*Present international patterns of foreign direct investment: underlying causes and some policy implications for Brasil*" (2013).

Os argumentos dos deputados nos discursos estudados tinham um fundamento, afinal havia sim um aumento no fluxo geral de investimento externo em nível mundial, como fica explícito nos dados: em 1980, o estoque de IDE mundial correspondeu a aproximadamente a 6,6% do PIB global, quando, em 2007, chegou a 28,4% (UNCTAD, 2011 *apud* CASSIOLATO, 2013). O mesmo se nota em relação às Empresas Transnacionais (ETN), o número também aumenta gradativamente: em 1990, havia 37.000 ETN com 175.000 subsidiárias no exterior, no final de 2007, elas já eram 79.000 com 790.000 filiais estrangeiras (UNCTAD, 2008 *apud* CASSIOLATO, 2013).

Os números por si só corroborariam os argumentos dos deputados em relação à abertura comercial, ao fim da proteção constitucional das empresas nacionais e à flexibilização do petróleo em prol do aumento dos investimentos e da possível transferência de tecnologia, dado que há uma tendência de aumento tanto do investimento total como das transnacionais e de suas filiais.

No entanto, a partir de uma análise mais cuidadosa, como foi elaborada por Chesnais (2003), vemos que, mesmo com um aumento nos fluxos de investimentos, eles estavam mais concentrados nos países desenvolvidos, como Estados Unidos, no Japão e no bloco europeu. No caso das transferências de tecnologia, a relação entre matriz e filiais internacionais também havia mudado muito nesse quesito.

Uma nova configuração global foi ignorada nas falas: "as novas articulações entre capital financeiro e capital produtivo têm afetado mais ainda a dinâmica organizacional das grandes ETN, o que sem dúvida traz impactos significativas às suas estratégias" (CASSIOLATO, 2013, p. 366). A globalização, *pari passu* com as novas formas de produção do toyotismo, fez com que as grandes empresas tivessem um foco maior em pesquisa e em desenvolvimento, alterando tanto o fluxo de investimento externos, que passou a estar concentrado em países que já eram produtores de tecnologia (CHESNAIS, 2013), quanto ao

compartilhamento de resultados de pesquisa e desenvolvimento entre matrizes e filiais.

Com a necessidade cada vez maior de investimentos nessa área e a importância que tem as tecnologias no processo produtivo toyotista, não era do interesse das grandes transnacionais compartilhar tecnologia, conforme faziam, na década de 60, com as réplicas das plantas produtivas (CHESNAIS, 2013). Ao contrário do que se poderia intuir, a irradiação do avanço tecnológico é inversa ao que supunham os argumentos usuais, pois as transnacionais estavam em condições de absorver as diferentes matrizes de conhecimento disponíveis nos diferentes sistemas nacionais de inovação, e não ao contrário (CASSIOLATO *et al*, 2014).

Vemos que um dos pilares do desenvolvimento brasileiro, do ponto de vista dos deputados, era a adaptação do país às diretrizes do livre mercado, ancorada na atração de capital estrangeiro para a criação de emprego e renovação industrial. Os argumentos, contudo, não levaram em consideração essas mudanças de paradigma.

Enquanto Chesnais (2013) antecipava essa forma de organização do capital em escala mundial, vemos os discursos dos deputados aqui estudados, que tanto salientavam a importância do país se adaptar a esta nova era, ignorando o detalhe de avaliar que tipo de investimento aportaria no país, se realmente criariam empregos e estabeleceriam uma relação de transferência de tecnologia ou se estariam buscando somente a rentabilidade concedida pelos altos juros. No fundo, isso tudo nos mostra que os deputados, como representantes da fração hegemônica, aprovaram as PECs explicitamente para satisfazer os interesses dessa fração, mesmo que transvertidos em benefício geral da nação.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 3-55, 1988.
- AGGIO, Alberto. Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 55-64, 1996.
- AJAJ, Cláudia. **Monopólio do petróleo e a emenda constitucional n. 9 de 1995**. 2007. Dissertação (mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, A. **Informação, delegação e processo legislativo**: a política das medidas provisórias. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão 1933).
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-28.
- ANDRADE, Dario Alberto Filho. A constituição inacabada: a ânsia permanente pela reforma da carta de 1988. *In*: DANTAS, Bruno *et al.* **Constituição de 1988**: o Brasil 20 anos depois: os alicerces da redemocratização. Brasília, DF: Senado Federal: Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. v. 1. p. 43-65.
- ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-14, ago./dez., 2007.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto na Linguística, na filologia e em outras ciências Humanas. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 307-335.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec Annablume, 2002.
- BASTIEN, Eduardo F. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.139-166, jan./mar. 2013.
- BATISTA JR. Paulo Nogueira. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 28, p. 107-127, 1996.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, Caderno Dívida Externa**, n. 6, 2. ed., nov. 1994.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed, São Paulo: Cortez, 2011.
- BENJAMIN, César *et. al.* **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento**. Uma leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005.

BEZERRA, Gabriela Maria Lima. **A Oposição nos Governos FHC e Lula**: um balanço da atuação parlamentar na Câmara dos Deputados. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

BIHR, Alain. Maio-junho de 1968 na França, o epicentro de uma crise de hegemonia (parte I). **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 19-54, jul./dez. 2007.

BLITH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica marxista**, São Paulo, v. 1, n.3, p. 80-105. 1996.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Ideias**, Curitiba, ano 9, v. 1, p. 13-48, 2002.

BOLONHA, Carlos; RANGEL, Henrique; CORRÊA, Flávio. Hiperpresidencialismo na América Latina. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, v. 60, n. 2, p. 115-140, maio/ago. 2015.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Manual de Redação**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. PRESIDÊNCIA. Fernando Henrique Cardoso. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: Presidência da República - Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-23, abril 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Pactos Políticos**: do populismo à redemocratização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reformas econômicas em tempo anormais. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 114-121, 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reindustrialização como projeto nacional. **Le Monde Diplomatic Brasil**, edição 99, s/p, 1 out. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO Yoshiaki. Hiperinflação e estabilidade no Brasil: o primeiro plano Collor. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 89-114, out./dez. 1991.

CAMPOS, Roberto. **Além do cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

CAMPOS, Roberto. Rescrevendo a história. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21039902.htm>. Acesso em: 9 maio 2019.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas. **BIB**, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1º semestre de 2006.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoliberalismo e o consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. *In*: MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo (org.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 15-35.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. Estado capitalista e marxismo. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 21, p. 5-31, jul./set. 1977.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O Plano Collor no debate econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 112-151, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASSIOLATO, J. E. Empresas transnacionais e o desenvolvimento tecnológico brasileiro: uma introdução ao artigo “present international patterns of foreign direct investment: underlying causes and some policy implications for Brasil”. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 365-375, set./dez. 2013.

CASSIOLATO, J. E.; ZUCOLOTO, G.; TAVARES, J. M. H. Empresas transnacionais e desenvolvimento tecnológico brasileiro: uma análise a partir das contribuições de François Chesnais. *In*: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. M.; LASTRES, H. M. M. (ed.) **Desenvolvimento e mundialização: O Brasil e o pensamento de François Chesnais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2014. p. 365-375

CASTREE, Noel. **A Dictionary of Human Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHASIN J. Conquistar a democracia pela base. **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, nº 6, 1979.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia, políticas do dissenso e hegemonia global**. Brasília: Vozes, 1999. p. 27-51.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: XAMA, 1996.

CHESNAIS, François. Present international patterns of foreign direct investment: underlying causes and some policy implications for Brazil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 376-422, dez. 2013.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1985.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-108, nov. 2005.

COUTINHO, Carlos. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CROUCH, Colin. **The strange non death of neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Os “cabeças” do Congresso Nacional. **Boletim do DIAP**, n. 8, ago. 1995.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 10, 1986, Campos do Jordão. **Anais [...]**. Campo do Jordão: ANPOCS, 1986.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 13-22, out./dez. 2001.

DRAIBE, Sonia. As Políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A Crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 18, p. 11-36, 2004.

ENGLAND, Kim; WARD, Kevin. Theorizing neoliberalization. *In*: SPRINGER; BIRCH; MACLEAVY (org.). **The handbook of neoliberalism**. New York: Routledge, 2016. p. 50-60.

ESPOSITO, Maurício; SANTOS, Chico. Rio sai em defesa de FHC contra Fiesp. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi18129802.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

FAUCHER, Philippe. Restaurando a Governabilidade: O Brasil (afinal) se acertou? **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 05-50, 1998.



- FILGUEIRAS, L. **História do plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes. 1997.
- FIORI, José Luís. Poder e credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 25, p. 185-196, abr. 1992.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo : Contexto, 2018.
- FIORIN, José Luiz. Língua, discurso e política. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009.
- FISHLOW, Albert. Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira após 1964. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, p. 06-65, jan./mar., 1974.
- FOLHA DE SÃO PAULO. "Eu não sou neoliberal", diz presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jun. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc03069821.htm>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- FOLHA DE SÃO PAULO. "Collor se elegeu com promessa de eliminar "marajás". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2208200315.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 28-46, jan./mar. 2007.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. PT e as eleições presidenciais de 1989. **Perseu – história, memória e política**, São Paulo, ano 6, n. 8, p. 123-254, 2012.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 30-45, 2001.
- GILL, Rosalind. Análise de discurso. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 244-270.
- GORENDER, Jacob. Hegemonia Burguesa - Reforçada pela Prova Eleitoral de 94. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 9-27, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

GRAU, Eros Roberto. Breve nota histórica sobre o artigo 171 da Constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 45, n. 179, p. 241-244, jul./set. 2008.

GUIMARÃES, Juarez. A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 136-144, out./dec. 2001.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.

IANONI, Marcus. Para uma abordagem ampliada das coalizões. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 131-201, jan./abr. 2017.

IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova**, São Paulo, n. 78, p. 143-183, 2009.

KÖHLER, Etiane. A Ordem Econômica na Constituição de 1988: contornos e desdobramentos. **Revista Direito em Debate**, Ijuí, v. 12, n. 18-19, p. 59-81, 2003.

LOPES, Felix; BORGES, Jaqueline; SILVA, Noelle. **Quem decide? Formação da agenda e formulação de políticas no executivo federal**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para discussão 2400).

LOPREATO, Francisco Luiz C. Milton Friedman e a efetividade da Política Fiscal. **Texto para discussão**, IE/Unicamp, Campinas, n. 209, p. 1-16, ago. 2012.

MACHADO, Eliel. Mal estar da democracia no Brasil e na Argentina nos 90: Lutas sociais e crise de legitimidade das instituições democráticas. **Mediações**, Londrina, v. 6, n. 1. p. 115-135, jan./jun. 2001.

MACIEL, David. O governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiania, ano 13, n. 11, p. 98-108, 2011.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas**. Apresentação de Isaac Kramnick. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MALAGUTI, Manoel Luiz. Smith e Hayek, irmanado na defesa das regras do jogo. *In*: MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo (org.). **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998. p. 59-76.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “escola sem partido”. *In*: Ação Educativa Assessoria, pesquisa e informação (org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação educativa, 2016. p. 15-22.

MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os Economistas**. Relatório de pesquisas n. 3, EAESP/FGV/NPP - NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES, 1997.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A ideologia do “presidencialismo de coalizão”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, p. 60-69, 2010.

MATOS, Sidney Tanaka de Souza. **Plataforma política neoliberal e discurso presidencial – 1995-1999**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

MENDONÇA, Jacy de Souza. Collor tinha razão; o carro brasileiro era uma carroça. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/veiculos/cv2908201002.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MORAES, Filomeno. Executivo e legislativo no Brasil pós-constituente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 45-52, out./dez. 2001.

MORAES, Reginaldo. **Estado desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: editora SENAC, 2001.

MOURA, Gerson. **A campanha do petróleo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOBRE, Marcos; FREIRE, Vinícius Torres. Política difícil, estabilização imperfeita: os anos FHC. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 51, p. 123-147, 1998.

NOGUEIRA, Paulo. A maior vitória dos que se batem contra o golpe. Diário do centro do mundo, 2016. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-maior-vitoria-dos-que-se-batem-contra-o-golpe-por-paulo-noqueira/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

NOGUEIRA, Vanessa Fabiula Pancioni. **A influência do neoliberalismo na constituição federal de 1988, com enfoque nas emendas ao capítulo da “ordem econômica”**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2010.

NOVAES E CRUZ, Adelina; SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa; MOREIRA, Regina Luz. A Petrobras e a auto-suficiência na produção de petróleo. **CPDOC-FGV**. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PetrobrasAutoSuficiencia>.

Acesso em: 15 maio 2019.

NUERNBERG, Adriano Henrique; ZANELLA, Andréa Vieira. A relação natureza e cultura: O debate antropológico e as contribuições de Vygotski. **Revista Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 81-89, 2003.

NUNES, Wellington. Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 59, p. 67-89. 2016.

O'NEIL, Phillip; WELLER, Sally. Neoliberalism in question. *In*: SPRINGER; BIRCH; MACLEAVY (org.). **The handbook of neoliberalism**. New York: Routledge, 2016. p. 84-92.

OLIVEIRA, F. A. **Recessão e inflação**: o (des) ajuste neoliberal. São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Fundação Economia de Campinas, 1992.

OLIVEIRA, Fabricio Augusto, de. O Plano Cruzado: balanço e perspectivas. **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 13-19, mar. 1987.

OLIVEIRA, Francisco. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. *In*: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 265-291.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia, políticas do dissenso e hegemonia global**. Brasília: Vozes, 1999. p. 55-81.

PAIVA, Cláudia Gomes. **Uma viagem pelo discurso parlamentar**: gênero discursivo por desvendar. 2006. Dissertação (mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, 2006. p. 35-42.

PAULANI, Leda. A hegemonia neoliberal. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo *et al.* **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**: palestras. Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Caixa Econômica Federal, 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 359-381, 2013.

PERRUSI, Arthur. Sobre a noção de ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 21, p. 415-442, 2015.

PONT, Juarez Varallo. Nem neoliberalismo, nem desenvolvimentismo: o corporativismo de estado no Brasil de 1990 a 2014. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 11-51, jul./dez. 2016.

POCHMANN, Marcio. Reconfiguração do sistema mundo e o espaço do Brasil. **Nueva Sociedad**, especial em português, set. 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reconfiguracao-do-sistema-mundo-e-o-espaco-do-brasil/>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

PORTUGAL, Marcelo Savino. Combate à inflação; propostas e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p.161, 1993.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

PRADO, Eutério F.S. O caráter monológico da racionalidade Neoclássica. **Revista USP Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 7-34, 1996.

SAAD, Alfredo Filho; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAES, Décio. **República do capital: Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SALLUM JR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e desenvolvimento. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SALLUM JR., Brasília. Metamorfoses do estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2003.

SALLUM JR., Brasília; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 60, p.115-135, 2016.

SALLUM JR., Brasília; KUGELMAS, E. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 145-159, 1991.

SALLUM JR., Brasília; MARTINS, Carlos Estevam; GRAEFF, Eduardo. Nova República, de Tancredo Neves a Sarney. **Análise Conjuntural (Especial)**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 2-13, fev. 1986.

SANTOS, B. de S. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 54, p. 197-215, jun. 1999.

SANTOS, JOÃO AGOSTINHO A. Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia. **Temas de ciências humanas**, São Paulo, v. 8, 1980, p. 39-64.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. Roberto De Oliveira Campos, homem de ação do governo Castelo Branco. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 112-121, abr./jun. 2000.

SANTOS, Warderley Guilherme. Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 7, n. 17, p. 101-116, jan./abr. 1993.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Heloisa. O lado obscuro do 'milagre econômico' da ditadura: o boom da desigualdade. **El País**, 28 nov. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812\\_344807.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html). Acesso em: 7 ago. 2018.

SCHNEIDER, Ben Ross. **O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. (Texto para discussão 1871).

SILVA, D. P.; RODRIGUEZ, V. O Estado em Poulantzas: Uma análise da constituição da hegemonia na sociedade de classes. *In: Colóquio Internacional Marx Engels*, 8, 2015, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Cemarx, 2015.

SIMIONATTO, Simone. COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2014.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Paulo Célio; PIRES, Marcos Pereira. Procópio Lima Netto e a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). *In: Simpósio de Pesquisa e de Práticas Pedagógicas do UGB*, 6, 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UGB/FERP, 2018.

SOLA, L. Estado, reformas estruturais e democratização no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 17, p. 156-175, 1993.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. *In: TAVARES, M. C; FIORI, J. L. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 27-54.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 909-941, dez. 2012.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World Investment Report 2011: new equity modes of international production and development**. Geneva: United Nations, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World Investment report, ETNs and the challenge of infrastructure**. Geneva: United Nations, 2008.

VILLARINO, Leandro Vizin. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 372-388, abr./jun. 2016.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v.2 5, n. 66, p. 505-518, 2012.

WILLIAMSON, John (org.). **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington: Insititute of International Economics, 1990.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZACCHI, V. Linguagem e subjetividade em Gramsci e Bakhtin. **Gragoatá**, Niterói, v. 11, n. 20, p. 83-102, 2006.

## **ANEXOS**



## ANEXO A

09/05/1995 – Discurso 1 – Deputado Arthur Virgílio

1. O Sr. Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Srs. e Sras.
2. deputados, teríamos razões práticas para encaminhar a favor da emenda
3. que equipara, na prática, o valor da empresa nacional àquele da empresa
4. estrangeira. Poderíamos argumentar que é inócua a emenda, é inócua a
5. situação atual porque, a rigor, basta um estrangeiro residir no Brasil para
6. estar habilitado a construir uma empresa nacional. Teríamos argumentos
7. de ordem técnica. Afinal de contas, não há em nenhuma das principais
8. democracias latino-americanas ou europeias nenhum texto constitucional
9. que consagre, que registre, que marque, que pise ou repise a
10. constitucionalização do tema em questão. Teríamos razões econômicas e
11. essas são fundamentais – para um governo que tem a pragmática
12. vontade política de tirar o País do atraso e catapultá-lo para uma era de
13. efetivos investimentos estrangeiros nacionais, de efetiva reforma do
14. estado reacionário, atrasado, privatizado e corporativo que aí está, que
15. só serve a interesses de meia dúzia de empresas que se locupletam às
16. custas de um povo que lida, com prostituição aos dez anos de idade,
17. como ocorre na minha cidade, com meninos de rua, com desemprego
18. crônico.
19. As razões pragmáticas até me atraem mais.
20. Não tenho, Senhor Presidente, com todo o passado de luta nacionalista
21. que marcou a minha vida de estudante, qualquer pejo, qualquer desdouro
22. em vir aqui, de maneira altaneira e clara, para dizer que é profundamente
23. atrasado, profundamente reacionário, profundamente para trás,
24. profundamente a cara do ontem, neste mundão de mutações profundas,
25. de interligação entre os capitais, quando milhões de dólares percorrem o
26. mundo em poucos segundos graças às telecomunicações modernas e à
27. situação política de globalização da econômica, imaginarmos hoje que se
28. deva, por xenofobia, separar o conceito de empresa nacional em relação
29. àquela empresa estrangeira. O que vimos em algum período foi a
30. cartolização do empresariado brasileiro, que produzia produtos caros
31. para consumidores que não podiam exigir muito, até porque o esquema e
32. o sistema apontavam no caminho da substituição de importações. Isso foi
33. válido, em determinada quadra histórica.
34. Houve uma época de imperialismo, uma época dos muros em que se
35. tinha uma clara divisão entre quem queria dominar o Ocidente e quem
36. não aceitava a dominação do Ocidente. Hoje não, hoje, o mundo se
37. interliga. O Mundo mudou. Tenho repetido muito isso em
38. pronunciamentos nesta Casa.
39. O mundo mudou e não nos pediu licença para mudar. Srs. deputados. O
40. Mundo mudou, avisa-nos que mudou e no dá oportunidades de mudar
41. junto com ele, por cima ou por baixo, de chegar em posição nobre a essa
42. economia globalizada ou de chegar por baixo subalternamente. Nós que,
43. durante muito tempo, mantivemos a ideia do País-autarquia e vimos que
44. alguns setores ainda mantêm essa ideia – temos de entender que o
45. mundo atual só dá garantia de prosperidade a quem tem investimento
46. para gerar emprego, a quem sabe explorar os recursos do solo e do

47. subsolo. O que me importa é que os recursos do subsolo saiam debaixo  
48. da terra, gerando empregos, evidentemente que com todo o cuidado  
49. ecológico, pois disso não abro mão. Não me importa se o capital é  
50. nacional ou estrangeiro. O que quero, Sr. Presidente, é um Estado forte,  
51. e não um Estado flácido O Estado antes de 1964, era bom, era capaz de  
52. resolver muitos problemas Brasileiros e correspondia a uma ideia  
53. progressista de Nação. O Estado que aí se encontra, hiperbolizado pela  
54. ditadura militar que tive a honra de combater nas situações mais difíceis e  
55. durante todo o período em que ela vigeu é relapso, é flácido, é  
56. reacionário, como é reacionário quem o defende. Ele tem de ser mudado  
57. profundamente. E um dos pilares desta mudança é entendermos que o  
58. capital venha de onde vier, se o Estado for forte, se tiver capacidade de  
59. agir com firmeza, se for capaz, até pela sua legislação infraconstitucional,  
60. de impor os limites que quiser ao capital nacional ou estrangeiro,  
61. teremos, certamente, um País com maior capacidade de gerar segurança  
62. e de gerar bem-estar, de gerar felicidade para o povo. Por isso, sem  
63. dúvida alguma, sequer deveria estar havendo essa discussão.  
64. Compreendo que ela corresponde a um arroubo. Se eu tivesse sido  
65. constituinte em 1988, teria certamente, cometido o arroubo de ajudar a  
66. colocar no teto constitucional a separação entre empresas nacional e  
67. estrangeira. Um arroubo que corresponde a um desabafo de tanta gente  
68. que lutou com muita bravura contra uma ditadura que desaguava o seu  
69. fina legal na Carta Marga de 1988, mas hoje não cabe, hoje não tem a  
70. ver com o mundo que está aí.  
71. Senhor Presidente, se queremos de fato, completar as reformas que vão  
72. permitir á economia brasileira uma efetiva situação de competitividade  
73. internacional o obter tecnologia que, ao manejá-lo, nosso povo consiga  
74. criar bem-estar, devemos oferecer à Nação a cisão de que o congresso  
75. compreende a necessidade de o Brasil se incorporar à economia  
76. internacional por cima, em oposição de honra, sem preconceitos  
77. ideológicos e com a coragem de afirmar o seu verdadeiro destino.

09/05/1995 – Discurso 2 – Deputado Arthur Virgílio

1 O Sr. Arthur Virgílio Neto (PSDB – AM) – De início, V. S' disse que é um  
2 ser humano emotivo. Então, já preparo V. S' para não se emocionar com  
3 uma revelação que lhe faço: minha ignorância em economia é  
4 comovente. Temo que ela provoque em V. S' emoções fortes. V. S' falou  
5 no tal neoliberalismo. Faço, então, uma pergunta muito singela: V. S'  
6 poderia, de maneira precisa, definir para este Plenário o que é  
7 neoliberalismo e dar seis autores, três nacionais e três internacionais,  
8 com as respectivas obras que conformariam a espinha dorsal nessa  
9 teoria? Se fizer isso, ficarei eternamente grato a V. S', porque terei  
10 eliminado um ponto muito obscuro na minha monumental falta de  
conhecimento sobre economia.

08/05/1995 – Discurso 3 – Luiz Carlos Hauly

1. Sr. Presidente, Srs e Srs parlamentares, Srs convidados, o que temos a dizer neste
2. momento é que o modelo econômico social e político deste país não deu certo,
3. lamentavelmente. Apesar de sermos a décima econômica do mundo, o Brasil acumula
4. Índices sociais negativos: 32 milhões de miseráveis, 40 milhões de pobres, mais de 60
5. Crianças mortas a cada mil. Os indicadores sociais são péssimos, e a nossa infra-
6. Estrutura viária não tem nem conceituação de tão deplorável e ruim que é. O Brasil,
7. Infelizmente, tem esse modelo econômico, social e político inserido no texto
8. Constitucional. Esta é a questão básica que temos que discutir: não deu certo.
9. A oposição ao governo, a esquerda nesta casa, a direita, o centro, todos os segmentos
10. Políticos apontam categórica e insistentemente as mazelas do nosso país. Temos um
11. Novo governo democrático, legitimado pelas urnas, eleito em 3 de outubro do ano
12. Passado, que tomou posse em 1 de janeiro. Eu acredito neste governo, na sua
13. Idoneidade na sua honestidade e na sua integridade, no Presidente Fernando Henrique
14. Cardoso e em toda a sua equipe governamental. Quero colaborar com este governo,
15. Apontando os erros quando tiver que fazê-lo , mas dizer alto e bom som nesta casa que,
16. Na minha modesta interpretação, venham de onde vierem, os capitais que quiserem
17. Investir em plantas industriais, em serviços dentro do nosso país serão bem vindos
18. Lamentavelmente, há brasileiros que não querem gerar empregos aqui. É um equívoco
19. Alguns são equivocados, outros são de má fé. Por quê? Alguns setores econômicos
20. Desejam os seus cartórios para vender com preferências, num mercado cativo, o preço
21. Que bem lhes convier, e não desejam sequer as importações , muito menos o capital
22. Estrangeiro. Podem vir de vênus, de marte, da lua, das galáxias. Venham de onde
23. Vierem, mas invistam aqui na nossa terra, no nosso Brasil, gerando riqueza, emprego,
24. Impostos, para que possamos resgatar a miséria que impera neste país, dar educação
25. Ao nosso povo. O estado brasileiro não deu certo. É um estado empresário, caduco,
26. Viciado, que não manda em nenhuma das suas empresas estatais; o corpo funcional é
27. Que manda em cada empresa estatal. Elas não tem dono; são as corporações que
28. Mandam nas empresas. Este é o retrato que temos hoje do Brasil. São quarenta anos de
29. Petrobrás, e não conseguimos auto suficiência do petróleo. Por que tanta injustiça

- com o
30. Nosso país se temos 6% das bacias sedimentárias do mundo? Poderíamos ser auto
  31. Suficiente e ter ainda condições de exportar petróleo industrializado, refinado na nossa
  32. Pátria, gerando não 55 mil empregos que têm a Petrobrás, mas 150, 200 mil empregos,
  33. Pagando até salários maiores do que os 3 mil e 200 dólares que recebe cada funcionário
  34. Em média, de acordo com o seu relatório.
  35. Ora senhoras e senhores, o nosso país tem jeito. Eu acredito neste governo; acredito na
  36. Sua iniciativa. Com suas propostas de emendas mandadas ao congresso nacional, ele dá
  37. Um passo decidido para as mudanças que precisamos fazer. Precisamos consertar
  38. Tantas coisas.
  39. Temos um patrimônio ativo de 200 bilhões de dólares que são as nossas empresas. Mas
  40. Devemos 160 bilhões de dólares. Pagamos de 17 a 20 bilhões de dólares, por ano, de
  41. juros, e não temos dinheiro para aplicar na saúde, na educação, na segurança e na
  42. justiça do nosso povo. Nacionalista e nacional é defender o nosso povo e não ficar
  43. Defendendo empresa A, B ou C. A empresa estrangeira ou nacional tem que ter o
  44. Mesmo tratamento, sob os rigores da lei. Se é sonegador, tem que ser punido de
  45. Acordo com a legislação vigente. Se está fazendo dumping, trustes e carteis, tem que
  46. Ser punido com o rigor da lei. Aliás, esta é uma matéria em que estamos apenas
  47. Engatinhando no Brasil: a legislação contra o oligopólio, os carteis, os trustes e o
  48. Dumping.
  49. Precisamos de um estado forte, que controle a econômica e defenda seu povo contra
  50. Crimes cometidos contra a economia popular e a ordem econômica. Temos que
  51. Defender o nosso País. Não há distinção de origem do capital, do detentor do capital na
  52. Empresa no Brasil, se é o Rockefeller ou o Ermírio de Moraes. Para mim tanto faz. Ele que
  53. Implante a sua empresa e o seu negócio aqui: que tenha os empregados registrados de
  54. Acordo com a legislação trabalhista, que pague os seus impostos e movimente as suas
  55. Riquezas. Que venham prosperar! Temos 32 milhões de brasileiros, de miseráveis,
  56. Desejosos e ansiosos por emprego.
  57. Lembrem-se quando discutimos essa questão nesta casa na legislatura passada e
  58. Encerramos o grande equívoco desses últimos 25 anos no Brasil que foi a reserva de

59. Informática, de malfadada hora. Incentivamos uma indústria de informática e estava-
60. Mos nos consumidores brasileiros, comprando computadores brasileiros quatro vezes
61. Mais caro e infinitas vezes mais precário, em vez dos computadores importados e
62. Fabricados em outros países, por que tínhamos a malfadada reserva de informática, que
63. Não permitiu que o nosso país se inserisse na tecnologia mais moderna da área de
64. Informática. Ainda dissemos desta tribuna que deveríamos aqui erigir uma estatua aos
65. Grandes heróis da tecnologia brasileira, aos contrabandistas, sem o que não teríamos
66. Informática no Brasil.
67. A minha posição é muito clara. Sempre defendi com muita clareza, com muita
68. Tranquilidade, e continuarei defendendo o interesse nacional do povo Brasileiro, dos
69. 150 milhões de brasileiros que compõem a nação. Precisamos do capital estrangeiro.
70. Precisamos flexibilizar os monopólios. Está aqui a questão da reserva mineral. Por quê?
71. O que adiantou essa excrescência? Alias o projeto do governo é muito modesto, em
72. Meu ponto de vista. Para mim caberia a supressão total do artigo 171, por iniquo, por
73. Injusto ao cidadão Brasileiro. Está tirando o pão da boca de milhões de brasileiros este a
74. Artigo estúpido escrito, na atual constituição Brasileira.
75. Gostaria que o nosso país passasse por todas as transformações, para inserir-se numa
76. Nova era. Não me preocupam estas discussões ideológica, não. A ideologia, as suas
77. E as suas consequências formaram um Estado híbrido, onde metade da produção é
78. Estatal. Produzimos uma economia de mercado que é uma grande fraude, onde para
79. Cada real arrecadado, um é sonegado. Temos 50% de carga tributária e só arrecadamos
80. A metade. Temos um sistema previdenciário que está prestes a explodir, com 15
81. Milhões de beneficiários ganhando ridículos 85 reais, hoje por mês.
82. Estamos envolvidos em discussões ideológicas estúpidas, que não nos permitem olhar
83. para dentro do nosso país, para a miséria e toda as suas consequências. Vamos
84. Concertar o Estado Brasileiro, fortalecê-lo, fazer o Estado clássico, voltado para a
85. educação, a saúde, a justiça e a segurança. Vamos investir no nosso povo do
86. nascer ao
87. morrer, em nossos brasileiros, e fazer um estado forte, para que ele possa controlar os
88. oligopólios, os carteis, os trustes e os dumpings. Ouço com prazer, o nobre deputado.

## Discurso 4 – Luiz Carlos Hauly

1. O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP –Sem revisão do orador.)Sr. Presidente, Sras. e Srs.
2. Deputados, ouvindo os discursos das últimas semanas, chego à mesma conclusão de há
3. um ano, quando aqui eram proferidos discursos contra o Plano Real e contra o Fundo
4. Social de Emergência, cansei de alertar colegas que iam se dar mal. Todos aqueles que
5. absoluta. Eu então retrucava: "Não é verdade: o plano é a favor dos trabalhadores; o E
6. plano veio para ficar; o plano vai ter o seu candidato e ele vai vencer as eleições".
7. venceu as eleições Fernando Henrique Cardoso, que tem maioria no Congresso
8. Nacional, composta de vários partidos políticos que darão sustentação às mudanças
9. que propõe. O plano, por si só, não sobrevive. O País precisa de reformas estruturais,
10. pois está mais do que passado do ponto. Seu atual modelo econômico, social e político
11. está falido.Não deu certo esse ente híbrido de Estado-empresário, que nunca cumpriu
12. com o seu papel social. Esse modelo anacrônico, sem precedente, não deu certo. E um
13. modelo falido, que produziu 32 milhões de miseráveis e 40 milhões de pobres, apesar
14. de sermos a décima maior economia do mundo. Não dá para entender que alguém
15. advogue a manutenção do status quo atual, no Brasil; que defenda esse modelo que,
16. infelicita milhões de brasileiros, pois não lhes permite que tenham seu emprego
17. melhorem seu salário e tenham melhores condições de vida. Repito: o modelo
18. econômico, político e social está falido. Uma proposta de mudanças, de transformações
19. vencem as eleições. Eu me elegi em cima dessa proposta. É chegada a hora, portanto,
20. de repensar o Estado, de procedermos a sua reengenharia. Estão aí as primeiras
21. propostas do Governo.
22. A de reforma da Previdência pretende consertar um problema crônico neste País, o das
23. aposentadorias. Gostaria de ver essas propostas aperfeiçoadas no Congresso Nacional.
24. A proposta de flexibilização dos monopólios, por exemplo, vai possibilitar o ingresso de
25. capitais para a exploração de diversos setores e a participação em algumas empresas do
26. Governo gerando mais empregos, mais salários, mais renda, mais receitas, mais
27. riquezas para o nosso País. E a redefinição do que seja empresa nacional acabará

- com
28. essa odiosa discriminação contra as empresas estrangeiras, que tanto bem fizeram
  29. vindo para o Brasil. Que venham para cá capitais de onde vierem. Que implantem suas
  30. indústrias e seus negócios aqui, para gerar empregos, renda, riqueza e receita
  31. Portanto, a minha convicção aumenta a cada dia. Vivemos uma verdadeira crise
  32. estrutural na agricultura. O setor vem capengando ao longo dos anos diante da
  33. ausência total de uma política agrícola, de financiamento, de armazenamento e de
  34. transporte. Acredito que é hora de começarmos a repensar o Brasil. Com a saúde
  35. acontece o mesmo. A concepção do Sistema único de Saúde é muito bem feita, mas ele
  36. precisa de recursos para ser implementado - e não há recursos porque o Estado está
  37. falido. O Governo não dispõe senão de 550 milhões de reais por mês para repassar ao
  38. SUS, total esse que mal cobre a folha de pagamento. o custeio e o serviço da dívida.
  39. Quase nada sobra para investimento. Enfim, se o Governo não tem mais capacidade
  40. financeira para investir na área social do País, é porque o atual modelo se esgotou, e
  41. então é preciso reformulá-lo. A reforma tributária, para mim, é a bandeira maior, ao
  42. lado da reforma previdenciária e da reforma do modelo de Estado, pois é preciso
  43. expurgar tudo o que é impeditivo ao desenvolvimento nacional do texto constitucional
  44. brasileiro. Gostaria de participar do debate para a construção de um novo modelo
  45. econômico, social e político, pois mudanças p,)líticas também são necessárias. Devemos
  46. repensar a questão do voto proporcional. Sou defensor do voto distrital puro, porque
  47. assim teremos uma representação direta do povo de cada distrito eleitoral; do
  48. facultativo e de outros pontos que dizem respeito à reforma política. O momento é de
  49. refoD1ulações, de reformas. de reengenharia, de reestruturação, de busca de
  50. qualidade total. Somos um País com potencial para dar certo, se fizermos bem o que
  51. tivermos de fazer. Agora, que ternos um Presidente que dá o Norte e conduz com
  52. segurança o País, poderemos almejar dias melhores para o povo brasileiro. Mas se
  53. ficarmos nos desviando das discussões centrais. se ficarmos presos a discussões
  54. menores ou com reminiscências de modelos esgotados que não deram certo,
  55. acontecerá aqui o mesmo o que nos países do Leste Europeu. que sucumbiram
  56. quando o Muro de Berlim caiu. Temos tudo para a construção de um novo País, de um
  57. novo ordenamento econômico, político e social nesta Pátria. neste solo chamado Brasil.
  58. Temos aqui 150 milhões de pessoas com a expectativa de dias melhores, e nós
  59. Parlamentes, sob a condução do Presidente da República e de sua equipe, temos esse

60. compromisso, essa missão transformadora, neste final de século, na véspera de um
61. novo milênio.

09/05/1995 - Discurso 5 – Deputado Lima Netto

1. O Sr. Lima Netto (Bloco/PFL – RJ. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, dizer que o
2. Brasil é um País rico. Rico em que? Rico em recursos naturais? O Japão não tem
3. Recursos naturais e é um país rico. Somos ricos em incompetência, em injustiça social,
4. Em mortalidade infantil, em má distribuição de renda; somos um país que está
5. Destruindo seu sistema de saúde, matando a geração atual e acabando com seu sistema
6. De educação, garantindo que a geração futura nascerá sem perspectiva
7. Como sair deste dilema? Como reverter o jogo a nosso favor?
8. Estamos revivendo hoje uma fase histórica da economia mundial, cada vez mais
9. Globalizada. Países fechados, como a China e a Rússia, lutam hoje para atrair capital
10. Estrangeiro, trazendo tecnologia e gerando empregos. O Brasil precisa de tecnologia. O
11. Brasil precisa de capital. O Brasil precisa de empregos. Temos uma dívida social grande, e
12. Um dos modos de reduzi-la, de minorar o problema é gerar novos empregos. Os jovens
13. De hoje entram no mercado de trabalho nasceram há quase duas décadas, quando as
14. Taxas de crescimento populacional se aproximavam dos 3%. Ou oferecemos empregos
15. A essa massa, ou a condenamos inapelavelmente à marginalidade, a dependentes de
16. Ação social do governo.
17. Nesse contexto, seria impatriótico que esta casa se posicionasse contra a proposta que,
18. Além de justa, vai ajudar a atrair empresas estrangeiras para nosso país, a gerar
19. Empregos para os nossos jovens irmãos. Somente os neoconservadores, aqueles que
20. Querem para os seus filhos o País como está hoje é que podem se opor a esta proposta.
21. Por isso, Sr. Presidente, sou favorável ao substitutivo aprovado pela comissão especial,
22. Que estudou a PEC n 5, por que o Brasil quer mais empregos.



## ANEXO B

08/07/1995 – Discurso 01 – Deputado José Aníbal (PSDB/SP)

1 O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB/SP. Sem revisão do orador.) - Sr.  
2 Presidente, Srs. e Srs. Deputados, não venho acusar nem encontrar  
3 culpados. Acredito que, em meio a esta forte emoção, já revelada aqui por  
4 vários oradores, há uma formidável unanimidade: A Petrobrás deve e vai  
5 continuar. A Petrobrás tem toda a competência para continuar sendo a  
6 empresa hegemônica na prospecção e exploração, no refino e distribuição  
7 de petróleo no Brasil. Mas agora ela já não estará só. Creio que este é o  
8 ponto que nos leva a uma grande comoção. Acredito que a convicção já  
9 está formada: os que votarão a favor e os que votarão contra a  
10 flexibilização. Não foi por falta de discussão. Houve muita discussão, no  
11 Parlamento e fora dele. O que há, Sr. Presidente, é uma outra questão  
12 sempre recorrente aqui na câmara dos Deputados. O Presidente  
13 Fernando Henrique disse, durante a campanha eleitoral: "O Brasil não é  
14 um País pobre; é um País injusto." O projeto no qual estão as emendas  
15 da ordem econômica visa não apenas à criação de condições  
16 institucionais propícias ao investimento produtivo, que gera emprego e  
17 distribui renda, mas também a responder ao maior dos nossos desafios: o  
18 Brasil não é pobre, mas é injusto. Faremos aqui a reforma do Estado  
19 brasileiro para que ele seja forte, capaz de produzir os serviços que  
20 interessam, sobretudo, à grande maioria da população brasileira. Esse é o  
21 nosso desafio, e vamos encará-lo democraticamente. Os resultados já se  
22 fazem ver. Ouvi, nesta tribuna, há um ano, discursos inflamados contra o  
23 Fundo Social de Emergência, inclusive, prognósticos tenebrosos sobre o  
24 que aconteceria com sua aprovação. Vamos ser o último vagão. Não  
25 vamos descarrilar. Não o fizemos com o Fundo Social.

08/07/1995 – Discurso 02 – Deputado Lima Netto (PFL/RJ)

1 O SR. LIMA NETTO - (Bloco/PFL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,  
2 Srs. Deputados, primeiro farei uma referência aos assuntos que foram  
3 levantados pelo PT no final da minha exposição. Tenham calma, por favor. A  
4 proposta do Governo de flexibilização do monopólio do petróleo garante que o  
5 petróleo é e continuará sendo nosso. O monopólio continua com a União.  
6 Estamos quebrando o monopólio operacional da Petrobras. Por que estamos  
7 propondo a quebra do monopólio operacional da Petrobras? O Brasil precisa de  
8 investimento. Nesse setor, o número mais conservador que ouvi foi uma...  
9 (Tumulto no plenário.)  
10 O SR. Presidente (Luís Eduardo) - (Fazendo soar as campanhas.) - Atenção,  
11 Srs. Deputados. Há um orador na tribuna. Peço a esse pequeno grupo que se  
12 encontra no centro do plenário que respeite o orador. Não é democrático  
13 desrespeitar o orador. Continue Deputado.  
14 O SR. LIMA NETTO - O que está em jogo é a necessidade de investimentos. O  
15 Brasil precisa de 4 a 7 bilhões de dólares por ano de investimentos no setor de  
16 petróleo. A Petrobras pode investir de 2 a 2,5 bilhões de dólares por ano. O  
17 número mais conservador que ouvi com relação aos investimentos foi quatro, o

18 número menos conservador foi sete. Precisamos desses investimentos, porque  
19 nós aplicamos... (Tumulto no plenário.)  
20 O SR. PRESIDENTE (Luís Eduardo) - (Fazendo soar campanhas.) - Atenção,  
21 Srs. Deputados. Há um orador na tribuna.  
22 O SR. LIMA NETTO - Precisamos desses investimentos porque importamos  
23 petróleo e derivados num volume anual da ordem de 3 bilhões de dólares por  
24 ano. Temos de achar petróleo, temos de descobrir nosso petróleo e, para isso,  
25 precisamos de investimentos. (palmas.) Temos uma grande bacia sedimentar.  
26 temos uma área de bacia sedimentar igual a 6% da bacia sedimentar mundial,  
27 seis por cento dessa formação geológica correspondem à área onde é possível  
28 se encontrar petróleo no Brasil. E claro que não estou dizendo que a reserva  
29 brasileira de petróleo provada deve ser proporcional aos 6%. Uma coisa é área,  
30 outra é cubagem. Mas quero dizer que as reservas provadas que temos de 0,3%  
31 - petróleo mais gás equivalentes - estão muito longe dos 6%. Não precisamos  
32 ter 6%. Poderíamos ter 5%, 4%, 3%. (palmas.) Mas não podemos ter 0,3%.  
33 Infelizmente, o assunto é muito emocional. Basta ver o descontrole do Plenário.  
34 Há argumentos de que vai faltar petróleo. Será que vai faltar petróleo no  
35 mundo? Na década de 70, quando houve a crise do petróleo, dizia-se que havia  
36 petróleo no mundo para quinze anos. Hoje, temos reservas de petróleo para  
37 quarenta e cinco e reservas de gás para sessenta e cinco. Mais ainda, com as  
38 recentes aberturas do monopólio na Rússia, na China, países de grandes  
39 extensões territoriais, o que se pode prever é que essas reservas aumentarão  
40 muito. Se deixarmos o nosso petróleo no fundo da terra, não vamos aproveitá-  
41 lo.(palmas.) Alguns dizem que essa medida prejudica a PETROBRAS, que é  
42 uma grande empresa, com um grupo técnico excepcional e líder mundial na  
43 produção em águas profundas. A PETROBRAS compete com as grandes  
44 multinacionais no exterior. Ela competirá muito melhor no Brasil, onde é dona  
45 dos principais portos, dos principais oleodutos e das refinarias mais bem  
46 localizadas. Mesmo com a flexibilização do monopólio, a PETROBRAS, daqui a  
47 dez anos, ainda será responsável, provavelmente, por 80% do mercado  
48 nacional. (palmas.) A PETROBRAS sairá reforçada desse episódio, porque a  
49 competição que surgirá - e não será grande - fará com que seja melhor ainda:  
50 Esta empresa vai se aprimorar. Fala-se também com se vai atingir regiões  
51 remotas, as regiões remotas serão atingidas, porque as da zona oeste serão  
52 servidas, provavelmente, por importações do Peru e da Venezuela. Quanto às  
53 regiões do centro, o Governo terá de fazer um plano, subsidiando-as. Sr.  
54 Presidente, para dar uma resposta ao caso Ipiranga, quero dizer que recebi em  
55 bônus duas contribuições da Ipiranga no valor de 20 mil reais cada. Aliás foram  
56 duas eleições no Rio. Quero lembrar que o PT recebeu contribuição de uma  
57 empreiteira (palmas.) que trabalha para a PETROBRAS e que certamente não  
58  
59  
60 está interessada na quebra do monopólio. Então, o PT não pode me acusar do  
61 que ele faz. Arranjem outro. O PT não tem moral para me acusar.

08/07/1995 – Discurso 03 – Deputado Francisco Dornelles

1 O SR. FRANCISCO DORNELLES - (PPR - RJ. Sem revisão do orador)  
2 junho de 1995 DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I) Quinta-

3 feira 8 12481 visão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados,  
4 quando o Presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso projeto para  
5 criar a PETROBRAS, que se converteu na Lei n. 2.004, não propôs o  
6 monopólio estatal do petróleo. Meu pai, àquela época, era Subchefe da  
7 Casa Militar do Presidente Getúlio Vargas e foi uma das pessoas que  
8 mais trabalhou para que o Presidente aceitasse as modificações feitas  
9 pelo Congresso, consolidando o monopólio de uma empresa estatal, no  
10 caso a PETROBRÁS. O monopólio, à época, era de fundamental  
11 importância. Uma empresa recém-criada na área do petróleo não tinha  
12 condições de competir com as quatro irmãs que tomavam conta de setor  
13 tão estratégico e importante. A PETROBRÁS foi da maior importância  
14 para o crescimento econômico do País. Sem ela atuando na forma de  
15 monopólio, não teríamos tido o crescimento econômico desse período,  
16 nem a grande industrialização que o País conheceu. Quatro décadas  
17 depois, a situação é outra. A PETROBRÁS é uma grande empresa  
18 multinacional e a quebra do seu monopólio será importante para que ela  
19 adquira mais eficiência e possa competir com outras empresas nacionais  
20 e estrangeiras que venham ao Brasil investir dinheiro, gerando renda e  
21 criando emprego. Não concordo com o ilustre Deputado Almino Affonso  
22 quando afirma que o monopólio está sendo quebrado. Não está; o  
23 monopólio da União está sendo consolidado. E esse monopólio que a  
24 União poderá exercer através de uma empresa estatal, que queremos  
25 forte, prestigiada, que é a PETROBRÁS, e por empresas nacionais  
26 estrangeiras que aqui venham trazer seu capital para criar renda e  
27 aumentar emprego. Não estamos tratando de privatização da Petrobras.  
28 Precisamos de uma empresa estatal. Num mercado tão cartelizado, o  
29 Estado não pode deixar de ter a sua empresa, e é por esse motivo que a  
30 emenda Lima Netto, com grande competência, conciliou a presença de  
31 uma empresa estatal, permitindo que o lado dela figurem empresas  
32 privadas, participando do esforço de crescimento econômico do País. Por  
33 essas razões, peço aos meus amigos do PPR que votem "sim" à emenda  
do Deputado Lima Netto.

08/07/1995 – Discurso 04 – Deputado Inocêncio Oliveira

1 O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco PFL - PE. Sem revisão do orador.) -  
2 Sr. Presidente, creio que devo iniciar fazendo um grande agradecimento à  
3 minha bancada, que, mais uma vez, por unanimidade, levando em  
4 consideração o mais alto interesse do País, que precisa dessas reformas,  
5 resolveu votar, maciçamente, pela quebra do monopólio de uma empresa,  
6 transferindo-o para a União. (palmas.) Sr. Presidente, ouvi aqui se falar na  
7 história deste País, uma história bonita, que devemos preservar. A história  
8 da Petrobras se confunde com a história do nosso povo. Mas visamos ao  
9 presente e, sobretudo, ao futuro deste País. Estamos defendendo a  
10 flexibilização do monopólio do petróleo porque queremos que este País  
11 assuma a autossuficiência num setor fundamental para qualquer  
12 economia do mundo. Estamos defendendo a flexibilização do monopólio  
13 do petróleo porque queremos investimentos para o País e que esses  
14 investimentos possam gerar empregos e divisas para o nosso povo.

15 Precisamos desses investimentos, porque, apesar do grande trabalho  
16 desenvolvido pela empresa, produzimos apenas 55% do petróleo que é  
17 consumido em nosso País. Precisamos importar de 3,5 a 4 bilhões de  
18 dólares por ano em petróleo, dinheiro esse que poderia ser utilizado em  
19 pesquisa, lavra, produção, refino e distribuição de produto, sem falar em  
20 outras atividades essenciais e próprias do Estado, como saúde, educação  
21 e segurança, deixando o resto para a iniciativa privada. Por isso, Sr.  
22 Presidente, com a consciência voltada para o futuro deste País e a  
23 certeza da sabedoria do povo, vou encerrar o meu encaminhamento  
24 citando apenas uma pessoa do povo, que, ao ser entrevistada durante a  
25 recente greve que assolou este País - assolou porque prejudicou,  
26 sobretudo, os mais pobres e humildes (palmas) -, à pergunta sobre o que  
27 adiantava da greve respondeu que só havia greve porque existe apenas  
28 uma empresa que explora petróleo no Brasil houvesse mais de uma, isso  
29 não ocorreria. (palmas.) Sr. Presidente, com a certeza de que estamos  
30 lutando pelo bem do Brasil por uma sociedade livre, justa, equânime, por  
31 um país próspero e desenvolvido, o Bloco PFL-PTB recomenda o voto  
32 "sim", orgulhando-se do seu Relator, Deputado Lima Netto, que teve o  
33 privilégio de privatizar a CSN, hoje uma das maiores empresas do Brasil.  
34 (palmas.) Portanto, Sr. Presidente, com a visão do futuro o Bloco PFL-  
35 PTB encaminha recomendando o voto "sim".  
36  
37

21/07/1995 – Discurso 05 – Deputado Inocêncio Oliveira

1 O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco PFL - PE. Sem revisão do orador.) -  
2 Sr. Presidente, Sr"s e Srs. Deputados, creio que, desde a última votação  
3 quando, por uma larga margem, 364 votos, este Plenário decidiu que  
4 devemos quebrar o monopólio da empresa, transferindo-o para a União,  
5 nada mudou neste País. E necessário continuar este processo e, em  
6 seguida, votar a lei que decidirá a maneira de se fazer quebra de  
7 monopólio da Petrobrás, em benefício da própria União, para que assim  
8 possamos perseguir e atingir a autossuficiência no setor. Sr. Presidente,  
9 vamos desmistificar algumas grandes considerações que foram feitas,  
10 segundo as quais haveria desnacionalização se votássemos esta  
11 emenda. Ora, Sr. Presidente, o que queremos é que a União, aprovada  
12 emenda, fique como poder concedente, autorizativo e fiscalizador, para  
13 que, assim, tenhamos condições de, a curto prazo, assumir a  
14 autossuficiência de petróleo e combustíveis em nosso País. Sr.  
15 Presidente, reconhecemos o importante papel desempenhado pela  
16 empresa criada pela Lei nº 2.004, de 1953, mas, apesar da sua  
17 competência, apesar do seu quadro técnico, apesar de a Petrobras ter  
18 demonstrado que é uma empresa forte, atuante, que compete em  
19 igualdade de condições com as maiores empresas do País, passados  
20 esses 43 anos, o Brasil produz apenas 55% do petróleo que consome. O  
21 Brasil deverá investir este ano 4 bilhões de dólares em petróleo, e a  
22 empresa dispõe apenas de 2 bilhões. E esse dinheiro, em vez de financiar  
23 a importação de petróleo, poderia ser gasto na sua pesquisa e  
24 exploração. Portanto, Sr. Presidente, para que possamos dar a este País

25 melhores condições de concorrer nesse setor importante para .a nossa  
26 atividade, para que possamos defender os segmentos frágeis da  
27 sociedade atingidos pela recente greve de petroleiros neste País, o PFL, e  
28 o Bloco PFL-PTB, na certeza de que estão defendendo os mais altos  
29 interesses do País, encaminhamos o  
30 voto "sim".

08/07/1995 – Discurso 06 – Deputado Michel Temer

1 O SR. MICHEL TEMER (pMDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.  
2 Presidente, Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, cumprimentar o  
3 Deputado Almino Affonso. Quero dizer, Sr. Presidente, da satisfação com  
4 que o ouvi e especialmente da satisfação com que ouvi o silêncio  
5 homenageado da sua fala. Creio, Sr. Presidente, que o ilustre  
6 Parlamentar Almino Affonso consegue esse prodígio porque não aplaude,  
7 nem vaia: S. Ex' argumenta. (palmas.) É isso que pretendo fazer aqui,  
8 com a força da minha convicção. Sr. Presidente. E para fazê-lo e  
9 encaminhar esta votação quero dizer, Srs. Deputados, que, se estranho  
10 fosse a esta Casa e aqui entrasse neste momento, não imaginaria que  
11 estamos discutindo a quebra do monopólio do petróleo mas sim que  
12 estaríamos discutindo um projeto de emenda ou projeto de lei que  
13 privatiza a Petrobrás, tamanha ênfase se deu ao fenômeno de que  
14 estaríamos privatizando a empresa. Pois àqueles que assim pensam  
15 quero lembrar que, quando a Constituição de 1946 não estabelecida o  
16 monopólio do petróleo, foi uma lei ordinária, decisão, portanto, do  
17 Congresso Nacional, que estabeleceu tal monopólio e criou a Petrobrás. E  
18 de 1953 até 1967, sem nenhuma previsão constitucional, o monopólio  
19 subsistiu, e a Petrobrás cresceu na medida em que todos nos  
20 conhecemos. Foi a Constituição de 1967, Sr. Presidente, que pela  
21 primeira vez na história do Brasil deu suporte constitucional a uma  
22 realidade que já estava implantada no Brasil por lei ordinária. Quero dizer,  
23 portanto, que nesse período ninguém, nenhum legislador, nenhum  
24 governo, embora não houvesse previsão constitucional teve a coragem de  
25 mexer na Petrobrás. A matéria que agora está em debate é a primeira  
26 emenda constitucional que prevê, ainda que de forma indireta, a  
27 existência de uma empresa estatal que dirimirá e conduzirá a política  
28 petrolífera do Governo. A atual Constituição estabelece apenas que  
29 constitui monopólio da União a exploração, o termo, a prospecção etc. do  
30 petróleo, mas não há previsão de empresa estatal. Creio até que  
31 cometemos um equívoco em 1988. Esta emenda constitucional, Sr.  
32 Presidente - e é a primeira delas que assim estabelece - além de manter  
33 no art. 177 o monopólio da União, estabelece no § 1º, pela primeira vez  
34 na história constitucional do Brasil, que a União poderá contratar com  
36 empresas estatais, e também pela primeira vez temos menção  
37 constitucional a empresa estatal. Portanto, se quiserem mexer com a  
38 Petrobrás, Sr. Presidente, eu diria que há possibilidade de uma discussão  
39 jurídica intensa, e por isso não vejo razão para a preocupação. Agora a  
40 previsão é constitucional. Concluo, Sr. Presidente, agora lançando um  
41 argumento de natureza política: aqui há a suposição de muitos oradores  
42 de que o Governo que está aí é um Governo - vou permitir-me uma

43 expressão forte, Sr. Presidente - de safados; que o Congresso não é  
44 capaz de, na lei estabelecadora das condições, dizer quais as condições  
45 que vamos impor; que os novos governos que o povo eleger e que os  
46 novos Congressos, também serão legislaturas sem força para manter os  
47 interesses nacionais. Portanto, ao recomendar aos meus pares, aos meus  
48 companheiros do PMDB, que votem "sim", quero dizer que, numa época  
49 de naves espaciais, não podemos mais ter uma visão pedestre do  
50 monopólio do petróleo. (palmas.)